



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO
MESTRADO EM TURISMO

Flávia Luana Souza de Melo

**ÉTICA NA PESQUISA EM TURISMO: PERCEPÇÕES DE DISCENTES DE
PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM TURISMO –
UFRN, UCS E UNIVALI**

Natal

2012

Flávia Luana Souza de Melo

**ÉTICA NA PESQUISA EM TURISMO: PERCEPÇÕES DE DISCENTES DE
PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM TURISMO –
UFRN, UCS E UNIVALI**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Turismo – Mestrado, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Turismo, na área de gestão e turismo.

Orientador: Mauro L. Alexandre, D.Sc.

Natal

2012

Flávia Luana Souza de Melo

**ÉTICA NA PESQUISA EM TURISMO: PERCEPÇÕES DE DISCENTES DE
PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM TURISMO –
UFRN, UCS E UNIVALI**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Turismo – Mestrado, da Universidade Federal do Rio Grande
do Norte, como requisito parcial para a obtenção do título de
mestre em Turismo, na área de turismo e gestão.

Natal, 24 de agosto de 2012.

Mauro Lemuel de Oliveira Alexandre, D.Sc.
Orientador – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Silvana Maria Bitencourt, D.Sc.
Universidade Federal de Mato Grosso

Lissa Valéria Fernandes Ferreira, D.Sc.
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Dedico este estudo inteiramente a Deus que me deu a vida e oportunidades maravilhosas, uma delas é o privilégio de concluir um curso de pós-graduação em nível de Mestrado.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, por me dar todas as condições necessárias como paciência, inteligência, saúde, força, determinação e capacidade para concluir a pesquisa e alcançar o meu objetivo final.

Agradeço a toda a minha família pelo apoio e compreensão nos momentos em que mais precisei, em especial, a meu esposo Lazaro Andrade por todo carinho e estímulo. Aos meus pais Ivaneide Melo e Fernando Melo pelo investimento nos meus estudos durante toda minha vida e, agradeço também, aos meus irmãos Fernanda e Flávio Melo por todo o afeto e companheirismo.

A Universidade Federal do Rio grande do Norte, ao Centro de Ciências Sociais Aplicadas e ao Programa de pós-graduação em Turismo (PPGTUR), pela oportunidade de fazer um curso de pós-graduação e pelo incentivo e suporte à pesquisa. Agradeço também a estimada e querida secretária do PPGTUR Juliane, por toda a presteza e boa vontade em atender as mais variadas solicitações. Agradeço ainda a CAPES, pela bolsa que me concedeu durante os dois anos de caminhada.

Ao meu orientador, professor Mauro Lemuel Alexandre, por me incentivar a trabalhar com um tema de pesquisa peculiar e relevante, bem como pelo estímulo à busca do conhecimento.

Ao professor Wayne Thomas por compartilhar um pouco do seu vasto conhecimento nos programas estatísticos, disponibilizando seu tempo e com muita boa vontade, colaborou com as análises dos dados essenciais para a minha pesquisa.

A professora Andrea Virginia, coordenadora da graduação em Turismo da UFRN, por ser um exemplo de educadora e ter proporcionado grande aprendizado na disciplina que a acompanhei, no estágio docência, e também, por estar sempre pronta a ajudar e transmitir conhecimento.

As professoras Silvana Maria Bitencourt e Lissa Valéria Fernandes Ferreira por aceitarem contribuir com a pesquisa, participando da banca de defesa e colaborando para o aprimoramento do referido estudo.

As minhas companheiras de curso, Raquel Macêdo, Zwyla Cabral e Edilene Pequeno, pelo incentivo, ajuda e colaboração, e ainda pelos momentos de amizade vividos durante toda a trajetória.

Aos discentes que colaboraram com a pesquisa se disponibilizando em responder ao questionário. Agradeço ainda ao apoio das coordenações dos Programas de pós-graduação em Turismo das seguintes instituições: UFRN, UCS e UNIVALI, que disponibilizaram as informações necessárias para a realização da pesquisa.

A todos, inclusive aos que não foram citados, que contribuíram de alguma maneira para a construção deste estudo, enfim, muito OBRIGADA!!!!

"Bem aventurado o homem que acha sabedoria e o homem que adquire conhecimento". (Provérbios 16:8)

RESUMO

O presente estudo consiste na análise da percepção da ética por parte dos discentes de pós-graduação em Turismo, no desenvolvimento de suas pesquisas acadêmicas. Caracteriza-se como exploratório-descritivo, sendo considerado quantitativo com alguns elementos analisados de forma qualitativa. Os dados foram coletados através de um questionário eletrônico, originado no *google docs* e enviado via *e-mail* para 54 alunos de três Programas de pós-graduação em Turismo: o Mestrado em Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); o Mestrado em Turismo e Hotelaria da Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI); e o Mestrado em Turismo da Universidade de Caxias do Sul (UCS), obtendo-se 22 respostas. O estudo apresenta o perfil das pesquisas de dissertação dos alunos de pós-graduação, a percepção dos mesmos sobre a ética em pesquisa, bem como as dificuldades enfrentadas no processo de pesquisa. Observa que as pesquisas de dissertação estão voltadas, em sua maioria, para os aspectos histórico-culturais do turismo e a escolha dos temas das dissertações se deu em primeiro lugar, devido à influência das linhas de pesquisa dos orientadores e, em segundo lugar, devido à relevância social. Os métodos mais utilizados nas pesquisas de pós-graduação são o descritivo, o bibliográfico e o exploratório. Observa ainda que a maior parte dos alunos de pós-graduação em turismo (81%) atribui grande valor à ética na realização das suas pesquisas de dissertação, os alunos afirmam que a ética traz credibilidade e seriedade às pesquisas. Além disso, percebeu-se que os mesmos não têm conhecimento sobre a prática de condutas impróprias de pesquisadores na área do Turismo. Demonstra que o principal desafio ético encontrado pelos alunos está no relacionamento com o sujeito da pesquisa, que acontece na fase de coleta de dados. Constata ainda que nenhum dos entrevistados enviou qualquer projeto para ser avaliado por um Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), ademais, a maioria não conhece a Resolução 196/96, que possui as principais orientações sobre ética em pesquisa a nível nacional. Conclui que os discentes de pós-graduação em turismo possuem pouco conhecimento quanto às normas e orientações sobre ética em pesquisa. Os mesmos demonstram desconhecer os benefícios que a ética em pesquisa traz com relação à proteção e preservação do participante, bem como quanto aos benefícios que gera à sociedade.

Palavras-chave: Pós-graduação em Turismo. Discentes. Ética em pesquisa. Resolução 196/96.

ABSTRACT

This study analyzed the perception of ethics on the part of students of Post-graduation in Tourism, to develop their academic research. It is characterized as exploratory-descriptive, being considered quantitative with some elements analyzed qualitatively. Data were collected through an electronic questionnaire, originated in google docs and sent via e-mail to 54 students in three graduate programs in Tourism: The Tourism Master of the Federal University of Rio Grande do Norte (UFRN), the Master in Tourism and Hospitality of the University of Vale do Itajai (UNIVALI) and Master of Tourism at the University of Caxias do Sul (UCS), resulting in 22 responses. The study presents a profile of the dissertation research of post-graduate students, their perception about research ethics, as well as the difficulties encountered in the research process. Notes that research of dissertation are geared mostly for the historical and cultural aspects of tourism and the choice of topics for the essays came in first place, due to the influence of the guiding lines of research and, secondly, due to social relevance. The methods used in post-graduate research are descriptive, the literature and exploratory. It also notes that most students graduate in tourism (81%) attaches great importance to ethics in carrying out their dissertation research, students claim that ethics brings credibility and seriousness to research. Furthermore, it was realized that they have no knowledge about the practice of misconduct by researchers in the field of Tourism. Demonstrate that the major ethical challenge encountered by students is in relationship with the research subject, what happens during data collection. It also notes that none of the respondents sent any project to be evaluated by an Ethics Committee (CEP), moreover, most do not know the resolution 196/96, which has the main guidelines on research ethics at national level. Concludes that the students post-graduate in tourism have little knowledge about the standards and guidelines on research ethics. They demonstrate ignore the benefits of research ethics in regarding the protection and preservation of the participant, as well as the benefits it generates for society.

Keywords: Post-graduation in Tourism. Students. Ethics in research. Resolution 196/96.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES E TABELAS

FIGURA 01	Esquema geral da fundamentação teórica	21
FIGURA 02	Etapas da pesquisa	27
MAPA 01	CEPs registrados na CONEP	35
FIGURA 03	Condutas impróprias na ciência	39
FIGURA 04	Esquema de descrição do processo de pesquisa	47
FIGURA 05	Criação do conhecimento em Turismo	53
TABELA 01	Áreas de concentração dos Programas de Pós-Graduação em Turismo	51
TABELA 02	Número de participantes da pesquisa	57
TABELA 03	Idade dos participantes	65

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 01	Crescimento das produções científicas Brasil x Mundo (1981 a 2008)	16
GRÁFICO 02	Número de doutores titulados no Brasil (1987-2008)	17
GRÁFICO 03	Dissertações defendidas por programa até 2010	51
GRÁFICO 04	Programas de pós-graduação analisados	63
GRÁFICO 05	Ano que o entrevistado iniciou o Mestrado	64
GRÁFICO 06	Sexo dos discentes	64
GRÁFICO 07	Artigos publicados durante o curso de Mestrado	65
GRÁFICO 08	Quantidade de pesquisas em que está envolvido	66
GRÁFICO 09	Grau de importância da ética na pesquisa de dissertação	73
GRÁFICO 10	Frequência em que explica os aspectos da pesquisa para o entrevistado	76
GRÁFICO 11	Necessidade da assinatura do TCLE	77

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01	Programas de mestrado na área de turismo	18
QUADRO 02	Principais teorias éticas	30
QUADRO 03	Questões éticas no processo de pesquisa	41
QUADRO 04	Ciências Naturais x Ciências Sociais	45
QUADRO 05	Síntese dos procedimentos metodológicos	61
QUADRO 06	Relação das categorias com as questões da pesquisa de campo	62
QUADRO 07	Temas das dissertações	67
QUADRO 08	Motivo da escolha do tema da dissertação	68
QUADRO 09	Métodos e técnicas de Pesquisa	69
QUADRO 10	Relação entre o método de investigação com o tema da pesquisa.	70
QUADRO 11	Necessidade das pesquisas serem avaliadas por um CEP	72
QUADRO 12	Conhecimento sobre a Resolução 196/96	73
QUADRO 13	Grupos de grau de preocupação ética	74
QUADRO 14	Preocupação com a ética por Programa	74
QUADRO 15	Necessidade da confidencialidade e privacidade dos participantes	77
QUADRO 16	Direito de ser coautor	78
QUADRO 17	Benefícios das práticas éticas	80
QUADRO 18	Conhecimento de comportamento impróprio	81
QUADRO 19	Etapas da pesquisa em que condutas antiéticas são suscetíveis.	81
QUADRO 20	Grupos ocorrência de condutas antiéticas	82
QUADRO 21	Ocorrência de condutas antiéticas	83
QUADRO 22	Situações que prejudicam a comunicação entre o pesquisador e o	84
QUADRO 23	Obstáculos enfrentados na realização das pesquisas	85
QUADRO 24	Classificação dos relacionamentos ao longo do curso	86

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANPTUR - Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEP - Comitê de Ética em Pesquisa

CGEE - Centro de Gestão de Estudos Estratégicos

CONEP - Comissão Nacional de Ética em Pesquisa

CNS - Conselho Nacional de Saúde

ECA/USP - Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo

ENCEP - Encontro Nacional de Comitê de Ética em Pesquisa

MCT - Ministério da Ciência e Tecnologia

OMS – Organização Mundial de Saúde

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UNB – Universidade de Brasília

UAM – Universidade Anhembi Morumbi

UCS – Universidade de Caxias do Sul

UECE - Universidade Estadual do Ceará

UESC - Universidade Estadual de Santa Cruz

UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UFPA - Universidade Federal do Pará

UNIVALI – Universidade do Vale do Itajaí

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	15
1.1 Contexto e Problema.....	15
1.2 Relevância do Estudo.....	19
1.3 Objetivos.....	21
1.3.1 Objetivo Geral.....	21
1.3.2 Objetivos Específicos.....	21
1.4 Estrutura do trabalho.....	21
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	23
2.1 A Pesquisa científica.....	23
2.2 A Ética.....	29
2.3 Ética na Pesquisa Científica e sua normatização.....	33
2.3.1 Conduta Imprópria na Ciência.....	38
2.3.2 Consentimento Livre e Esclarecido.....	42
2.4 Ética na Pesquisa Social.....	44
2.4.1 Pesquisa qualitativa.....	46
2.5 Pesquisa em Turismo e geração do conhecimento.....	50
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	56
3.1 Caracterização da pesquisa.....	56
3.2 Abrangência do estudo.....	58
3.3 Procedimentos de Coleta de dados	58
3.4 Tratamento dos dados.....	59
4 PERCEPÇÃO DOS DISCENTES DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO SOBRE A ÉTICA NA PESQUISA.....	63
4.1 Características das pesquisas de Pós-graduação em Turismo.....	63
4.2 Relação entre a ética e as práticas de investigação em Turismo.....	71
4.3 Desafios éticos e dificuldades na realização das pesquisas em Turismo.....	83

5 CONCLUSÃO.....	88
REFERÊNCIAS.....	91
APÊNDICE.....	97
ANEXOS.....	100

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contexto e Problema

O estudo científico do turismo ainda é considerado recente quando se comparado com outras atividades. O desenvolvimento do Turismo enquanto disciplina científica ou campo de estudo, requer subsídio teórico-científico a fim de inserir a veracidade de fatos, o que gera a discussão sobre a ética nas pesquisas em turismo. Nesse sentido, se outrora a ética era apenas estudada junto à filosofia, hoje existem diversas pesquisas e debates reivindicando a ética em seus múltiplos aspectos como: ética no direito, na economia, na política, nos negócios e na ciência.

Nesse sentido, as discussões mundiais sobre ética nas pesquisas científicas surgiram focadas na área da saúde, uma vez que o marco mais contundente para a condução de pesquisas envolvendo seres humanos, remonta ao período nazista por meio da divulgação no pós-guerra de imagens que revelavam práticas abusivas adotadas por médicos alemães em campos de concentração.

Além disso, Palácios *et al.* (2002) afirma que a maior difusão do conhecimento científico através dos meios de comunicação e, em particular, através da Internet, assim como a ampliação dos movimentos sociais em defesa dos direitos individuais e coletivos, fez com que a discussão sobre a ética aplicada à área da saúde passasse a ter como interlocutores frequentes: filósofos, teólogos, juristas, sociólogos e, sobre tudo, os cidadãos, seja enquanto usuários do sistema de saúde ou como objetos de pesquisas científicas.

A partir do início do século XXI, a pesquisa passou a ter como pressupostos básicos: aprovação por meio dos Comitês de Ética, consentimento do sujeito de pesquisa e sigilo dos dados individuais obtidos. Para cumprir tais pressupostos estabeleceram-se normas quanto à confidencialidade, ao anonimato e ao sigilo (BARBOSA; SOUSA, 2008). Essas diretrizes vêm permitindo adequar o processo de pesquisa e introduzir critérios éticos que favoreçam a proteção, o bem-estar e a segurança dos participantes.

Seguindo o contexto internacional, o Brasil aprovou pelo CNS (Conselho Nacional de Saúde) a Resolução 196/1996, denominada Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisas Envolvendo Seres Humanos. Esse documento pode ser considerado um marco no cenário das pesquisas no Brasil e não está somente centrado nas pesquisas biomédicas ou em saúde, inclui

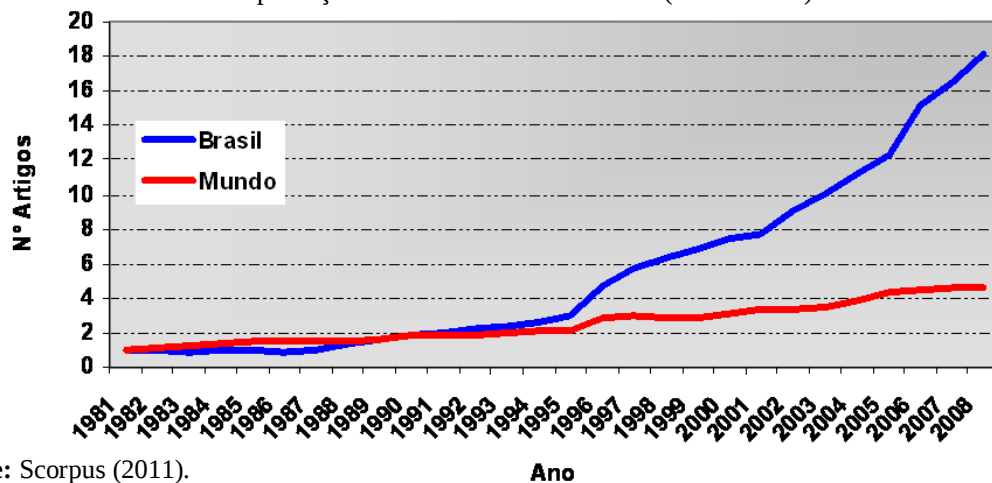
também investigações em todas as áreas do conhecimento. Assim, o conteúdo dessa Resolução será amplamente explorado neste estudo.

Uma das propostas da resolução 196/1996 incluiu a criação do *Sistema CEP/Conep*, constituído por uma instância nacional representada pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep) e por instâncias locais compostas pelos Comitês de Ética em Pesquisa (CEPs). Atualmente, o Brasil conta com 607 comitês credenciados e formalmente vinculados em universidades, hospitais, institutos de pesquisa, secretarias de saúde estaduais e municipais e ONG's (CONEP, 2012).

A Resolução 196/96 estabelece ainda aspectos que devem fazer parte do esclarecimento dos sujeitos: a justificativa, os objetivos e os procedimentos que serão utilizados na pesquisa, os desconfortos, os riscos e os benefícios; a forma de acompanhamento e a garantia de esclarecimento a qualquer momento; a liberdade de o sujeito recusar-se a participar ou retirar-se a qualquer momento; a garantia do sigilo; as formas de ressarcimento e as formas de indenização (CNS, 2012).

Logo, as preocupações éticas devem existir em todo o processo de pesquisa em todas as áreas do conhecimento, essas preocupações vêm crescendo ao considerar a evolução das pesquisas científicas no Brasil, observadas no gráfico 01. Sobre isso, o presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), Jorge Guimarães, assegura que "o Brasil está em 13º lugar no ranking da produção científica mundial e a expectativa é alcançar a 9ª ou a 10ª posição nos próximos anos" (CAPES, 2012).

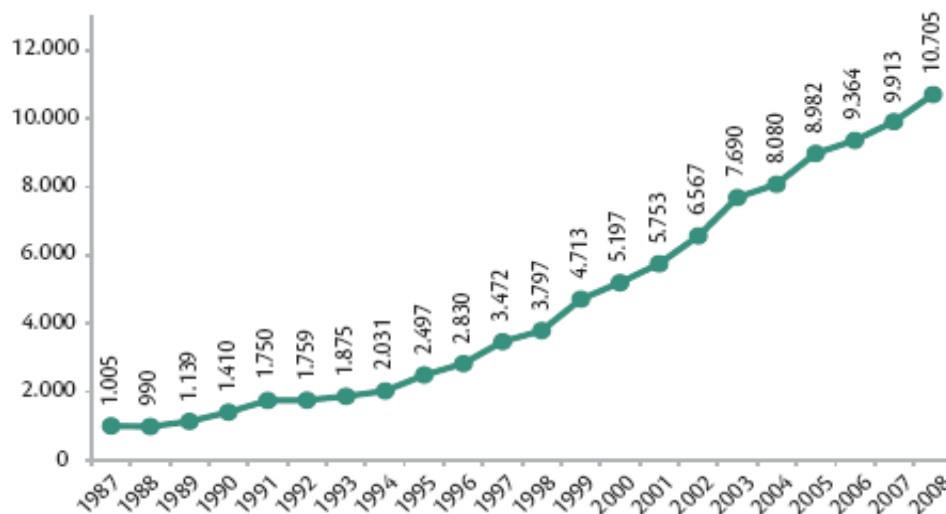
Gráfico 01: Crescimento das produções científicas Brasil x Mundo (1981 a 2008)



Fonte: Scopus (2011).

Entre 1996 e 2008, houve um crescimento de 278% no número de doutores titulados no Brasil (gráfico 02), o que corresponde a uma taxa média de 11,9% de crescimento ao ano. Esta é uma das conclusões do estudo do Centro de Gestão de Estudos Estratégicos (CGEE), ligado ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), transformado na publicação intitulada Doutores 2010: estudos da demografia da base técnico-científica brasileira (CGEE, 2010).

Gráfico 02: Número de doutores titulados no Brasil (1987-2008)



Fonte: CGEE (2010).

Destacam-se neste estudo as ciências sociais aplicadas e as ciências humanas como as grandes áreas que mais cresceram, apresentando crescimento de respectivamente, 14,8% e 13,6% em média ao ano. De acordo com o CGEE (2010), a pós-graduação brasileira, que passa por intenso processo de crescimento, diversificação e amadurecimento, já atingiu uma escala e um padrão de qualidade que a distingue entre as nações emergentes.

Nesse contexto, segundo a Capes (2012), o número de cursos de mestrados e doutorados no Brasil cresceu 20,8% comparando-se os anos de 2007 para 2010. Atualmente, existem 2.436 mestrados acadêmicos, 1.420 doutorados e 243 mestrados profissionais. Nos critérios determinados pela CAPES, a qualidade dos cursos de mestrado e doutorado evoluiu nos últimos três anos e o total de publicações científicas foi de 300 mil entre 2007 e 2010.

Portanto, dentre os programas de pós-graduação em turismo e áreas correlatas no Brasil, existe um Doutorado em Administração e Turismo na Universidade do Vale do Itajaí (Univali), um mestrado em Lazer na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e mais cinco mestrados atualmente reconhecidos pela Capes na área de Turismo: sendo quatro acadêmicos e um profissional, como se pode observar no quadro a seguir.

PROGRAMA	IES	UF	INÍCIO	MODALIDADE
HOSPITALIDADE	UAM	SP	2001	Acadêmico
TURISMO	UNB	DF	2007	Profissional
TURISMO	UFRN ¹	RN	2008	Acadêmico
TURISMO	UCS	RS	2000	Acadêmico
TURISMO E HOTELARIA	UNIVALI	SC	1997	Acadêmico

Quadro 01: Programas de mestrado na área de turismo.

Fonte: Adaptado de CAPES (2012).

Além destes, existem mais dois Programas de Pós-Graduação em turismo dando início a suas atividades, são estes: o Mestrado Profissional em Gestão de Negócios Turísticos da Universidade Estadual do Ceará (UECE), que já foi aprovado e o Mestrado Acadêmico em Turismo da Universidade Federal do Pará (UFPA), que ainda está sendo avaliado pela CAPES.

Portanto, nota-se que há um crescente interesse e avanço na pesquisa em turismo. Apesar de ser um campo de estudo relativamente novo, o crescimento da pós-graduação *stricto sensu*, principalmente na última década, é um exemplo desta evolução já que permite a organização do estudo do turismo através de bases e grupos, além da realização de pesquisas e produções científicas de modo contínuo.

Diante do exposto, Panosso Netto (2005, p. 15) afirma que “a problemática da globalização, a ascensão das novas tecnologias da comunicação e genética aplicada, a necessidade permanente da ética e a diversidade cultural são questões que marcam o contexto no qual o turismo se insere”. Sendo assim, o presente estudo retrata o atual momento em que se observa a evolução das pesquisas em turismo e a necessidade da ética está inserida nesse processo.

Para efeito desta pesquisa, a ética pode ser entendida como comportamento moral dos homens em sociedade. Neste estudo, o enfoque ético está no processo de pesquisa. Conforme Medeiros *et al.* (2007),

Questionamentos e dilemas éticos estão presentes em qualquer tipo de pesquisa desenvolvida nas distintas áreas das ciências. Os principais aspectos podem estar relacionados tanto aos próprios pesquisadores – no que diz respeito à concepção inicial da proposta e ao seu delineamento – como ao processo de desenvolvimento da pesquisa em todas as suas etapas operacionais, incluindo o momento da comunicação do seu produto final.

¹ O mestrado em Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) foi o primeiro Programa em universidade pública federal.

Assim, toda pesquisa envolvendo seres humanos deve ser submetida a uma reflexão ética no sentido de assegurar o respeito pela identidade, integridade e dignidade da pessoa humana e a prática da solidariedade e da justiça social. A eticidade da pesquisa deve significar o desenvolvimento, florescimento e reprodução da consciência social do trabalhador científico. Dessa forma, este trabalho surge justamente de uma reflexão nessa linha e visa abrir um espaço teórico e prático dedicado a essa discussão no âmbito do turismo.

Logo, o presente estudo tem por finalidade chamar a atenção sobre a necessidade de discutir essa temática. Para tanto, se utiliza de uma abordagem fenomenológica, uma vez que irá buscar qualitativamente a percepção, consciência e compreensão do fenômeno por parte dos sujeitos, no caso, dos pesquisadores (discentes de Programas de pós-graduação em Turismo), uma vez que, a pesquisa acerca do conhecimento científico envolve, geralmente, as atividades ligadas à produção acadêmica e à docência.

Nesse sentido, diante da intensificação da produção científica em turismo, faz-se o seguinte questionamento: **De que forma a ética é percebida por discentes de pós-graduação *Stricto Sensu* em turismo (UFRN, UCS, UNIVALI), no desenvolvimento de suas pesquisas?**

1.2 Relevância do Estudo

A construção do conhecimento em turismo está ainda em processo inicial de formação. Por se tratar de um fenômeno complexo, é praticamente impossível de expressá-lo corretamente, por isso, seu conhecimento é construído dentro das diferentes áreas de estudo e correntes de pensamento. Na perspectiva de geração de conhecimento, Morin (2001) reforça a necessidade de se ter ciência sobre os saberes necessários para a formação dos discentes.

Neste sentido, o raciocínio crítico propõe que haja realmente em turismo a produção do conhecimento, que as propostas surjam de um olhar aguçado. Desta forma, esta pesquisa surge da necessidade de se adotar uma postura reflexiva nos estudos do turismo uma vez que o mesmo não deve se isentar de um enfoque ético.

Essas questões foram discutidas no VII seminário da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo (ANPTUR) em 2010 que teve por tema - *Ética: produção e difusão da pesquisa em turismo*, dada a importância de o assunto ser discutido por discentes e docentes dos programas de pós-graduação em turismo. A partir deste evento, surgiu o interesse em estudar

o tema da ética focado na pesquisa em turismo, uma vez que, na graduação, a autora em sua monografia, já tratara da ética no turismo.

Paiva (2005) fez uma análise em quinze livros de metodologia de pesquisa, brasileiros e estrangeiros, para investigar sobre a adoção do estudo da ética, revelando que, entre os analisados, apenas um livro incluía considerações sobre ética na pesquisa. As demais obras não dedicavam sequer uma seção para discutir o problema. Segundo a autora, os livros brasileiros analisados, em sua maioria na área de ciências sociais, ensinam a elaborar projetos de pesquisa, mas, quando tratam da coleta e análise dos dados, o alvo é apenas orientar o leitor a ser bem-sucedido em sua pesquisa. Assim, apesar de ser um estudo preliminar e não generalizável, a análise parece indicar que a ética está sendo pouco estudada nas disciplinas de metodologia e que a reflexão sobre ética na pesquisa é uma preocupação recente em todas as áreas da ciência.

Além disso, a partir do levantamento de dados envolvendo o tema proposto, observou-se que a maioria das discussões sobre ética em pesquisa no Brasil está concentrada na área de saúde por meio de estudos experimentais ou ensaios clínicos. Nota-se que há uma carência teórica e prática numa abordagem que articule a ética da pesquisa com a área das ciências sociais bem como com o turismo, havendo uma verdadeira lacuna do conhecimento.

Nas bases pesquisadas, não foram encontradas teses nem dissertações que tratassem da ética na pesquisa em turismo. Dessa forma, percebeu-se a oportunidade de realizar um estudo com esses aspectos, até porque a associação da ética com a pesquisa em turismo, possui uma importância temática no conhecimento e na formação das atividades humanas e sociais.

Em face das perspectivas promissoras de desenvolvimento do turismo, da proliferação de controvérsias inerentes a essa prosperidade e do aumento da sensibilidade da sociedade a determinadas questões (exemplo: preservação do meio ambiente, proteção do consumidor, etc.), fica evidente a adequação e a necessidade de estudos que promovam o cruzamento da ética com o turismo, que poderão servir também como fortes balizadores para todos os agentes interessados no crescimento das atividades turísticas (ARAUJO, 2003, p. 74).

Nesse sentido, o estudo pretende contribuir para a construção do conhecimento na área de estudo trazendo a ética na pesquisa numa conotação diferente. Pretende-se apontar a ética como forma de valorizar a pesquisa em turismo, bem como promover a reflexão entre pesquisadores da área. É necessário pensar os atores do processo de pesquisa, ou seja, o pesquisador “responsável”, no qual o turismo não pode se isentar.

Além disso, o estudo contribuirá na discussão do fenômeno turístico e no estabelecimento de bases epistemológicas. Sendo assim, “a aplicação da epistemologia nos estudos turísticos é de extrema importância, uma vez que ela pode auxiliar na aplicação do fenômeno turístico e ao mesmo tempo fornecer bases científicas seguras para aos pesquisadores de turismo” (PANOSO NETTO, 2005, p. 36).

Assim, o tema da ética em pesquisa precisa ser objeto de permanente reflexão e crítica, inclusive pela própria oscilação e provisoriedade que caracterizam a ciência ou mesmo os valores e a moral de uma sociedade. Nesse sentido, não se propõe com o estudo esgotar o assunto, é apenas uma abordagem com o objetivo de refletir e identificar parâmetros éticos que possam contribuir para uma nova forma de pesquisar o turismo.

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo Geral

Analisar de que forma a ética é percebida **por discentes** de pós-graduação *Stricto Sensu* em Turismo, no desenvolvimento de suas pesquisas.

1.3.2 Objetivos Específicos

- a) Caracterizar a pesquisa desenvolvida pelos discentes de cursos de pós-graduação *strictu sensu* em Turismo (UFRN, UCS e UNIVALI);
- b) Verificar como os discentes relacionam as práticas de investigação em Turismo com os princípios da Ética em Pesquisa descritos na Resolução 196/96;
- c) Identificar os desafios éticos e as dificuldades enfrentados pelos discentes na realização das pesquisas em Turismo.

1.4 Estrutura do trabalho

No primeiro tópico da fundamentação teórica serão abordadas as características da pesquisa científica, formas de abordagem, procedimentos metodológicos, dentre outros. No segundo tópico serão apresentados conceitos de ética, além de algumas reflexões acerca das principais teorias éticas e como elas se aproximam das práticas de pesquisa.

Em seguida, no terceiro tópico, é abordado o tema da ética na pesquisa científica, sua normatização e suas implicações, baseando-se, principalmente, no texto da Resolução 196/1996, que regulamenta as pesquisas no Brasil envolvendo seres humanos. Neste tópico também será discutido o tema da conduta imprópria na ciência e do Consentimento Livre e Esclarecido, envolvendo o comportamento do pesquisador no desenvolvimento de suas pesquisas.

Posteriormente, o quarto tópico trará a questão da ética na pesquisa social que tem começado a ser discutida nos últimos anos, sendo importante na medida em que se aproxima de pesquisas realizadas na área de turismo. Ainda nesse tópico, é abordado o surgimento da pesquisa qualitativa e as preocupações éticas que se deve ter mediante suas características.

Por fim, sendo o foco desse trabalho o tema da ética na pesquisa em turismo, o último tópico da fundamentação teórica trata da pesquisa em turismo e geração do conhecimento, trazendo informações atuais sobre o estudo do turismo, o perfil dos Programas de pós-graduação em turismo, suas linhas de pesquisa e produções.

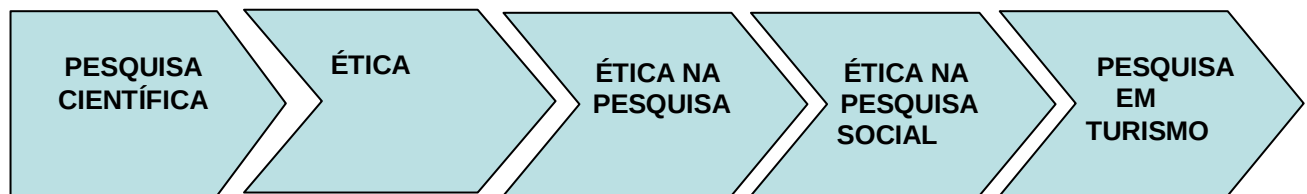


Figura 01: Esquema geral da fundamentação teórica.

Fonte: Elaboração própria, 2012.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 A pesquisa científica

*Pesquisar é ver o que outros viram, e pensar o que nenhum outro pensou.
(Albert Szent Gyorgyi)*

Pesquisar significa, de forma simples, procurar respostas para indagações propostas. Minayo (1993, p.23), vendo por um prisma mais filosófico, considera a pesquisa como:

Atividade básica das ciências na sua indagação e descoberta da realidade. É uma atitude e uma prática teórica de constante busca que define um processo intrinsecamente inacabado e permanente. É uma atividade de aproximação sucessiva da realidade que nunca se esgota, fazendo uma combinação particular entre teoria e dados.

Demo (1996, p.34) insere a pesquisa como atividade cotidiana considerando-a como uma atitude, um “questionamento sistemático crítico e criativo, mais a intervenção competente na realidade, ou o diálogo crítico permanente com a realidade em sentido teórico e prático”. Para Gil (1999, p.42), a pesquisa tem um caráter pragmático, é um “processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. O objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos”. Portanto, pesquisa é um conjunto de ações, propostas para encontrar a solução para um problema, que têm por base procedimentos racionais e sistemáticos.

Conforme Andrade (2003), as finalidades da pesquisa científica podem ser classificadas em dois grupos: o primeiro tem por objetivo a satisfação do desejo de adquirir conhecimentos, a “ciência pura”; o segundo tem por finalidade as aplicações práticas, que se concretizam por meio das chamadas “ciências aplicadas”. Vergara (2000, p. 47) define a pesquisa aplicada como sendo “fundamentalmente motivada pela necessidade de resolver problemas concretos, mais imediatos ou não”. A pesquisa pura é motivada pela curiosidade intelectual do pesquisador. Basicamente, esta é a distinção básica entre uma e outra, ou seja, a utilização dos resultados da pesquisa aplicados ou não à prática.

Quanto ao contexto onde a pesquisa é realizada existe a pesquisa de campo e a pesquisa de laboratório. Vergara (2000) faz a distinção entre as duas ao estabelecer que a pesquisa de campo é realizada no local onde ocorre ou ocorreu determinado fenômeno, ou em um local que disponha de elementos para explicá-la. Ou seja, consiste na observação de fatos tal

como ocorrem espontaneamente. Logo, a pesquisa de laboratório é realizada em local circunscrito, em face da relativa impossibilidade de fazê-la em campo.

Diante disso, Lakatos e Marconi (1991) apresentam algumas vantagens verificadas na pesquisa de campo, tais como o acúmulo de informações sobre um dado fenômeno para serem analisados por outros pesquisadores, e a facilidade na obtenção de uma amostragem de indivíduos sobre determinada população ou classe de fenômenos. As desvantagens citadas pelos mesmos autores referem-se a um pequeno grau de controle sobre a situação de coleta de dados, e a possibilidade de que fatores desconhecidos possam interferir nos resultados, além de que o comportamento verbal pode ser relativamente de pouca confiança, pelo fato de os indivíduos falsearem suas respostas.

Nesse contexto, existem várias formas de se classificar uma pesquisa, do ponto de vista da **forma de abordagem** do problema pode ser (Gil, 1999):

- Pesquisa Quantitativa: considera que tudo pode ser quantificável, o que significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las. Requer o uso de recursos e de técnicas estatísticas (percentagem, média, moda, mediana, desvio-padrão, coeficiente de correlação, análise de regressão, etc.).
- Pesquisa Qualitativa: considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. É descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente.

Do ponto de vista de seus **objetivos** a pesquisa pode ser (Gil, 1999):

- Pesquisa Exploratória: visa proporcionar maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo explícito ou a construir hipóteses. Envolve levantamento bibliográfico; entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; análise de exemplos que estimulem a compreensão. Assume, em geral, as formas de Pesquisas Bibliográficas e Estudos de Caso.
- Pesquisa Descritiva: visa descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Envolve o uso de técnicas

padronizadas de coleta de dados: questionário e observação sistemática. Assume, em geral, a forma de Levantamento.

- Pesquisa Explicativa: visa identificar os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Aprofunda o conhecimento da realidade porque explica a razão, o “porquê” das coisas. Quando realizada nas ciências naturais, requer o uso do método experimental, e nas ciências sociais requer o uso do método observacional.

Do ponto de vista dos **procedimentos técnicos** (Gil, 1999), pode ser:

- Pesquisa Bibliográfica: quando elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de livros, artigos de periódicos e atualmente com material disponibilizado na Internet.
- Pesquisa Documental: quando elaborada a partir de materiais que não receberam tratamento analítico.
- Pesquisa Experimental: quando se determina um objeto de estudo, selecionam-se as variáveis que seriam capazes de influenciá-lo, definem-se as formas de controle e de observação dos efeitos que a variável produz no objeto.
- Levantamento: quando a pesquisa envolve a interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer.
- Estudo de caso: quando envolve o estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos de maneira que se permita o seu amplo e detalhado conhecimento.
- Pesquisa Expost-Facto: quando o “experimento” se realiza depois dos fatos.
- Pesquisa-Ação: quando concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo. Os pesquisadores e participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo.
- Pesquisa Participante: quando se desenvolve a partir da interação entre pesquisadores e membros das situações investigadas.

A metodologia científica é entendida como um conjunto de etapas ordenadamente dispostas que se deve vencer na investigação de um fenômeno, assim, a metodologia de pesquisa pode ser considerada como um instrumento para o pesquisador. Na origem do termo, temos metodologia como o estudo dos caminhos, dos instrumentos para a produção de conhecimentos científicos, para a construção e desenvolvimento da Ciência (DEMO, 1996).

A distinção de método e técnica é definida por Ruiz (1991) como método para significar o traçado das etapas fundamentais da pesquisa, enquanto técnica significa os diversos procedimentos ou a utilização de diversos recursos peculiares a cada objeto de pesquisa, dentro das diversas etapas do método. Diante desses aspectos, Bourdieu (1999) assegura que a escolha do método não deve ser rígida, mas sim rigorosa, ou seja, o pesquisador não necessita seguir um método só com rigidez, mas qualquer método ou conjunto de métodos que forem utilizados devem ser aplicados com rigor.

Porém, não existem regras fixas que produzam resultados completamente livres de erros ou desvios, bem como, nenhuma área do conhecimento está limitada a um conjunto fixo de métodos. A ciência é dinâmica e, portanto, novos métodos podem ser desenvolvidos ou aprimorados. Deste modo, a ciência não pode fornecer respostas eternas, mas, o contrário, está em constante processo de crescimento.

De acordo com Feyerabend (1989) os paradigmas somente são ultrapassados e a ciência, conseqüentemente, faz avanços, quando os métodos acadêmicos tradicionalmente aceitos são deixados de lado. Para Kuhn (1996) a história de uma ciência não deve ser considerada como um processo evolutivo, mas transformada por revoluções paradigmáticas. Assim, lentamente vai sendo construído um novo modelo científico, que acaba por substituir seu antecessor e, assim, ocorrem os saltos, as rupturas teóricas (e de paradigmas) que fazem o conhecimento avançar.

Assim, para o desenvolvimento de uma pesquisa é fundamental o emprego de um conjunto de normas e procedimentos racionais, sistematizados, que devem ser minuciosamente planejados. Este planejamento constitui-se por etapas e, para cada etapa, deve-se definir métodos e técnicas, os procedimentos e demais determinantes para o desenvolvimento da pesquisa.

Portanto, pode-se dividir o procedimento de uma pesquisa em sete etapas: a pergunta de partida, a exploração, a problemática, a construção do modelo de análise, a observação, a análise das informações e as conclusões. As três primeiras etapas são agrupadas no ato de ruptura, que consiste em romper com os preconceitos e as falsas evidências, a quarta etapa faz parte do ato de construção e as três últimas etapas são agrupadas no ato de verificação (Fig. 02).

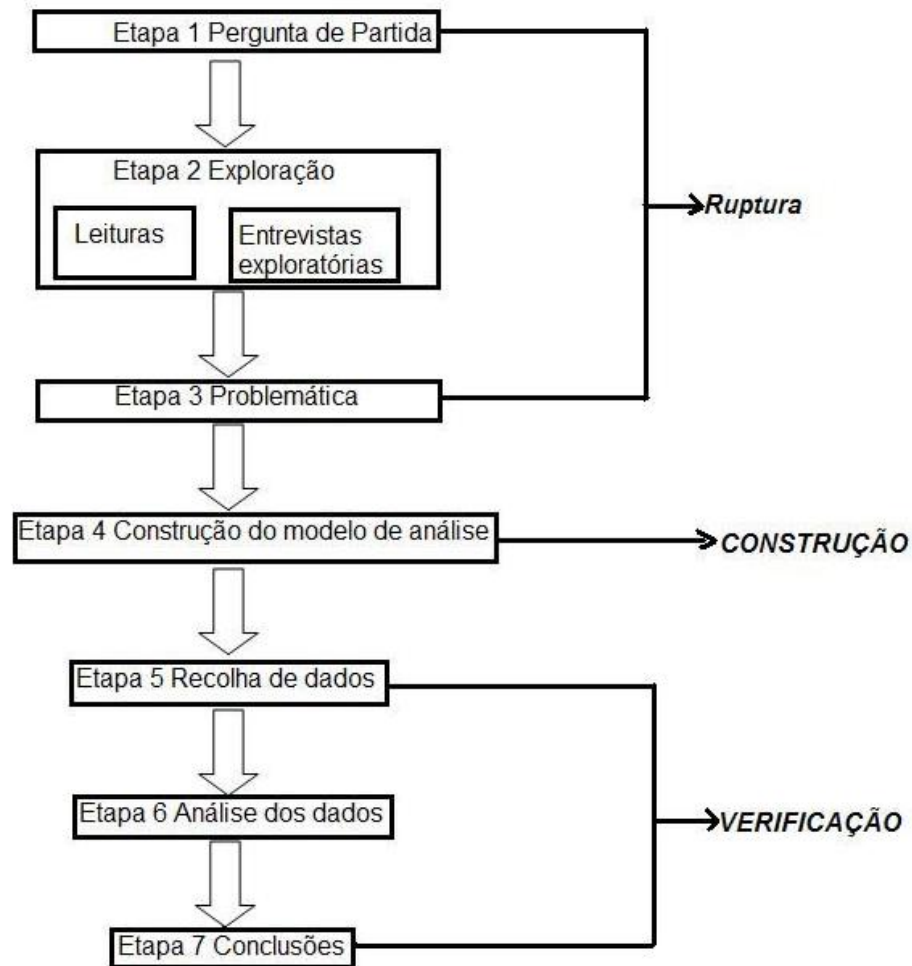


Figura 02: Etapas da pesquisa

Fonte: Quivy; Campenhoudt (1992).

Conforme Quivy e Campenhoudt (1992), a primeira etapa se constitui da formulação da pergunta de partida, em que, deve-se respeitar a clareza, a exequibilidade e a pertinência. A etapa de exploração (segunda etapa) é constituída pelas operações de leitura, as entrevistas e os métodos complementares. Para escolher bem uma leitura é preciso levar-se em conta: ligações com a pergunta de partida, dimensão razoável do programa de leitura, elementos de análise e de interpretação, abordagens diversificadas, intervalos de tempo consagrados à reflexão pessoal e às trocas de ponto de vista. Na terceira etapa, faz-se necessário realizar o balanço e descrever as problemáticas possíveis e, por fim, definir uma problemática. Na quarta etapa se constroem as hipóteses e o modelo, necessitando fazer as relações entre os conceitos e entre as hipóteses, assim como a construção dos conceitos, quanto à dimensão e os indicadores.

Ainda conforme Quivy e Campenhoudt (1992), na quinta etapa deve-se realizar a delimitação do campo de observação, conceber o instrumento de observação, testá-lo e proceder à recolha das informações. Não basta saber que tipos de dados deverão ser recolhidos, é também preciso delinear o campo das análises empíricas no espaço, geográfico e social, e no tempo. É preciso levar em conta a margem de manobra do investigador: os prazos e os recursos de que dispõe e as informações com que pode contar. Já na sexta etapa, deve-se descrever e preparar os dados para a análise, medindo as relações entre as variáveis, comparando os resultados esperados com os resultados observados, procurando significado das diferenças. Por fim, na sétima etapa, é importante recapitular o procedimento, apresentando os resultados, e pondo em evidência os novos conhecimentos e as consequências práticas.

Nesse sentido, a realização de uma pesquisa pressupõe alguns requisitos básicos, tais como a qualificação do pesquisador, os recursos humanos, materiais e financeiros. Entre as qualidades intelectuais e sociais do pesquisador, Gil (1999, p. 20) destaca:

- Conhecimento do assunto a ser pesquisado;
- Curiosidade;
- Criatividade;
- Integridade intelectual
- Atitude autocorretiva;
- Sensibilidade social;
- Imaginação disciplinada;
- Perseverança e paciência;
- Confiança na experiência.

Além do tempo para dedicar-se ao desenvolvimento da pesquisa, o pesquisador, deve gerenciar a logística: equipamentos, livros, instrumentos, materiais, terceirização de atividades entre outros elementos. Ou seja, no desenvolvimento da pesquisa deverão ser levados em conta os recursos humanos e materiais, tais como disponibilidade de tempo e o indispensável suporte financeiro. Além disso, ainda existem as preocupações éticas que se deve ter durante todo o processo de pesquisa.

2.2 A ética

Chamamos de Ética o conjunto de coisas que as pessoas fazem quando todos estão olhando. O conjunto de coisas que as pessoas fazem quando ninguém está olhando chamamos de Caráter (Oscar Wilde)

Dois grandes valores moveram a humanidade a construir a sua história durante os séculos dos quais se tem algum relato: um destes valores é a justiça, e o outro, a verdade. São dois objetos ideais – ou, simplesmente, ideias – que brotaram diante das mentes humanas em tempos já imemoriais (MATHEUS, 2006).

De acordo com Trasferetti (2006, p. 28), “falar de ética é falar de convivência humana. São justamente os problemas da convivência humana que geram o problema da ética. A ética é extremamente necessária para regular e manter a vida humana em harmoniosa convivência. A ética se faz necessária porque os seres humanos não vivem isolados”. Cabe ressaltar que a ética implica na busca de um “dever agir” ideal. Em outras palavras, apesar de não ser conscientemente criada, a ética é um produto da vida social que tem a função de promover valores comuns aos membros da sociedade.

Para serem eticamente defensáveis, é preciso demonstrar que os atos com base no interesse pessoal são compatíveis com princípios éticos de bases mais amplas, pois a noção de ética traz consigo a ideia de alguma coisa maior que o individual. [Ou seja,] se vou defender a minha conduta em bases éticas, não posso mostrar apenas os benéficos que ela me traz (SINGER, 1998, p.18).

Portanto, a ética procura, se não responder, ao menos nortear a solução às questões que afligem a vida em sociedade, a coletividade, ainda que a decisão sobre o agir ético esteja circunscrita ao campo individual, isto é, parta individualmente de cada pessoa (REGULES, 2007). Nesse sentido, de acordo com Walls (2003), uma boa teoria ética deveria atender a pretensão de universalidade, ainda que simultaneamente capaz de explicar as variações de comportamento e as características das diferentes formações culturais e históricas. Com efeito, pode-se afirmar que, “se a ciência trata do que é, a ética trata do que deve ser” (ARNSPERGER; PARIJS, 2003, p. 8).

Logo, para Chauí (1994), a ética é terreno de um saber prático, feito de deliberações e escolhas sobre o possível e sobre o que depende da vontade dos homens: sua matéria-prima são valores e não fatos. Portanto, a ética filosófica, onde se situam os fundamentos conceituais da ética na pesquisa, é formada por uma variedade de teorias éticas que podem ser conflitantes entre si. Isso traz importantes consequências à análise ética, uma vez que uma determinada perspectiva

ética teórica ou um viés ético religioso, por exemplo, podem influenciar de maneira decisiva, a conduta ou a orientação de um pesquisador.

Partindo desses aspectos, Menezes (1996) ressalta que há de se considerar três pontos de vista éticos (quadro 02): um que identifica o *locus* primário do valor moral, com as disposições de caráter do agente (éticas da virtude); outro que defende o papel primordial da intenção do agente com o tipo de ação que essa intenção produz (éticas deontológicas); e um terceiro que se centra na consequência resultante da ação (consequencialistas) como, por exemplo, o utilitarismo.

TEORIAS ÉTICAS	Principais filósofos	Ideia central	Referências
Éticas da Virtude	Platão e, principalmente, Aristóteles ²	O indivíduo mais feliz e realizado do ponto de vista ético é aquele em que a razão predomina e, por isso, é capaz de decidir com mais acuidade e melhor governar a si mesmo. São as boas disposições de caráter que determinam os motivos e intenções de que resultam as ações. Essas disposições são chamadas de virtudes as quais possibilitam às pessoas viverem bem em uma sociedade.	MARCONDES (2007); MENEZES (1996)
Éticas Deontológicas	Immanuel Kant	Essas éticas enfatizam as regras morais envolvidas nas ações . A ação ética deve estar sustentada no seguinte raciocínio: deve-se sempre agir eticamente, sendo este um dever moral. Uma ação é moralmente correta quando com ela tratamos as outras pessoas e a nós mesmos também como fins em si mesmos, e não como meios.	KANT (1960); MENEZES (1996)
Éticas Consequencialistas	Jeremy Bentham; John Stuart Mill	A premissa básica utilitarista é a de que nossas ações devem sempre maximizar a utilidade para a maioria das pessoas envolvidas. A utilidade é definida em termo de bem-estar ou de satisfação de uma prioridade. A ação moralmente correta é aquela que tem como consequência um bem maior (ou um mal menor) para todos os envolvidos, inclusive para o agente.	MILL (1960); MENEZES (1996)

Quadro 02: Principais teorias éticas.

Fonte: Dados da pesquisa, 2012.

² É interessante observar que a obra “Ética a Nicômaco” de Aristóteles, foi o primeiro tratado de ética da tradição filosófica ocidental e também foi o pioneiro no uso do termo “ética” no sentido em que o emprega até hoje, de acordo com Menezes (1996).

Aristóteles frisa que o território ético firma-se, por definição, na prática, no hábito e no exercício. Não se forma o ser ético exclusivamente pelo conhecimento ou pela disposição do intelecto. A ética fala de perto ao espírito e à alma e só pode ser reconhecida quando praticada.

No sistema de Aristóteles, a ética, juntamente com a política, pertence ao domínio do saber prático, que pode ser contrastado ao saber teórico. Enquanto no âmbito do saber teórico, que inclui a metafísica, a matemática e as ciências naturais, sobretudo a física, o objetivo é o conhecimento da realidade em suas leis e princípios mais gerais, no domínio do saber prático o intuito é estabelecer sob que condições podemos agir da melhor forma possível tendo em vista nosso objetivo primordial que é a felicidade, ou a realização pessoal (MARCONDES, p. 39. 2007).

Portanto, na visão de Aristóteles, a ética é fundamentada como preceitos básicos que uma sociedade deve seguir para assim, torná-la mais justa, e conseqüentemente feliz. Essa felicidade é vista como o bem maior que todos buscam, está acima dos prazeres, das riquezas e da inteligência. Dessa forma, ela é representada pelo estado de excelência que o ser humano pode alcançar.

O conceito de felicidade do utilitarismo é diferente do Aristotélico, pois para Aristóteles, ele não é maximizável nem deve ser buscado por todos os envolvidos numa ação. Na visão utilitarista, a felicidade é vista como estado de bem-estar das pessoas ou a máxima utilidade que se pode conseguir, para isso, está fundamentado na visão consequencialista onde o que importa é o resultado. Sendo assim, o utilitarismo tenta tornar a ética aristotélica possível de pôr em prática. Porém, existem muitas críticas à ética utilitarista, as principais são (SEN, 2000, p. 75):

- 1) Indiferença distributiva: o cálculo utilitarista tende a não levar em consideração desigualdades na distribuição da felicidade (importa apenas a soma total, independentemente do quanto sua distribuição seja desigual). Podemos estar interessados na felicidade geral e, contudo desejar prestar atenção apenas nas magnitudes “agregadas”, mas também nos graus de desigualdade na felicidade.
- 2) Descaso com os direitos, liberdades e outras considerações desvinculadas da utilidade: a abordagem utilitarista não atribui a importância intrínseca e reivindicações de direitos e liberdades (eles são valorizados indiretamente e apenas no grau que influenciam as utilidades). É sensato levar em consideração a felicidade, mas não necessariamente desejamos escravos felizes ou vassalos delirantes.

- 3) Adaptação e condicionamento mental: nem mesmo a visão que a abordagem utilitarista tem do bem-estar individual é muito sólida, pois ele pode facilmente ser influenciado por condicionamento mental e atitudes adaptativas.

No que tange a ética utilitarista em pesquisas científicas, isto somente se justificaria se houvesse uma forte probabilidade de que pudesse contribuir para melhorias da condição humana, visto que o utilitarismo não tem interesse na afetiva distribuição das utilidades, pois a concentração se dá inteiramente sobre a utilidade total de todos considerados **em conjunto** (SEN, 2000). Tudo isso proporciona uma base informacional muito restrita, constituindo uma limitação significativa da ética utilitarista.

Assim, toda pesquisa realizada com seres humanos deveria atender ao princípio ético da humanidade, formulado pelo filósofo alemão Kant (1960) “o homem deve ser sempre tratado como um fim em si mesmo e nunca somente como meio para fins dos outros”. Quer dizer, as pessoas podem servir de sujeitos de pesquisa, podem servir à sociedade, à ciência, ao desenvolvimento, porém devem ser respeitadas como um fim em si mesmo e não como um meio para atender a interesses diversos.

Cabe ressaltar que Kant fez um bom trabalho no sentido de construir uma ética deontológica mais racional, que não é constituída por uma simples lista de regras, mas por um princípio que permite inferir se uma dada ação é moralmente correta, sem levar em conta os efeitos dessa ação (MENEZES, 1996). Sua proposição de uma ética de princípios e seu racionalismo encontra importantes seguidores no pensamento contemporâneo.

A conclusão que parece se impor é que só aprendemos a identificar um tipo de ação como sendo boa por envolver uma regra moral quando as consequências desse tipo de ação costumam ser boas. E quando as consequências de um tipo de ação costumam ser más, reconhece-se que o próprio tipo de ação precisa ser deontologicamente definido como mau, originando-se daí o dever de evitá-la (MENEZES, 1996 p. 88).

Sendo assim, sabe-se que as práticas de pesquisa que envolve seres humanos (“pesquisadores” e “pesquisados”) podem implicar conflitos de interesses e valores entre determinados atores. E a ética pode ser vista como o “saber prático” que visa justamente dar conta desta dialética do ponto de vista de suas implicações morais (MALIANDI, 1998 *Apud* SCHRAMM, 2004).

Nesse ponto, todas as teorias éticas são, em alguma medida, reflexo das próprias convicções morais do homem. Isso faz crer que, quanto mais um projeto de pesquisa se afastar

delas, menores serão as chances de se ter sucesso. Com isso, parte-se, então, para as questões de ética na pesquisa científica.

2.3 Ética na Pesquisa Científica e sua normatização

*A consciência é o melhor livro de moral e o que menos se consulta
(Blaise Pascal)*

Uma importante distinção a ser feita entre as exigências regulamentares ou legais e as diretrizes éticas é o fato de que o descumprimento das primeiras pode conduzir a implicações legais, podendo gerar processos civis e criminais contra o pesquisador. As diretrizes éticas, por sua vez, servem para informar e fornecer subsídios sobre quais os procedimentos e cuidados que devem ser adotados por razões éticas, independentemente do que diz a legislação local.

Matheus (2006) assegura que é impossível separar a ética da ciência, até porque a ciência e a ética tem uma origem comum: fazem parte de uma tarefa milenar que o ser humano assumiu para conhecer a si mesmo como sujeito, isto é, como autor do seu próprio saber e de suas próprias normas.

Tradicionalmente, conforme Klein & Fleischman (2002), os meandros de uma pesquisa eram conhecidos somente por profissionais atuantes no universo fechado das universidades e dos institutos públicos de pesquisa, sendo que, hoje em dia, as pesquisas se desenvolvem cada vez mais em institutos privados de investigação, o que traz uma suspeita adicional de conflitos de interesses entre pesquisadores, fontes financiadoras e possíveis usuários.

Para tanto, Chaui (1994) ressalta que muitas pesquisas científicas passaram a fazer parte das forças econômicas e políticas, tornando-se agentes econômicos e políticos. Por estas razões, se houve um tempo em que muitos pesquisadores acreditavam que sua firme determinação de fazer o bem, sua integridade de caráter e seu rigor científico eram suficientes para assegurar a eticidade de suas pesquisas, hoje esta concepção não é mais objeto de consenso (PALÁCIOS *et al.*, 2002).

Sendo assim, segundo a Associação Brasileira de Bioética (2010), os atores sociais envolvidos nas pesquisas são:

- ⇒ Sujeito de pesquisa;
- ⇒ Pesquisador;
- ⇒ Instituição de pesquisa;
- ⇒ Comitê de Ética em Pesquisa;

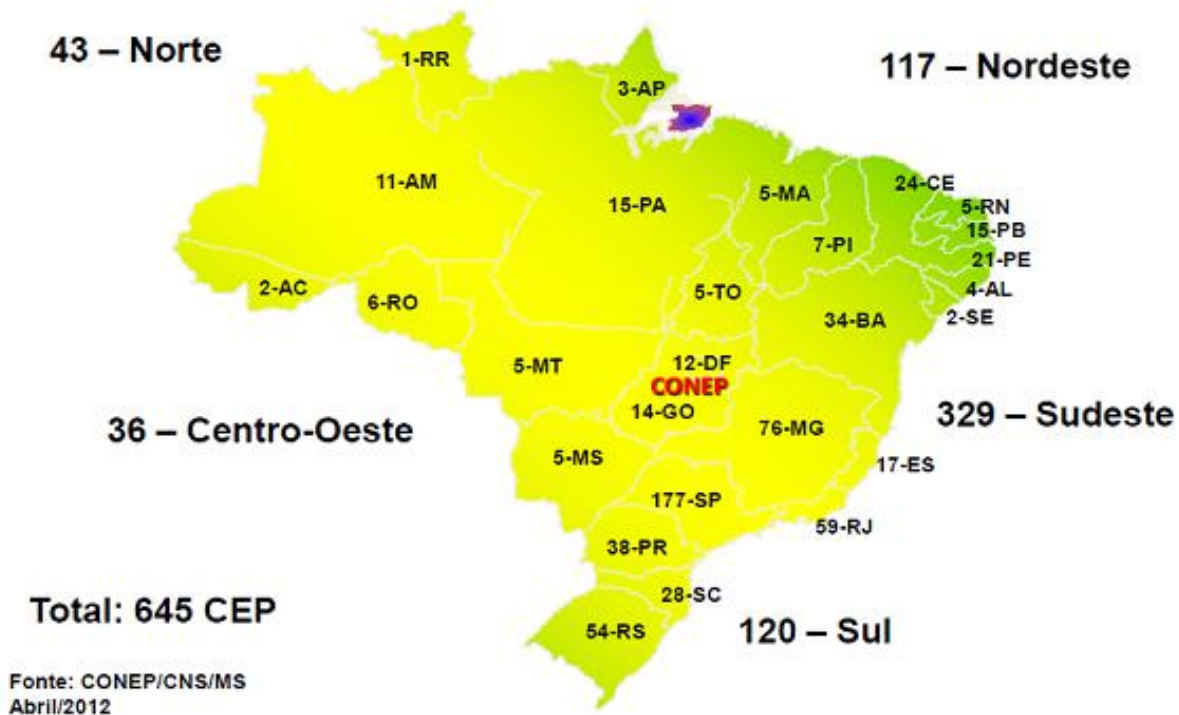
- ⇒ Promotor;
- ⇒ Patrocinador;
- ⇒ Comunidade.

Diante desses aspectos, Schmidt (2008) conceitua a ética na pesquisa como um campo de diálogo entre identidades/ alteridades em coletividades em que se deseje pesquisar a experiência pessoal e/ou coletiva dos indivíduos. Com efeito, Morin (1990) afirma que o *método da complexidade* sintetizado pela *competência em saber distinguir sem separar e juntar sem confundir*, considera que, um mesmo sujeito tenha tanto a necessária competência epistêmica e metodológica para avaliar corretamente uma pesquisa quanto a também desejável competência ética para avaliar a moralidade da mesma.

Dessa forma, a preocupação com a moralidade da pesquisa em seres humanos constitui o indício de uma *transição paradigmática* na percepção social das práticas de pesquisa porque implica, como norma, a “prestação de contas” aos sujeitos que forem objetos de pesquisa e à sociedade como um todo (SCHRAMM, 2004). Nesse sentido, o pesquisador é a todo o momento chamado a refletir e agir de forma ética.

A necessidade de uma normatização ética iniciou após a Segunda Guerra Mundial, quando houve a realização do Julgamento de Nurembergue, promovido pelos Estados Unidos, em que foi elaborado o primeiro documento internacional sobre ética em pesquisa, o Código de Nurembergue, em 1947, que continha recomendações sobre os aspectos que deveriam nortear a realização de pesquisas com seres humanos. Em seguida, outros documentos foram produzidos e divulgados para subsidiar o processo de elaboração, avaliação, condução e divulgação de pesquisas, tendo como público-alvo instituições públicas e privadas, universidades, patrocinadores, pesquisadores, participantes e a sociedade em geral.

No Brasil, a pesquisa em seres humanos é regida pela Resolução do Conselho Nacional de Saúde 196/96, que contém as diretrizes para a atuação correta dos Comitês de Ética em Pesquisa (CEPs) – apresentados no mapa 01 -, que são subordinados à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP). A CONEP é “uma instância colegiada, de natureza consultiva, deliberativa, normativa, independente, vinculada ao Conselho Nacional de Saúde” (CNS, 2012). Esta comissão desempenha um papel coordenador da rede de comitês institucionais, além de constituir-se em órgão consultor na área de ética em pesquisas.



MAPA 01: CEPs registrados na CONEP
Fonte: CONEP, 2012

Os CEPs devem existir nas instituições que realizam pesquisas com seres humanos, em qualquer área do conhecimento. Para tanto, a resolução do CNS 196/96 define os CEPs como: “colegiados interdisciplinares e independentes, com ‘múnus público’, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criados para defender os interesses dos sujeitos da pesquisa em sua integridade e dignidade, para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos” (CNS, 2012). As atribuições de um CEP de acordo com a Resolução 196/96 do CNS (2011) são as seguintes:

- a) Revisar todos os protocolos de pesquisa envolvendo seres humanos, inclusive os multicêntricos, cabendo-lhe a responsabilidade primária pelas decisões sobre a ética da pesquisa a ser desenvolvida na instituição, de modo a garantir e resguardar a integridade e os direitos dos voluntários participantes nas referidas pesquisas;
- b) Emitir parecer consubstanciado por escrito, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, identificando com clareza o ensaio, documentos estudados e data de revisão. A revisão de cada protocolo culminará com seu enquadramento em uma das seguintes categorias: Aprovado; com pendência (quando o Comitê identifica determinados problemas no

protocolo, no formulário do consentimento ou em ambos, e recomenda uma revisão específica ou solicita uma modificação ou informação relevante, que deverá ser atendida em 60 (sessenta) dias pelos pesquisadores); retirado (quando, transcorrido o prazo, o protocolo permanece pendente); não aprovado e aprovado e encaminhado.

- c) Manter a guarda confidencial de todos os dados obtidos na execução de sua tarefa e arquivamento do protocolo completo, que ficará à disposição das autoridades sanitárias;
- d) Acompanhar o desenvolvimento dos projetos através de relatórios anuais dos pesquisadores;
- e) Desempenhar papel consultivo e educativo, fomentando a reflexão em torno da ética na ciência;
- f) Receber dos sujeitos da pesquisa ou de qualquer outra parte denúncias de abusos ou notificação sobre fatos adversos que possam alterar o curso normal do estudo, decidindo pela continuidade, modificação ou suspensão da pesquisa, devendo, se necessário, adequar o termo de consentimento.
- g) Requerer instauração de sindicância à direção da instituição em caso de denúncias de irregularidades de natureza ética nas pesquisas e, em havendo comprovação, comunicar à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa-CONEP;
- h) Manter comunicação regular e permanente com a CONEP/MS.

Logo, este conjunto normativo de Resoluções – CEPs-Conep – pretende proteger a integridade e o bem-estar das pessoas pesquisadas (sujeitos da pesquisa) e contribuir para a qualidade das pesquisas (BRASIL, 2002) que queiram ser cientificamente fidedignas, metodologicamente corretas, moralmente aceitáveis e socialmente relevantes.

Cabe frisar que o Conselho Nacional de Saúde, por meio da CONEP, promoveu, entre os dias 17 e 19 de junho de 2010, em São Paulo, o III Encontro Nacional de Comitês de Ética em Pesquisa (III Encep), com o tema: *A rede social de proteção de sujeitos de pesquisa: desafios para o Controle Social*. O evento reuniu cerca de 800 membros dos Comitês de Ética em Pesquisa:

Segundo a Coordenadora da Conep, Gysélle Saddi Tannous, foram realizados dez encontros regionais que antecederam o Encep (Encontro Nacional de Comitê de Ética em Pesquisa) e reuniram cerca de mil pessoas. Presente no evento, o Presidente do CNS, Francisco Batista Júnior, destacou que o Sistema CEP/Conep é um exemplo de sucesso da participação das pessoas com resultados mais imediatos (JORNAL DO CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE, 2010, p.4).

Nesse contexto, o Brasil acompanha uma tendência internacional iniciada após a Segunda Guerra em 1947. Nesse ambiente de guerra, as experiências com seres humanos foram orientadas pelo utilitarismo: a ideia era buscar "o maior bem para o maior número possível" através de pesquisas médicas. Em consequência disso, após julgamento dos médicos nazistas em Nuremberg, surgiu uma série de acordos internacionais (o Código de Nuremberg, a Declaração de Helsinque, o Relatório Belmont, CIOMS /OMS, etc.) para subsidiar as pesquisas científicas (VALDEZ-MARTINEZ *et al.*, 2005).

No que se refere à Declaração de Helsinque, sua origem se deu por meio da necessidade de regulamentar as pesquisas em humanos devido à pouca influência do Código de Nuremberg sobre as práticas de pesquisa. A primeira versão desta Declaração data de 1964, sendo elaborada e aprovada pela Associação Médica Mundial, e, ainda é considerada a principal ferramenta internacional para avaliar a moralidade das pesquisas com seres humanos (PALÁCIOS *et al.*, 2002).

Face ao exposto, conforme Barbosa & Souza (2008), a Declaração de Helsinque propaga os principais referenciais que se tem hoje sobre ética em pesquisa: o consentimento informado ao participante, o cuidado com riscos e danos a ele, dentre outros aspectos como sigilo e respeito à individualidade e à privacidade.

Contudo, embora os códigos deontológicos sejam considerados *prima facie* necessários para orientar a moralidade do pesquisador, eles não podem ser considerados dados e válidos em qualquer circunstância, mas deverão ser inseridos no contexto histórico (e talvez evolutivo) de transformação das mentalidades e dos costumes (SCHRAMM, 2004). Na verdade, os códigos, apesar de importantes para nortear moralmente o que cada profissional deve fazer para ser considerado um agente eticamente respeitável, não são suficientes, visto que, deve-se ainda considerar os possíveis efeitos dos atos, do *agente moral* (pesquisador), que podem ser daninhos e até nefastos para os *pacientes morais* (pesquisado).

No entanto, no caso brasileiro, o sistema Resoluções – CEPs-Conep pretende justamente evitar este tipo de dificuldade por tratar-se de um sistema “misto” (deontológico e teleológico) que prevê, portanto, revisões, cooperação entre instâncias e um papel educativo (BRASIL, 2002). Para tanto, observa-se uma mudança do perfil dos comitês, antes de caráter profissional, uma vez que derivados dos Comitês de Ética Médica, para um colegiado mais

diversificado, resultando numa pluralidade de enfoques a serem considerados na prática das análises dos projetos.

De acordo com a Resolução 196/96, todos os projetos de pesquisa que utilizem seres humanos como sujeitos, independente da área do conhecimento a que pertencem, deveriam obrigatoriamente ser avaliados por um Comitê de Ética em Pesquisa antes de seu início e implementação. Desse modo, o comitê passaria a compartilhar com o pesquisador a responsabilidade pela realização da pesquisa, seu monitoramento e acompanhamento ético (GUILHEM; DINIZ, 2005).

Assim, os Comitês de Ética em Pesquisa não devem se restringir a uma instância burocrática, mas constituir-se em espaços de reflexão e monitoração de condutas éticas, de explicitação de conflitos e de desenvolvimento da competência ética da sociedade. Nesse sentido, o conjunto formado por regulamentações, normas e comitês continua sendo um importante meio, senão para eliminar todos os abusos, pelo menos para reduzi-los de acordo com a atuação, sobretudo, de seus representantes de usuários e da cobrança da sociedade por meio deles.

2.3.1 Conduta Imprópria na Ciência

A partir da segunda metade do século XX, o grande desenvolvimento das ciências biomédicas vem possibilitando enorme poder de intervenção sobre a vida humana. Além disso, tem se tornado mais difícil distinguir a pesquisa de suas aplicações, o que coloca a ciência estreitamente ligada à indústria e à economia. Inseridas num mundo capitalista, onde os investimentos exigem retorno rápido, as pesquisas também sofrem as pressões de mercado. Tais fatos, associados à expansão do setor de comunicações e à busca de consolidação dos direitos sociais a partir do princípio da cidadania plena, trazem à tona dilemas éticos para os envolvidos com a ciência e, mais ainda, para a sociedade como um todo.

Com efeito, ao tratar da ética na pesquisa, faz-se necessário discutir sobre o que seria uma conduta imprópria na ciência. Sendo assim, uma definição amplamente aceita aparece na Política Estadunidense sobre Improbidade Científica (2011), que é a seguinte:

(...) A conduta imprópria na ciência é definida como a fabricação, falsificação ou plágio na proposição, execução, ou revisão de uma pesquisa, ou no relatório de resultados de pesquisa (...). Fabricação é a invenção de dados ou resultados e o posterior registro por escrito e divulgação em um relatório (...). Falsificação é a manipulação de materiais, equipamentos ou processos de pesquisa, ou a alteração ou omissão de dados ou resultados de forma que a pesquisa não é representada precisamente no registro de pesquisa (...). Plágio é a apropriação das ideias, processos, resultados e palavras de outra pessoa sem dar a ela o crédito adequado.

Dessa forma, outras situações também podem ser qualificadas como condutas impróprias na ciência como se pode observar na Figura 03 abaixo e nos exemplos em anexo.

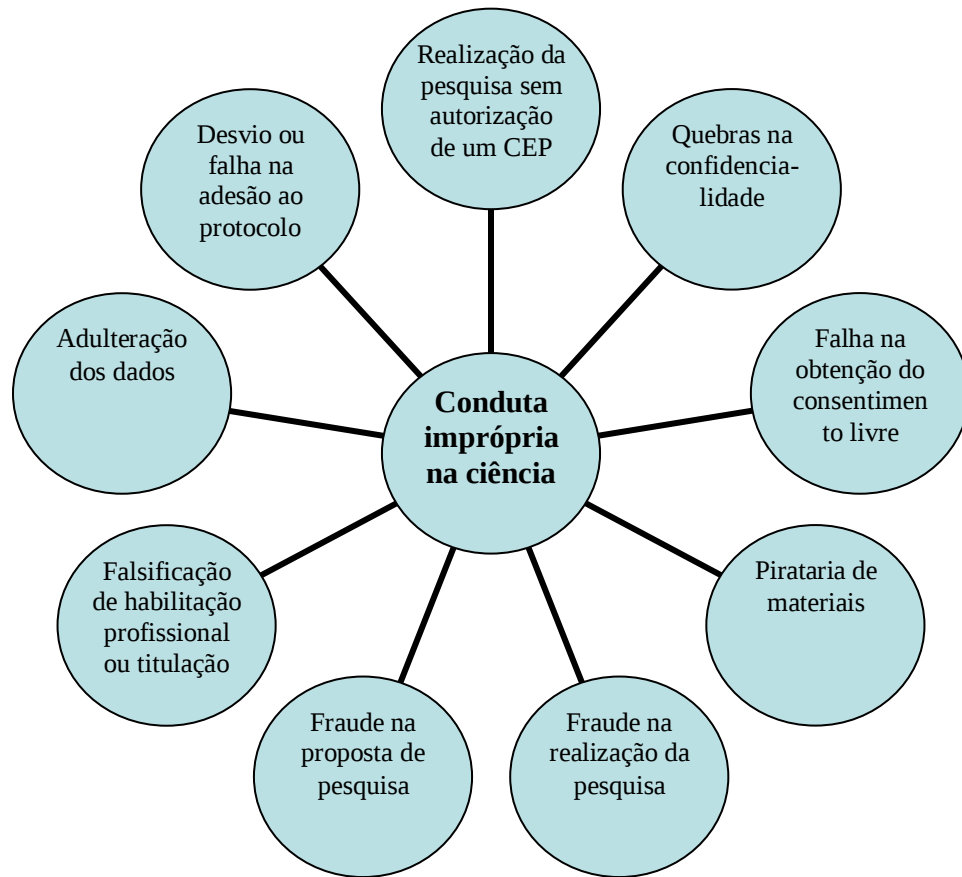


Figura 03: Condutas impróprias na ciência
Fonte: Adaptado de SCHNEIDER; SCHUKLENK (2005).

Como afirma Morin (2003, p.35), ao discorrer sobre ética, as atividades científicas necessitam de um reforço moral. Segundo o autor, “a moral tem dois tipos de alinhamento: o sentimento de responsabilidade e o sentimento de solidariedade”. Assim, devido à imprevisibilidade das consequências de uma investigação, é imperativo que a ética esteja sempre presente ao se elaborar um projeto de pesquisa, principalmente, quando esta lida com seres humanos. Face ao exposto, é válido discutir sobre a responsabilidade do pesquisador no processo de pesquisa.

O caminho entre liberdade e responsabilidade é de mão dupla. Sem a liberdade substantiva e a capacidade para realizar alguma coisa, a pessoa não pode ser responsável por fazê-la. Mas tem efetivamente a liberdade e a capacidade para fazer alguma coisa impõe a pessoa o dever de refletir sobre fazê-la ou não, e isso envolve responsabilidade individual. Nesse sentido, a liberdade é necessária e suficiente para a responsabilidade (SEN, 2000, p. 322).

Nesse sentido, a ética, ao conduzir as ações da pesquisa, deve ser observada de forma que haja o entendimento coletivo visando o todo, a partir das responsabilidades assumidas. Para Morin (1996, p. 117) “responsabilidade é noção humanística ética que só tem sentido para o sujeito consciente”. Logo, segundo Paiva (2005), na relação entre pesquisadores, as questões éticas mais relevantes que devem ser observadas no processo de pesquisa são:

- a) O respeito ao trabalho do colega;
- b) Autoria e co-autoria;
- c) Pareceres sobre os trabalhos dos colegas;
- d) Citações de trabalhos de outros pesquisadores;
- e) Cooperação com outros pesquisadores.

O crédito à autoria deve levar em conta as contribuições substanciais recomendadas pelo grupo de Vancouver: 1) para a concepção e planejamento, ou análise e interpretação dos dados; 2) em forma de rascunho do artigo ou revisão crítica com conteúdo intelectual importante; 3) com aprovação final da versão a ser publicada. As condições 1, 2, e 3 devem ser respeitadas (PAIVA, 2005).

Dessa forma, é importante observar as normas de ética em pesquisa para que condutas impróprias sejam evitadas. Com isso, na visão de Resnick (2008) existem varias razões que evidenciam a importância de se respeitar as normas éticas em pesquisa, e destaca que, as normas promovem os objetivos da investigação, tais como o conhecimento e a verdade, de forma a ser evitado o erro. Além disso, a pesquisa envolve, muitas vezes, grande cooperação e coordenação entre diferentes pessoas em diferentes disciplinas e instituições.

Assim, os padrões éticos promovem valores que são essenciais ao trabalho colaborativo, tais como confiança, responsabilidade, respeito mútuo e justiça (RESNICK, 2008). Diante disso, para a Resolução 196/96, a eticidade da pesquisa implica em:

- a) Consentimento livre e esclarecido dos indivíduos-alvo e a proteção a grupos vulneráveis e aos legalmente incapazes (autonomia);
- b) Ponderação entre riscos e benefícios, tanto atuais como potenciais, individuais ou coletivos (beneficência);
- c) Garantia de que danos previsíveis serão evitados (não maleficência);

d) Relevância social da pesquisa com vantagens significativas para os sujeitos da pesquisa e minimização do ônus para os sujeitos vulneráveis o que garante a igual consideração dos interesses envolvidos (CNS, 2012).

Para realizar qualquer projeto de pesquisa que envolva ser humano, o pesquisador tem, obrigatoriamente, que refletir e analisar criticamente os aspectos éticos da sua conduta. Até porque, sabe-se que quando ocorre um avanço científico ou tecnológico, a humanidade vê-se diante da possibilidade de obter benefícios, mas também de ter que conviver com os riscos (FREIRE-MAIA, 1990). Dessa forma, as questões éticas que devem ser consideradas e refletidas em todo o processo de pesquisa estão apresentadas no quadro 03, a seguir:

Etapas da Pesquisa	Questões éticas a serem observadas
No problema	Beneficiar ou não prejudicar os participantes.
Nos objetivos e nas indagações da pesquisa	Comunicar os objetivos do estudo aos participantes; Comunicar quem é o órgão que apoia a pesquisa.
Na coleta de dados	Respeitar os participantes e o local de pesquisa (deixar intacto); Não expor os participantes e a equipe da pesquisa ao risco; Não coagir o participante a participar da pesquisa; Obter, por escrito, o livre consentimento do participante, bem como o consentimento do acesso ao local da pesquisa; Deixar claro a natureza da pesquisa e o possível impacto aos participantes (riscos resultantes da pesquisa); Respeitar a privacidade do participante; Disponibilizar o resultado final da pesquisa ao pesquisado e ao órgão de apoio da pesquisa.
Na interpretação dos dados	Manter o anonimato das pessoas e /ou empresas pesquisadas; Armazenar os dados da pesquisa durante tempo determinado e depois destruir os dados, de forma a evitar a utilização por terceiros; Gerar informações precisas e exatas.
Na divulgação e redação	Não usar linguagem ou palavras preconceituosas; Evitar supressão, falsificação ou invenção dos resultados para atender necessidades do pesquisador ou público interessado; Prever as repercussões da condução da pesquisa junto a determinados públicos; Não realizar análises equivocadas por despreparo técnico-profissional (como na utilização de softwares).

Quadro 03: Questões éticas no processo de pesquisa

Fonte: Adaptado de Creswell, 2007.

Para tanto, Bogdan & Biklen (1994) afirmam que os aspectos éticos na pesquisa devem ser pautados, desde o princípio, na formulação dos objetivos, escolha dos participantes e determinação do método. Portanto, o pesquisador deve entender que ao entrar num dado contexto ele sofre interferência e, com isso, é preciso avaliar previamente os impactos e potenciais riscos ou danos nesta realidade.

Logo, a Resolução 196/96 caracteriza uma pesquisa como ética, também pela sua relevância social, preservando o sentido de sua destinação sócio humanitária. A Resolução ainda determina que as pesquisas em comunidades, sempre que possível, deverão traduzir-se em benefícios cujos efeitos continuem a se fazer sentir após sua conclusão e assegurar aos participantes os benefícios resultantes do projeto, seja em termos de retorno social, acesso aos procedimentos, produtos ou agentes da pesquisa (CNS, 2012).

Assim, retomando os princípios defendidos por Morin (2003), presume-se que, se o sentimento de responsabilidade e de solidariedade guiarem as ações, os pesquisadores podem ser aceitos em comunidades discursivas diversas sem constrangê-las, assegurando-lhes privacidade, segurança e tratamentos equânimes.

2.3.2 Consentimento livre e esclarecido

O consentimento livre e esclarecido do participante é uma exigência não só do Brasil, mas de todos os códigos internacionais e é, sem dúvida, um dos pilares da ética nas pesquisas científicas (ARAUJO, 2003). Para que o participante possa manifestar sua autonomia, ele deve ser esclarecido de todos os aspectos envolvidos na pesquisa: seus riscos, seus benefícios, e o que ele, como participante, deverá fazer como parte da pesquisa. O sujeito autônomo é premissa para a existência ética e, portanto, para a existência de pesquisas éticas.

Dois anos após a divulgação da Declaração de Helsinque, em 1966, um estudo conduzido por Henry Beecher, publicado no *New England Journal of Medicine*, mostrava problemas éticos em 50 trabalhos científicos, assinalando-se que raros deles mencionavam a obtenção de consentimento esclarecido dos sujeitos da pesquisa. O fato é que, na atualidade, periódicos nacionais e internacionais na área da saúde enfatizam essa exigência, como norma obrigatória para a divulgação de trabalhos de pesquisa com seres humanos (OSELKA, 2005).

Com efeito, a Resolução 196/96 define o consentimento livre e esclarecido como:

Anuência do sujeito da pesquisa e/ou de seu representante legal, livre de vícios (simulação, fraude ou erro), dependência, subordinação ou intimidação, após explicação completa e pormenorizada sobre a natureza da pesquisa, seus objetivos, métodos, benefícios previstos, potenciais de riscos e o incômodo que esta possa acarretar, formulada em um termo de consentimento, autorizando sua participação voluntária (CNS, 2012).

O termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE), ao exigir a informação prévia dos participantes, é um exemplo de como as premissas kantianas foram traduzidas no debate sobre a ética em pesquisa. Ou seja, a concordância dos participantes com a pesquisa é uma forma de expressar que os propósitos da pesquisa são compartilhados e que não são apenas instrumentos para um fim, mas parte fundamental de um processo.

Na prática, no entanto, o *Consentimento Esclarecido* parece não funcionar sempre tão bem como se gostaria. De acordo com Aguirre (2008), pesquisadores têm verificado que — pelo menos para parcela significativa dos participantes — a assinatura do TCLE pode não significar que o voluntário realmente entendeu e concordou com a participação. Evidencia-se a dificuldade com o *esclarecer* ou *informar*, tanto pela quantidade de informações inseridas (falta ou excesso) quanto pela linguagem utilizada (frequentemente não acessível aos sujeitos de pesquisa).

O TCLE é um documento destinado ao potencial sujeito da pesquisa, e precisa ser autoexplicativo. No item IV.1 da Resolução 196/96 consta a exigência de “que o esclarecimento dos sujeitos se faça em linguagem acessível”(CNS, 2012). As diferenças de cultura e de conhecimento entre os pesquisadores e os sujeitos da pesquisa exigem a adaptação da informação a ser dada, para que o participante as entenda.

Logo, Bourdieu (1999) aconselha que o pesquisador desça do pedestal cultural e deixe de lado momentaneamente seu capital cultural para que ambos, pesquisador e pesquisado, possam se entender. Se isso não acontecer, provavelmente o pesquisado se sentirá constrangido e a relação entre ambos se tornará difícil. Ou seja, o pesquisador deve fazer tudo para diminuir a violência simbólica³ que é exercida através dele mesmo.

Diante disso, Oselka (2005) afirma que a obtenção de um consentimento que valide a pesquisa é tarefa difícil, delicada e complexa. Para além dela, importa a moralidade do pesquisador, mais importante mesmo do que a normatização da atividade investigativa. Desta forma, importa, sim, o compromisso do pesquisador com as pessoas envolvidas e não somente com a ciência.

Ao se declarar o respeito pelas pessoas como um dos princípios éticos básicos da condução de pesquisas, incorpora-se, ao menos, duas convicções: que os indivíduos devem ser

³ Para este autor, *violência simbólica* se refere a mecanismos utilizados pelas pessoas, grupos ou instituições, e que são impostos aos indivíduos como forma de dominação e exclusão social. Significa impor o reconhecimento e a legitimidade de uma única forma de cultura, desconsiderando e inferiorizando a cultura dos segmentos populares.

tratados como agentes autônomos e que as pessoas com autonomia reduzida para dar seu consentimento, ou seja, as que são sujeitos vulneráveis devem ser protegidas (ZOBOLI; FRACOLLI, 2005). Até porque, respeitar a autonomia das pessoas traz como condição a necessidade de situá-las no conjunto social ao qual pertencem.

Dessa maneira, se o TCLE representa uma conquista social para exercer o controle da produção de conhecimento, isso por si só não garante o caráter democrático e público da atividade de pesquisa. Vale ressaltar, portanto, as especificidades da pesquisa nas diversas áreas de conhecimento e como a ética está inserida nesse processo.

2.4 Ética na Pesquisa Social

*Não tentes ser bem sucedido, tenta antes ser um homem de valor.
(Albert Einstein)*

As pesquisas em ciências humanas e sociais têm a cada dia pautado a questão da ética como fundamental em todo o processo investigativo: na elaboração das temáticas a serem pesquisadas, na escolha dos participantes, na duração do trabalho de campo da pesquisa, na execução do estudo e, principalmente, no que tange aos cuidados quanto a riscos e danos aos participantes (BOGDAN; BIKLEN, 1994).

Pode-se dizer que os estudos de cunho qualitativo incentivaram uma mudança nesta área, uma vez que abandonam a ideia de “sujeitos” ou “cobaias” de pesquisa como era de praxe nos estudos da segunda metade do século XX, partindo para a concepção de “participantes” da pesquisa, que envolve não apenas mudança terminológica como de fundamento (BOGDAN; BIKLEN, 1994).

Nesse sentido, o “sujeito” seria aquele que se submete pacificamente ao estudo, ao passo que o “participante” é o personagem ativo no processo de construção desse conhecimento (BARBOSA; SOUSA, 2008). Em muitos casos, as relações entre pesquisador e participante estabelecidas em pesquisa não são muito diferentes das demais relações humanas, no que diz respeito a questões temporais, tecnológicas e espaciais.

Nesse caso, o pesquisador social busca alcançar uma compreensão humana do mundo habitado pelo participante, partilhando sua visão de mundo. Assim, colaboradores e interlocutores são, nesse sentido, muito mais do que meros informantes, sugerindo, muitas vezes, caminhos interessantes para o andamento da investigação (YASSOUR-BOROCHOWITZ, 2004). Portanto, a relação pesquisador-pesquisado envolve uma troca. Yassour-Borochowitz (2004)

expressa esse tipo de colaboração tão próxima como “dialógica” e “dinâmica”, o que dá uma perspectiva mais holística à natureza humana e é “a chave para o empoderamento e a mudança”.

Desta forma, Goodwin *et al.* (2003) asseguram que em pesquisa qualitativa não se fala mais em “coleta” de dados como se estes fossem dados já prontos e dispostos numa realidade, os dados são “construídos” coletivamente com os envolvidos no estudo, e, é fundamental nesse sentido a avaliação da relação pesquisador-pesquisado. Isso indica que a rápida disseminação das pesquisas qualitativas dentro de um campo⁴ dominado por outra maneira de fazer ciência provoca um confronto entre paradigmas. Ao contrário da pesquisa no campo biomédico, os pesquisadores sociais não pesquisam **em** seres humanos, mas **com** seres humanos.

Neste caso, para Kincaid (1996) a pergunta pertinente é se as ciências sociais teriam um estatuto específico ou se as ferramentas conceituais da epistemologia geral e os procedimentos da metodologia adotados nas ciências biomédicas poderiam ser válidos, também, para compreender os objetos de estudo das ciências sociais, como pretendia, de fato, o positivismo. Assim, faz-se necessário refletir se as pesquisas em ciências sociais deveriam estar regulamentadas pelo mesmo tipo de regras das ciências naturais.

Sentido Ontológico	Sentido Epistemológico	Sentido Metodológico
Os “naturalistas” consideram que não existe diferença pertinente entre fatos naturais e fatos sociais. Já os “antinaturalistas” afirmam que os objetos das ciências sociais não devem ser pensados como submetidos às leis deterministas e predições causais das ciências naturais, mas ter em conta sua criação de sentido e suas interpretações, considerando-os, portanto, objetos ontologicamente diferentes daqueles das ciências naturais.	O “naturalismo” é praticamente <i>sinônimo de positivismo e neopositivismo</i> . Para os neopositivistas a própria filosofia deveria adotar o método científico, pois os enunciados metafísicos careceriam de sentido; existiria um único método universal válido <i>a priori</i> , logo aplicável tanto às ciências naturais como às ciências sociais (KINCAID, 1996). Logo o paradigma das ciências sociais seria o mesmo daquele das ciências naturais.	O “naturalismo” requer a aplicação do método experimental das ciências naturais às tarefas das ciências sociais. Mas, considerando que o método experimental, é de difícil aplicação aos fatos sociais, devido a razões éticas ou jurídicas e ao impossível controle de variáveis, opta-se por dois substitutos: 1) o método comparativo que permita referir fatos sociais cujas causas são ainda desconhecidas a fatos sociais cujas causas já são conhecidas; 2) a utilização, na análise de fatos sociais, de dados quantitativos existentes para tentar descobrir, por inferência causal, associações estatísticas entre tais dados e fatos sociais.

Quadro 04: Ciências Naturais x Ciências Sociais.

Fonte: Adaptado de Benton (1998)

⁴ Quando utilizado isoladamente, o termo campo refere-se ao conceito introduzido por Bourdieu (1971). A expressão “campo de estudo” concerne ao domínio estudado por uma ciência.

O quadro 04 apresentou a diferença ontológica, epistemológica e metodológica entre essas ciências. Existe, pelo menos, uma aparente boa razão para se declarar epistemologicamente “naturalista”, consistente em admitir que o pesquisador que pretende conhecer o mundo, em seus aspectos humanos e sociais, faz parte deste mundo, compartilhando, portanto, muitas das características possuídas pelos entes e seres deste mundo. Esta razão em favor do naturalismo foi defendida inicialmente por John Stuart Mill (1843), para quem se os seres humanos fazem parte da ordem natural causal estudada pela ciência, e se a mente é parte dos seres humanos, então ela é também parte da natureza, tendo, portanto, base empírica.

Contudo, existem também aparentes boas razões para adotar uma epistemologia antinaturalista em ciências sociais. Para o epistemólogo Fred D’Agostino (1999), existiriam de fato três razões *prima facie* válidas para isso. Em primeiro lugar, a natureza “reflexiva” das ciências sociais em relação a seus objetos de estudo, ou seja, o fato de os seres humanos estarem, com seus pontos de vista e crenças, em interação simbólica entre si, contrariamente aos objetos das ciências naturais, que em princípio não interagiriam com o pesquisador. Em segundo lugar, para este mesmo autor, a natureza particularmente “complexa” dos fenômenos sociais que tornaria extremamente difícil fazer previsões sobre os comportamentos dos atores sociais estudados. Em terceiro lugar, a natureza controversa de muitas das categorias das ciências sociais, visto que seriam inseparáveis de julgamentos de valor.

Esta diferença faria com que, do ponto de vista ético e bioético, as ciências sociais devessem ser consideradas em seus aspectos *práticos* e *críticos*, ao contrário das ciências naturais, que poderiam ser consideradas em seus aspectos meramente *técnicos* e *instrumentais* (HABERMAS, 1981).

Assim sendo, é fundamental observar que a metodologia na área das ciências sociais, principalmente na perspectiva qualitativa, implica atribuir valor ético ao inesperado que pode surgir na pesquisa. Nesse caso, é necessário enfatizar a importância de parâmetros que definam os limites éticos das pesquisas, porém observa-se que deveriam ser criados também parâmetros éticos que atendam as especificidades das áreas das Ciências Humanas e Sociais.

2.4.1 A pesquisa qualitativa

Um marco histórico importante da gênese da pesquisa qualitativa é o movimento epistemológico que redundou na criação da fenomenologia, em 1900, fruto da preocupação de

Husserl em criar uma metodologia científica mais adequada à análise do homem. Sawaia (2005) traz a hipótese que a pesquisa qualitativa nasce com a preocupação ética de superar a desumanização imposta pela pesquisa quantitativa de orientação positivista.

Assim, a pesquisa qualitativa busca superar a avaliação da realidade por experimentação e mensuração, propondo um processo de pesquisa em que o pesquisador vai “interpretando e desvelando” sentidos. Autorreflexão e autêntico respeito pela alteridade formam como que um território no qual a pesquisa se instala e acontece. As conexões entre ética, política e ideologia são, portanto, um primeiro aspecto a apreender com e na pesquisa qualitativa de tipo participante (SCHMIDT, 2008).

Para tanto, um esquema foi criado por Brito & Leonardos (2001) para facilitar a leitura e compreensão dos processos de pesquisa qualitativa nas ciências humanas e sociais. Tal quadro baseia-se num triângulo equilátero (Fig. 04) em que os principais elementos constitutivos do processo de pesquisa estão colocados em cada um dos vértices, tendo em princípio, o mesmo valor. Essa relação triangular simboliza a complexidade crescente do conhecimento.

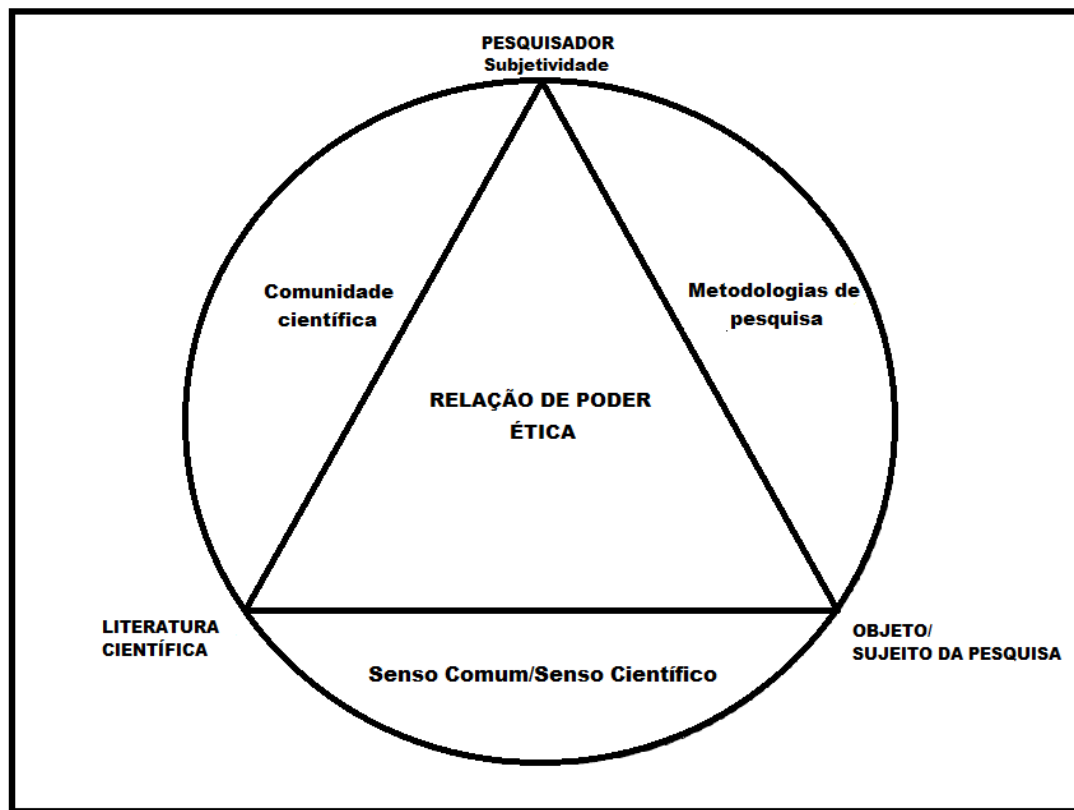


Figura 04: Esquema de descrição do processo de pesquisa.

Fonte: Brito; Leonardos (2001).

Este triângulo, por sua vez, está inscrito em um círculo que representa o processo de pesquisa em seu conjunto, de cujo centro irradia as relações de poder e um feixe de preocupações éticas que inspiram prática ou interações. Dessa forma, o mesmo triângulo propicia inúmeras leituras permitindo tanto a descrição da especificidade da prática de cada pesquisador e suas opções metodológicas e éticas quanto à síntese das diversas relações de força e dos eixos de tensão presentes nos diferentes momentos da pesquisa (BRITO; LEONARDOS, 2001):

- Relação entre Pesquisador e literatura científica: A literatura selecionada pelo pesquisador está em estreita relação com o tipo de relações acadêmicas que estabelece com os círculos por ele frequentados, com a linha de pesquisa ao qual se filia e com as redes de pesquisa às quais pertence;
- Relação entre Pesquisador e sujeito da pesquisa: O que une o pesquisador e seu campo de pesquisa é a metodologia. É mediante suas escolhas metodológicas que o pesquisador delimita formas de construção do conhecimento e possibilidades de interação com o sujeito;
- Relação entre literatura e sujeitos: É por sua produção científica que melhor se pode avaliar a posição que um pesquisador estabelece com os sujeitos da pesquisa no que se refere à produção do conhecimento.

No que se refere à relação com a comunidade científica, a ética pode se expressar pela maneira como são utilizados os recursos da literatura científica: a maneira pela qual as ideias são referenciadas e os conceitos definidos, a proteção do princípio da autoria, a forma de citar suas fontes, dentre outros (BRITO; LEONARDOS, 2001).

Ao tratar das relações de poder e ética, House (1990 p. 58) apresenta quatro princípios éticos básicos para a realização de estudos de campo nessa área: respeito mútuo, não coerção, não manipulação e suporte aos valores democráticos e às instituições. Este autor afirma que uma quantidade considerável de estudos realizados se mostra deficiente em pelo menos um destes princípios⁵.

Nesse sentido, Bogdan & Biklen (1994) asseguram que a pesquisa qualitativa trouxe, por isso, outro horizonte no que se refere aos cuidados éticos. A análise dos danos ou riscos para os participantes estende-se a comunidades, a instituições ou mesmo à díade pesquisador-

⁵ Para este autor, o que é considerado ético no plano institucional ou público, pode não ser viável em um plano comunitário. Assim, a própria experiência do autor tem um efeito retroativo na construção de sua ética no processo de pesquisa e suas experiências passadas servem de base para futuras negociações.

pesquisado, incluindo aí o que pode ser influenciado pela presença pura e simples do pesquisador como interventor numa realidade e o prosseguimento dessa intervenção *a posteriori* da pesquisa.

Sendo assim, de acordo com Sawaia (2005), a responsabilidade do pesquisador na pesquisa qualitativa vai além do esclarecimento do objetivo da pesquisa. As informações compartilhadas com os sujeitos devem prever riscos e o pesquisador deve estar preparado para resolver os problemas que suscita. Suas indagações podem gerar sofrimento nos participantes e compete ao pesquisador assumir a responsabilidade e ter a sensibilidade para detectá-los.

A questão do sigilo tem algumas implicações que também precisam ser analisadas. A revelação da identidade dos participantes, por exemplo, é mais fácil na pesquisa qualitativa já que o número de sujeitos é reduzido e a pesquisa sempre é dirigida a pequenas unidades (SAWAIA, 2005).

Além disso, conforme Sawaia (2005), a pesquisa qualitativa pode vir a ser prejudicada pela exigência do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, uma vez que em algumas ocasiões não é possível contar o objetivo da pesquisa de forma plena para não enviesar os resultados e induzir respostas. Cabe ainda ressaltar que, “nas pesquisas qualitativas, o consentimento livre e esclarecido é um processo de contínua interação entre o pesquisador e os pesquisados” (MEDEIROS *et al.*, 2007, p. 110).

Trata-se, pois, das contradições entre o estabelecimento de normas e regras por instâncias externas de regulamentação e controle ético (como a Resolução 196/96) e a defesa da autonomia do pesquisador nas pesquisas qualitativas, principalmente nas que abraçam metodologias participantes, etnográficas e com relatos orais (SCHMIDT, 2008).

Assim, acostumada com pesquisas quantitativas, a comunidade científica — dentre a qual os membros de Comitês de Ética em Pesquisa — ainda têm dificuldade em compreender as pesquisas qualitativas. A Resolução 196/96 tem, por vezes, artigos e normas muito claros quanto a procedimentos médicos e/ou uso de medicamentos, mas é pouco clara quando se refere aos estudos em ciências humanas e sociais ligadas ou não à saúde pública (BARBOSA; SOUSA, 2008).

Muito embora pesquisadores das áreas humanas ou que trabalham com metodologias qualitativas tenham direito à representação em todos os comitês, esta representação tem sido insuficiente, pois as reivindicações feitas pelos cientistas sociais (filósofos, historiadores, entre outros) não é compreendida, quando não é sequer “legitimada”, em função das hierarquias e

relações de poder internas ao próprio campo científico. Assim, os comitês têm servido, não raro, como forte desestímulo à realização de pesquisas qualitativas (LANGDON; MALUF; TONQUIST, 2008).

Diante desta realidade, os pesquisadores em ciências humanas e sociais, a partir de diferentes reflexões, têm discutido a necessidade de uma adaptação ou mesmo revisão da Resolução 196/96. Em reunião sobre Ética em Pesquisa Qualitativa em Saúde na cidade do Guarujá, em 2006, foram discutidas novas formulações para o início de um debate sobre a Resolução 196/96, com o fim de abarcar a especificidade dos estudos em ciências humanas e sociais (BARBOSA; SOUSA, 2008), sendo considerado um importante passo para que adaptações necessárias à Resolução sejam realizadas.

Após essas reflexões sobre ética na pesquisa social, cumpre discutir a realidade das pesquisas em turismo e, assim, pensar nos parâmetros éticos relevantes que possam contribuir para a geração do conhecimento por meio destas pesquisas. Vale salientar que por carência de material sobre ética na pesquisa voltada para o turismo, não se pôde desenvolver um item específico. Esta pesquisa visa justamente provocar essa discussão.

2.5 Pesquisa em turismo e geração do conhecimento

*Pesquisa é o processo de entrar em vielas para ver se elas são becos sem saída.
(Marston Bates)*

A partir da década de 1970, o estudo do turismo no Brasil iniciou seus primeiros passos no meio acadêmico. Os cursos *lato sensu* na área de Turismo surgiram no final da década de 1980 e cresceram significativamente na década de 1990. A finalidade desses cursos era: formar professores universitários; formar pesquisadores para o trabalho, atendendo as necessidades setoriais e regionais; e preparar profissionais de nível elevado, por causa da demanda de mercado de trabalho das instituições públicas e privadas (REJOWSKI, 1996).

O primeiro programa a de pós-graduação a produzir teses e dissertações que tinham o turismo como tema central, segundo Rejowski (1996), foi o programa da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo – ECA/USP. Cujo mestrado foi implantado em 1972 e o doutorado, em 1980.

Ao longo do tempo, têm evoluído a pós-graduação *Strictu Sensu* em Turismo e a pesquisa a ela atinente, assim o estudo do turismo passou a ganhar status científico, do que

derivou a produção crescente de conhecimentos que estão se constituindo em referenciais para um novo saber-fazer.

Atualmente, existe 01 Doutorado em Administração e Turismo no Brasil e ainda alguns Programas em nível de Mestrado. Esses cursos estão listados na tabela abaixo com as respectivas áreas de concentração. Percebe-se que as áreas de concentração dos Programas estão voltadas, em sua maioria, para Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, consequentemente, suas produções são voltadas para essas linhas de pesquisa.

Programa	Área de Concentração
Mestrado em Hotelaria e Turismo – UNIVALI	Planejamento e Gestão do Turismo e da Hotelaria
Mestrado em Hospitalidade - UAM	Planejamento e Gestão Estratégica em Hospitalidade
Mestrado em Turismo – UCS	Desenvolvimento Regional do Turismo
Mestrado em Turismo e Meio Ambiente – UNA	Desenvolvimento Regional do Turismo
Mestrado em Turismo – UFRN	Turismo, Desenvolvimento e Gestão
Mestrado em Turismo – UnB	Economia do Turismo Cultura do Turismo
Mestrado em Lazer – UFMG	Lazer, Cultura e Educação
Mestrado em Cultura e Turismo – UESC	Comunicação
Doutorado em Administração e Turismo – UNIVALI	Estratégia e Organizações
	Turismo: Espaço e Sociedade
Mestrado em Hotelaria e Turismo – UNIVALI/UNINORTE	Planejamento e Gestão do Turismo e da Hotelaria

Tabela 01: Áreas de concentração dos Programas de Pós-Graduação em Turismo

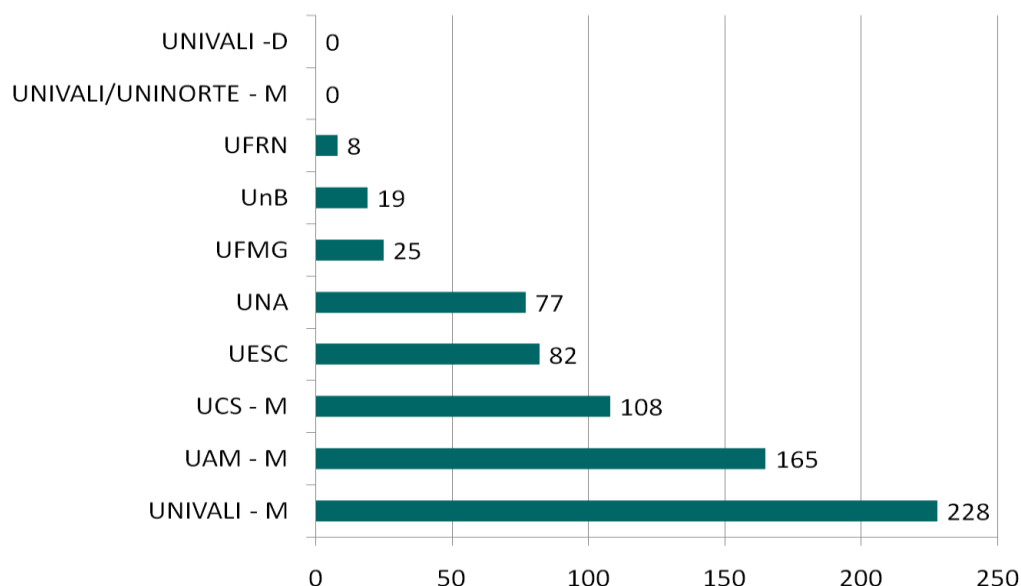
Fonte: Rejowski, 2011.

Apesar de estar relacionado na tabela acima, o Mestrado em Turismo e Meio Ambiente do Centro Universitário UNA de Minas Gerais, bem como o Mestrado em Cultura e Turismo da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) estão descredenciados, devido ao rebaixamento do conceito da Capes na avaliação trienal de 2010. Além dos cursos citados acima, ainda existe o Mestrado em Gestão de Negócios Turísticos da Universidade Estadual do Ceará (UECE), que iniciou suas atividades em 2012.

Nessa perspectiva, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) tem objetivo monitorar os cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu* no Brasil, com o objetivo de aprofundar a formação adquirida anteriormente e formar professores, pesquisadores e profissionais de alto nível. A CAPES (2012) se utiliza de avaliações (continuadas e por triênio) que contemplam a produção científica dos Programas de Pós-Graduação em Turismo e áreas correlatas.

Portanto, é válido apresentar a produção de dissertações de todos os Programas de Pós-Graduação em Turismo, desde suas fundações até o ano de 2010. Como se pode observar no gráfico abaixo, é notório que a Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI) apresenta o maior número de dissertações defendidas, por ser o Programa mais antigo do Brasil, fundado em 1997.

Gráfico 03: Dissertações defendidas por programa até 2010



Fonte: Rejowski, 2011.

Os dados acima evidenciam que o número de produções em Turismo ainda é insuficiente para constituir uma linha de pesquisa substancial, na sustentação de uma teoria do turismo, ou seja, no desvelamento de sua epistemologia. A tarefa do conhecimento é muito mais coletiva do que individual e necessita ainda “do encontro, da troca entre todos os investigadores e universitários que trabalham nesses domínios disjuntos” (MORIN, 1996, p.33).

Contudo, apesar das pesquisas na área de turismo estar adquirindo destaque, é fácil perceber que os estudos publicados, em especial no Brasil, ainda apresentam visões reducionistas do objeto pesquisado (Moesch, 2000). Ou seja, o turismo é analisado, na maioria dos trabalhos, sob os cânones da especialização de cada disciplina que o constitui – economia, geografia,

administração, marketing, sociologia, entre outras. Consequentemente, os estudos são fragmentados, desarticulados, unilaterais e com insuficiência metodológica, apresentando, salvo exceções pontuais, ausência de um espírito crítico passível de autonomia intelectual, que possibilite a construção de um campo teórico (MOESCH, 2000).

Com isso, pesquisadores em turismo devem analisar os progressos epistemológicos não só para compreender o desenvolvimento de ideias e interpretações, mas também como um exercício de reflexão sobre a influência de forças e tendências acadêmicas que regem o processo de produção do conhecimento. Tribe (1997), analisando conceitos de disciplina de vários autores, discorda que o turismo seja uma disciplina, pois, esta se caracteriza por ter conceito, método, estrutura lógica, além de objetivos próprios e únicos. O que não se observa no turismo, cujos conceitos provêm de disciplinas específicas como a geografia, a sociologia, entre outras. Para o autor, o turismo é um fenômeno cujo estudo requer diversas abordagens, não se constituindo, portanto, em uma disciplina, mas, em dois campos de estudos cujas abordagens não são excludentes e sim complementares.

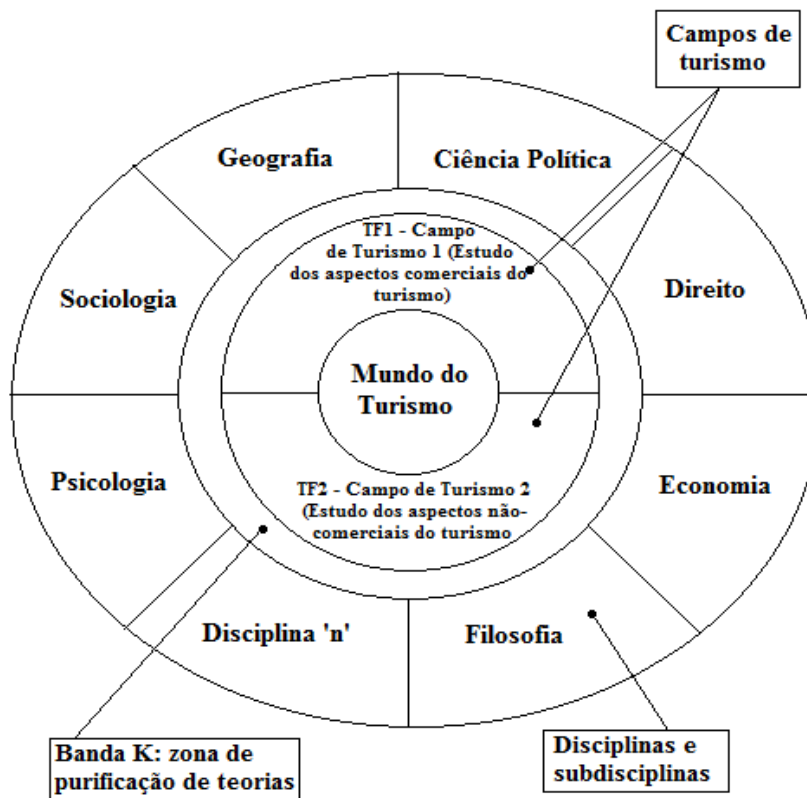


Figura 05: Criação do conhecimento em turismo

Fonte: Adaptado de Tribe (1997) *Apud* Palhares; Panosso Netto (2008).

Para tanto, Tribe (1997) apresentou um modelo (Fig. 05) que tentou explicar a criação e o desenvolvimento do conhecimento em turismo. No círculo de fora, estão as disciplinas, consideradas ciências (disciplinas “n” indicam as outras ciências), que oferecem as ferramentas de abordagem do turismo. O círculo do meio, denominado “Banda K”, é a região na qual o conhecimento do turismo é criado. É na “Banda K” que ocorre a interface das disciplinas com os campos do turismo.

Na verdade, segundo Tribe (2006), a maioria das historiografias da pesquisa em turismo sugerem que os imperativos científicos- positivistas continuam a dominar seu campo do conhecimento. Diante destes aspectos, Ren *et al.* (2010), afirmam que a comunidade científica do turismo e, conseqüentemente, sua produção de conhecimento estão altamente dissociados. De fato, a pesquisa no campo do turismo tem sido frequentemente caracterizada como uma comunidade dividida, com base naquelas que são orientadas para ou em relação às abordagens de gestão empresarial (HOLLINSHEAD, 2007 *Apud* REN *et al.*, 2010).

Ao mesmo tempo, Ren *et al.* (2010) consideram a necessidade de cooperação e colaboração na pesquisa em turismo (disciplinas afins e subcampos) para desenvolver e influenciar novas agendas acadêmicas e políticas. Para estes autores, existe um desafio crucial para desenvolver concepções de turismo que abrangem a pluralidade de visões de mundo e as diferenças culturais, além de metodologias de pesquisa que reconheçam e reflitam diferentes posições, práticas e ideias.

Nesse sentido, pensar a partir de reflexões sobre questões não traduzíveis em simples informações operacionais, mas que avancem na perspectiva da ética, da soberania, da diversidade e identidade cultural, da democratização de todos os territórios, da liberdade de opções, impõe novas linhas de pesquisa sobre o conhecimento (MOESCH, 2000). Com isso, os pesquisadores em turismo devem participar do que Mair e Reid (2007, p. 519 *Apud* Ren *et al.*, 2010) têm caracterizado como: "o debate e a reflexão regular e sistemática para provocar um debate mais amplo sobre a natureza da pesquisa social e o papel que cada um, como pesquisador, pode e deve desempenhar e, assim, contribuir para a mudança social".

Assim, todos os pesquisadores em turismo necessitam conhecer os procedimentos de pesquisa uma vez que as definições de métodos e técnicas auxiliam na compreensão dos estudos de turismo. Segundo Rejowski (1997, 11) “não se tem um quadro geral de métodos e técnicas utilizadas nas pesquisas turísticas. Há uma infinidade de procedimentos metodológicos que

variam conforme a disciplina na qual o estudo se insere”. Assim como diferentes disciplinas utilizam diferentes métodos de pesquisa, em áreas multidisciplinares como o Turismo, o conhecimento do método é de extrema importância para uma boa condução de um processo de pesquisa. A pesquisa científica em turismo, como em qualquer outra área, pode ter como paradigma predominante o método quantitativo ou o qualitativo ou mesmo ambos.

Portanto, segundo Ren *et al.* (2010), o desenvolvimento futuro de um campo, no caso, o campo do estudo em turismo, pode também depender da capacidade dos pesquisadores de encontrar mais espaços para o diálogo, a reflexão, a igualdade, autonomia e conhecimento co-criado e perceber o papel do trabalho de investigação e intervenção para co-construção do campo de estudos em turismo.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Caracterização da pesquisa

O estudo desenvolvido caracterizou-se exploratório quanto aos seus objetivos por se tratar de uma temática pouco explorada, principalmente em estudos brasileiros, diante disso, Gil (1999, p. 43) ressalta que, “pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato”. Lakatos e Marconi (1991) apresentam a pesquisa exploratória como um grupo componente de pesquisa de campo e citam três finalidades da mesma: desenvolver hipóteses, aumentar a familiaridade do pesquisador com um fato ou fenômeno para a realização de uma pesquisa futura mais precisa ou modificar e clarificar conceitos. Assim, esta pesquisa buscou contribuir para aumentar o conhecimento existente sobre ética em pesquisa.

Este estudo também se caracterizou como descritivo, pois teve como objetivo primordial à descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis (GIL, 1999). Quanto ao seu delineamento, a pesquisa possuiu um caráter bibliográfico e documental, desenvolvida a partir das abordagens teórico-conceituais que abrange livros, jornais e artigos científicos que tratam de temas tais como: ética, ética em pesquisa, ética em pesquisa social e pesquisa em turismo.

Tratou-se de um estudo de natureza fenomenológica, na qual a realidade é construída socialmente e entendida como o compreendido, o interpretado, o comunicado. Busca compreender o ser humano e se volta para “experiências vividas”, cujo pano de fundo é o dia-a-dia, ou seja, o mundo, o cotidiano. Assim, é necessária uma retomada do fenômeno turístico para que se desenvolva esse método no qual o pesquisador tem de estar livre de suas teorias e preconceitos para poder melhor analisar o objeto pesquisado e dessa forma elaborar um estudo em “primeira mão” (PANOSSO NETTO, 2005), estabelecendo um diálogo entre as reflexões do pesquisador e as informações obtidas das leituras teóricas e dos dados coletados.

Pretendeu-se, assim, a partir da pesquisa aplicada, procurar promover a discussão sobre os parâmetros éticos no processo de pesquisa em turismo, de forma a representar contribuição teórica relevante.

3.2 Abrangência do estudo

Após o levantamento bibliográfico e documental sobre ética e pesquisa em turismo, cumpriu conhecer as percepções de alguns pesquisadores da área. Dessa forma, foram entrevistados alunos de pós-graduação em Turismo que estão desenvolvendo suas pesquisas de dissertação, ou seja, que iniciaram o curso em 2010 e 2011. Nesse sentido, participaram da pesquisa, discentes brasileiros de três Programas de Pós-graduação *strictu sensu*, reconhecidos pela CAPES, com a finalidade de conhecer as opiniões desses discentes com relação ao tema proposto.

<i>Instituição</i>	<i>Discentes</i>	<i>Participantes da pesquisa</i>
UFRN	18	12
UCS	20	6
UNIVALI	18	4
Total	56	22

Tabela 02: Número de participantes da pesquisa

Fonte: Dados da pesquisa, 2012.

Como se pode observar na tabela 02 acima, os Programas que participaram da pesquisa foram o Mestrado em Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), o Mestrado em Turismo da Universidade de Caxias do Sul (UCS) e o Mestrado em Hotelaria e Turismo da Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI). Estas instituições foram optadas por se tratar de Programas Acadêmicos devidamente reconhecidos pela CAPES, que incentivam a pesquisa. Além disso, são Programas que já tem um tempo que iniciou suas atividades (mais de três anos), tendo um número considerável de produções, incluindo artigos publicados em qualis A e B, além de inúmeras dissertações defendidas.

Houve uma tentativa de que o Mestrado em Hospitalidade da Universidade Ahembi Morumbi (UAM) e o Mestrado em Turismo da Universidade Brasília (UNB) participassem também, porém, não obteve nenhuma resposta das coordenações dos mesmos para que se autorizasse a pesquisa, portanto, não foi possível incluí-lo na coleta de dados.

3.3. Procedimentos de coleta de dados

Primeiramente foi feito um levantamento bibliográfico sobre o tema do estudo e temas correlatos, assim os principais documentos utilizados na pesquisa foram fontes primárias que são “dados históricos, bibliográficos e estatísticos; informações, pesquisas (...) etc.” (LAKATOS; MARCONI, 1991, p. 159) bem como foi utilizado fontes secundárias que, segundo Dencker (1998), são os materiais como bibliografias, livros, sites, artigos, dissertações, publicações e obras diversas com tema da ética da pesquisa e pesquisa em turismo, que colaboraram sobremaneira com o embasamento teórico.

Somando-se à pesquisa bibliográfica e documental sobre o tema proposto, foram colhidas informações junto à amostra estudada em questão para observar e conhecer as opiniões e percepções destes pesquisadores (alunos de pós-graduação em turismo) sobre a ética na pesquisa. Para tanto, estabeleceu-se um contato via *e-mail* com as coordenações dos Programas de pós-graduação que disponibilizaram a lista dos alunos matriculados em 2010 e 2011 que ainda não tinham concluído o Mestrado. Além disso, ainda disponibilizaram os e-mails destes alunos para o envio do questionário (ver apêndice).

Optou-se por enviar o questionário por meio eletrônico, via *e-mail*. Nesse sentido, o questionário *online* foi criado através do *Google docs* e encaminhado o *link* para o *e-mail* dos 54 alunos, durante o período de Abril e Maio de 2012, com o conhecimento e autorização da coordenação dos três Programas. Durante o período de coleta, o questionário foi enviado por três vezes para cada aluno, porém, apesar das tentativas em obter retorno, somente 22 pessoas responderam. Vale destacar que esse tipo de formulário *online* garante a total privacidade e confidencialidade do participante, quando respondiam, a resposta chegava diretamente para um banco de dados do próprio *google docs*, sem identificação alguma do aluno que participou da pesquisa.

Vale lembrar que a qualidade das respostas do questionário e, consequentemente seu resultado, depende muito do planejamento feito pelo pesquisador. “A arte do entrevistador consiste em criar uma situação onde as respostas do informante sejam fidedignas e válidas” (SELLTIZ, 1987, p.644). Para tanto, foi feito um teste piloto com dois pesquisadores em turismo (discentes do PPGTUR) para validar a pesquisa, verificando pouca necessidade de alteração. Portanto, apenas três perguntas do instrumento de coleta foram modificadas diante das sugestões feitas a partir do teste piloto.

O questionário foi dividido em três partes, de acordo com os objetivos específicos contendo perguntas abertas, fechadas e de múltipla escolha. Na primeira parte questionou-se sobre a pesquisa de dissertação desenvolvida pelos discentes, para assim, obter informações quanto à característica da pesquisa que estão desenvolvendo, como a metodologia utilizada, motivos de escolha do tema, relevância social, dentre outros. Na segunda parte, questionou-se sobre algumas questões éticas inseridas na Resolução 196/96 e tentou-se relacioná-las às práticas de pesquisa em turismo. Nesse sentido, os alunos foram questionados sobre o consentimento livre e esclarecido, coautoria, privacidade, comportamento impróprio, dentre outros. Por fim, na terceira e última parte do questionário, procurou-se conhecer os obstáculos e desafios éticos enfrentados pelos pesquisadores na realização de suas pesquisas.

3.4 Tratamento dos dados

A pesquisa caracterizou-se como essencialmente quantitativa, porém com certos elementos que foram avaliados de forma qualitativa para que se pudesse subsidiar e classificar as informações levantadas. Até porque como a amostra foi pequena, muitas análises quantitativas não puderam ser realizadas como análise de conglomerados, Correlação de Pearson, Correlação de Spearman, Teste T.

Para a análise dos dados quantitativos coletados por meio do questionário, foi necessário o uso de algumas técnicas quantitativas descritivas como frequências, médias, desvio padrão. Essas técnicas possibilitaram descrever as respostas permitindo compreender a quantidade de respostas para cada item, bem como a média de respostas para cada variável (o que permite uma maior clareza e compreensão das informações). Também se utilizou de técnicas para casos resumidos por respostas múltiplas e técnicas para casos resumidos de questões fechadas.

Para tanto foi utilizado um programa de análises de dados em Ciências Sociais, o SPSS. Permitindo assim, conhecer as percepções dos alunos de pós-graduação em turismo sobre o tema da ética em pesquisa.

Para a análise dos dados qualitativos colhidos nas perguntas abertas, foi utilizada a técnica da análise de conteúdo. Essa técnica, segundo Bardin (1977), trata de um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/repetição (variáveis inferidas)

destas mensagens. Com a análise de conteúdo, verificam-se: a ênfase temática, a natureza e significado dos termos e expressões, as repetições, as recorrências e os tipos de abordagens.

Assim sendo, a síntese dos procedimentos metodológicos adotados na presente pesquisa é apresentada nos quadros a seguir.

Analisar de que forma a ética é percebida por discentes no desenvolvimento da pesquisa de pós-graduação em Turismo			
Objetivos Específicos	Categoria de Análise	Coleta de dados	Tratamento dos dados
a) Caracterizar a pesquisa desenvolvida pelos discentes de cursos de pós-graduação <i>strictu sensu</i> em Turismo;	• Temas da pesquisa; • Opções metodológicas; • Campo de pesquisa; • Abordagem da pesquisa; • Estudo do turismo.	- Questionário com discentes de pós-graduação em turismo	-Frequências; médias -Análise de conteúdo
b) Verificar como os pesquisadores relacionam as práticas de investigação em Turismo com os princípios da Ética da Pesquisa;	• Responsabilidade do pesquisador; • Relevância social da pesquisa; • Conjunto normativo; CEP; Res. 196/96; • Consentimento informado; • Anonimato; confidencialidade; • Benéficos previstos; • Autoria e co-autoria; • Conduta imprópria do pesquisador.	- Questionário com discentes de pós-graduação em turismo	-Análise de conteúdo; -Frequências; médias; desvio padrão.
c) Identificar os desafios éticos e as dificuldades enfrentados pelos pesquisadores na realização das pesquisas em Turismo	• Comunicação entre pesquisador e pesquisado; • Dificuldade no processo de pesquisa; • Pesquisador como interventor.	-Questionário com discentes de pós-graduação em turismo	-Análise de conteúdo; -Frequências

Quadro 05: Síntese dos procedimentos metodológicos.

Fonte: Dados da Pesquisa, 2012.

Objetivos Específicos	Categoria de Análise	Questões da pesquisa de campo
QUESTIONÁRIO COM DISCENTES DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO		
a) Caracterizar a pesquisa desenvolvida pelos discentes e docentes de cursos de pós-graduação <i>strictu sensu</i> em Turismo;	• Temas de pesquisa; • Opções metodológicas; • Campo de pesquisa; • Abordagem da pesquisa; • Estudo do turismo.	1- Em quantas pesquisas está envolvido atualmente? 2- Que motivo(s) o levou a decidir o tema da sua pesquisa (dissertação)? 3- Quais MÉTODOS de abordagem e investigação são utilizados em sua pesquisa? (Pode marcar mais de um item)
b) Verificar como os pesquisadores relacionam as práticas de investigação em Turismo com os princípios da Ética da Pesquisa;	• Responsabilidade do pesquisador; • Relevância social da pesquisa; • Conjunto normativo; CEP; Res. 196/96 • Consentimento informado; • Anonimato; confidencialidade; • Benéficos previstos; • Autoria e co-autoria; • Conduta imprópria do pesquisador	4- Já ouviu falar na Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde que trata da Ética na pesquisa? 5- Já enviou algum projeto para ser aprovado em um Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)? 6- Acha necessário que as pesquisas na área de turismo sejam avaliadas por um Comitê de Ética? 7- Em que grau a preocupação com a ética é relevante na sua pesquisa de dissertação? 8- Até que ponto você explica os aspectos e finalidades (objetivos, benefícios, riscos) da sua pesquisa para quem responde o questionário? 9- Em sua opinião é necessário o entrevistado assinar algum termo de consentimento/autorização da pesquisa de campo? 10- Em sua pesquisa é necessário confidencialidade/privacidade dos participantes? Por quê? 11- Em sua opinião, o direito de ser coautor da pesquisa implica: 12- Quais os benefícios das práticas éticas na realização das pesquisas em turismo? 13- Em quais etapas de uma pesquisa as condutas antiéticas são mais suscetíveis? 14- Você tem conhecimento da prática de algum comportamento impróprio de pesquisadores na área de turismo?
c) Identificar os desafios éticos e as dificuldades enfrentados pelos pesquisadores na realização das pesquisas em Turismo	• Comunicação entre pesquisador e pesquisado; • Dificuldade no processo de pesquisa. • Pesquisador como interventor;	15- O que pode prejudicar a comunicação entre o pesquisador e o participante da pesquisa? 16- Quais os principais obstáculos geralmente encontrados durante o processo de pesquisa? 17- Como qualifica os relacionamentos ao longo da realização da sua pesquisa?

Quadro 06: Relação das categorias com as questões da pesquisa de campo.

Fonte: Dados da Pesquisa, 2012

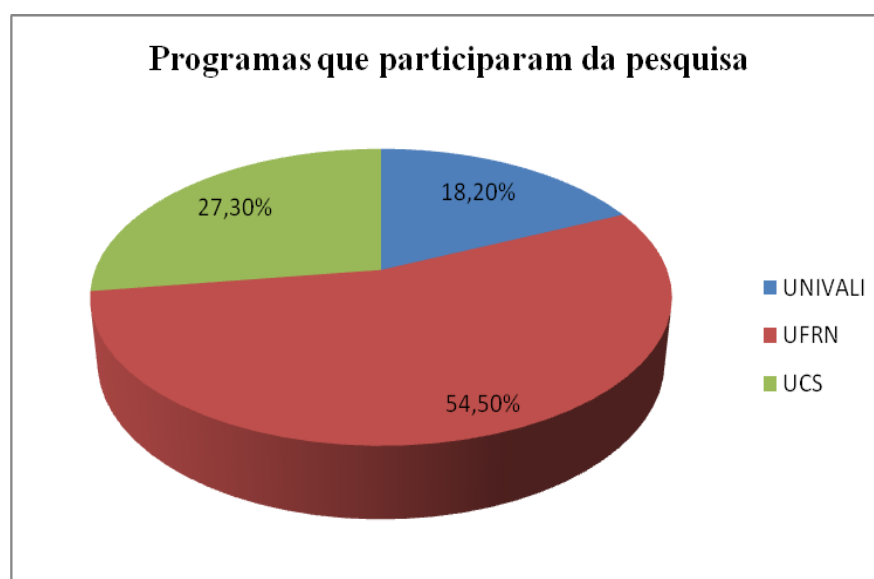
4 PERCEPÇÃO DOS DISCENTES DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO SOBRE A ÉTICA NA PESQUISA

Este capítulo apresenta os resultados do estudo desenvolvido, no qual propôs analisar as percepções dos alunos de pós-graduação em turismo, com relação aos aspectos éticos que devem ser observados durante o processo de pesquisa. No primeiro item, o 4.1, será analisado o perfil dos alunos e as características da pesquisa que estão desenvolvendo (dissertação). No tópico seguinte, serão analisadas diversas situações éticas da pesquisa relacionando com as opiniões dos alunos. Por fim, no último tópico, serão apresentadas as dificuldades enfrentadas no processo de pesquisa que influenciam diretamente nas questões éticas.

4.1 Características dos pesquisadores e das pesquisas de Pós-graduação em Turismo

No que concerne à amostra da pesquisa, esta foi constituída por 22 alunos brasileiros de pós-graduação em Turismo das seguintes instituições: Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI, Universidade Federal do Rio grande do Norte - UFRN e Universidade de Caxias do Sul – UCS. Sendo 54,5% dos entrevistados da UFRN, como se observa no gráfico abaixo. Isso ocorreu devido ao contato ser facilitado já que é a mesma instituição da autora. Portanto, no total foram quatro alunos da UNIVALI, doze alunos da UFRN, e seis alunos da UCS.

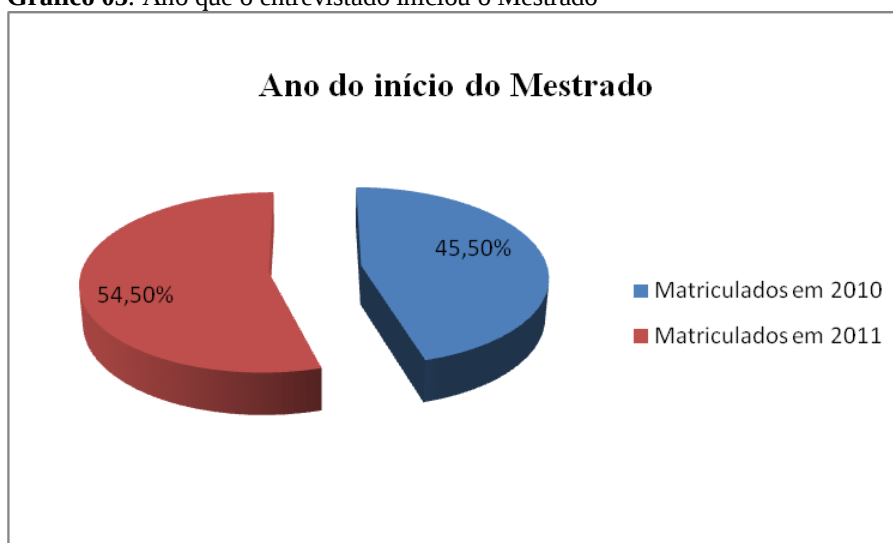
Gráfico 04: Programas de pós-graduação analisados



Fonte: Dados da pesquisa, 2012.

Na primeira etapa deste estudo, foi necessário conhecer o perfil das pesquisas desenvolvidas pelos discentes, como a metodologia utilizada, o motivo da escolha do tema, dentre outros. Buscou-se em primeiro lugar, os alunos matriculados em 2010 e 2011 que ainda não tinham concluído o curso, pois estão na fase final do processo de construção da sua pesquisa de dissertação. A porcentagem dos alunos matriculados em 2011 foi um pouco maior, como mostra o gráfico abaixo.

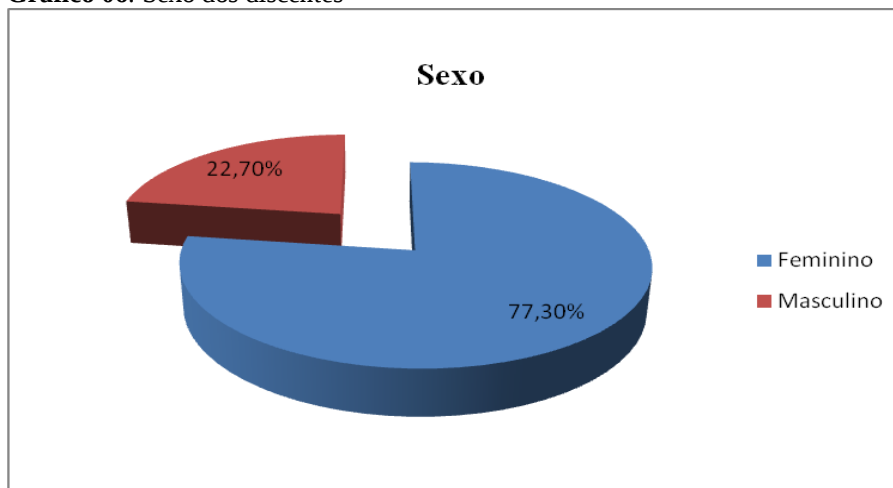
Gráfico 05: Ano que o entrevistado iniciou o Mestrado



Fonte: Dados da pesquisa, 2012.

Desta forma, dentre os alunos de pós-graduação que participaram da pesquisa, no que tange ao sexo, houve uma predominância do feminino (77%) sobre o masculino (22,7%), apenas cinco homens participaram da pesquisa, resultado esperado, uma vez que, essa é uma característica recorrente na graduação em turismo, que acaba refletindo na pós-graduação.

Gráfico 06: Sexo dos discentes



Fonte: Dados da pesquisa, 2012.

Quanto à faixa etária dos alunos que participaram da pesquisa, a média geral concentrou-se em 29 anos. Ou seja, são pessoas com certa maturidade, mas que cada vez mais cedo estão buscando aprofundar seus conhecimentos, refletindo o crescimento da pós-graduação *stricto sensu*, principalmente na última década como afirma a CAPES (2012).

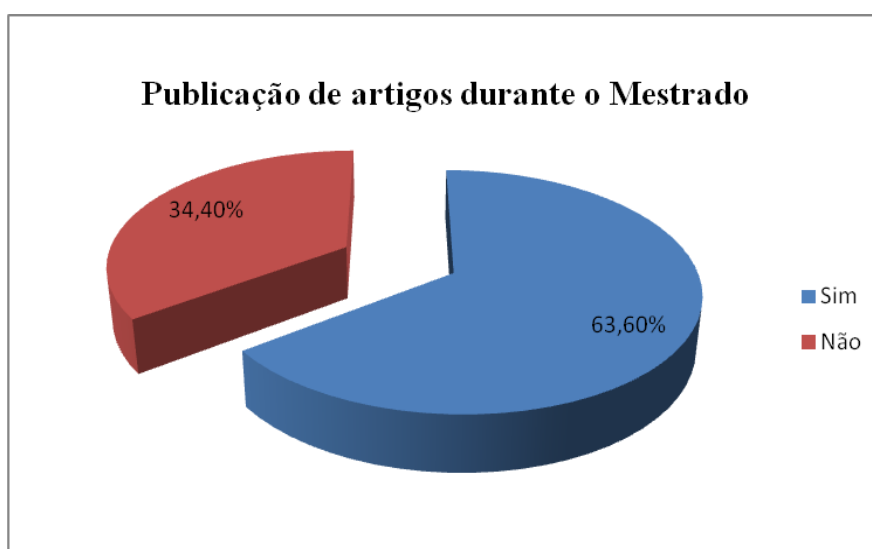
Programa	Média de idade
UNIVALI	30,50
UFRN	29,08
UCS	29,67
Total	29,50

Tabela 03: Idade dos participantes

Fonte: Dados da pesquisa, 2012.

No que concerne à publicação, a maioria dos alunos publicaram artigos durante o curso, foram 63,6% ou seja, 14 dos 22 discentes entrevistados. Esse dado mostra que os Programas incentivam os discentes à realização de pesquisas e participação em eventos, fato característico de Programas Acadêmicos que seguem diretrizes estabelecidas pela CAPES (2012), a qual avalia constantemente a produção científica dos Programas de pós-graduação.

Gráfico 07: Artigos publicados durante o curso de Mestrado

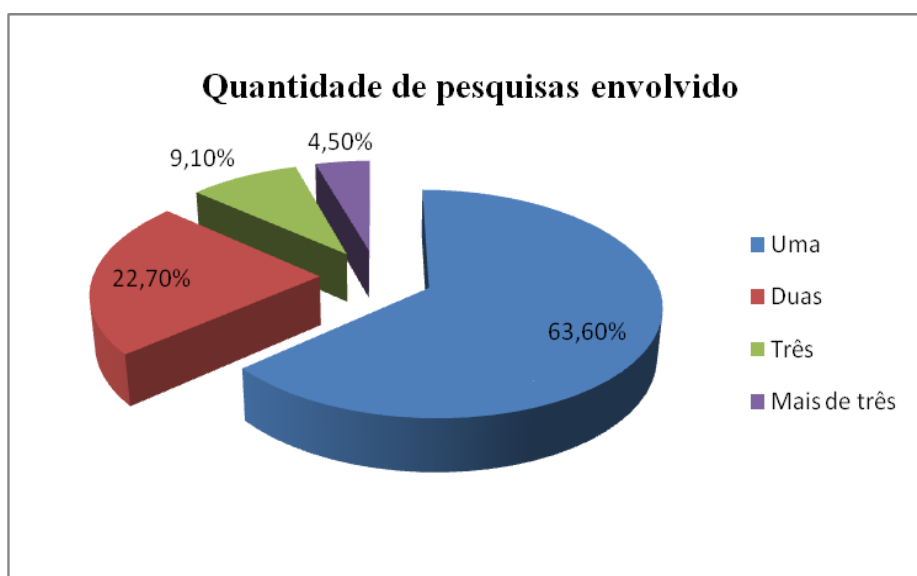


Fonte: Dados da pesquisa, 2012.

A partir do gráfico abaixo, observa-se que apesar da produção de artigos durante o curso, grande parte dos alunos de pós-graduação, no momento em que foram entrevistados, estava somente construindo sua pesquisa de dissertação (63,6%). Os demais estavam

envolvidos em mais de uma pesquisa distribuídos da seguinte maneira: 22,7% dos discentes estavam envolvidos em duas pesquisas, 9,1% em três e 4,5% (apenas um aluno) em mais de três, incluindo a dissertação. Nota-se que o tempo e a atenção dos alunos estão voltados para a construção da pesquisa final do curso, que é a dissertação.

Gráfico 08: Quantidade de pesquisas em que está envolvido



Fonte: Dados da pesquisa, 2012.

No que tange aos temas de pesquisa da dissertação escolhidos pelos discentes, estes foram bastante variados, conforme quadro abaixo. Praticamente em todas as áreas que envolvem o Turismo, existe pesquisa sendo desenvolvida, corroborando com o modelo de Tribe (1997) em que apresenta as disciplinas (Sociologia, Direito, a Antropologia, Geografia, Psicologia, Ciências Políticas, Filosofia) que oferecem as ferramentas de abordagem para a produção do conhecimento em Turismo.

Nesse sentido, observou-se que o tema escolhido pelos mestrados que mais se destaca, é o que aborda os aspectos históricos e culturais de determinada região, são cinco trabalhos nesta área. Alguns exemplos dos temas que estão sendo pesquisados são “o turismo cultural e patrimônio imaterial” e “desenvolvimento regional através do Turismo Cultural”.

Tema da dissertação	Programa de pós-graduação			Total
	UNIVALI	UFRN	UCS	
Educação em turismo	0 ,0%	3 25,0%	0 ,0%	3 13,6%
Aspectos histórico-culturais	1 25,0%	2 16,7%	2 33,3%	5 22,7%
Gestão estratégia e qualidade	2 50,0%	1 8,3%	0 ,0%	3 13,6%
Produção do espaço	0 ,0%	2 16,7%	0 ,0%	2 9,1%
Competitividade	0 ,0%	2 16,7%	0 ,0%	2 9,1%
Turismo e meio ambiente	0 ,0%	0 ,0%	2 33,3%	2 9,1%
Políticas públicas	0 ,0%	1 8,3%	0 ,0%	1 4,5%
Outro (Moto-turismo, turismo de experiência, comunicação digital, parques de diversão)	1 25,0%	1 8,3%	2 33,3%	4 18,2%
Total	4	12	6	22

Quadro 07: Temas das dissertações

Fonte: Dados da Pesquisa, 2012.

É interessante observar como os temas estão ligados à área de concentração dos Programas, listadas por Rejowski (2011). Por exemplo, todas as dissertações dos alunos da UCS que participaram da pesquisa, são voltadas para desenvolvimento regional e meio ambiente e sua linha de concentração é “Desenvolvimento Regional do Turismo”. Já os alunos da UNIVALI, possuem trabalhos mais voltados para gestão estratégica e qualidade, também ligados à linha de concentração do Programa que é “Planejamento e Gestão do turismo”. As pesquisas da UFRN apresentam temas variados como produção do espaço, competitividade, políticas públicas que também seguem a linha de pesquisa do Programa “Turismo, desenvolvimento e gestão”. Outro fato que se destaca é que todos os estudos sobre Educação em Turismo são da UFRN, um tema ainda pouco explorado em pesquisas de pós-graduação.

Após conhecer os temas das pesquisas que estão sendo desenvolvidas pelos alunos de pós-graduação, cumpriu conhecer os motivos da escolha dos temas das dissertações.

Os alunos marcaram somente uma opção das relacionadas na questão. O quadro abaixo apresenta o resultado das respostas por Programa.

Motivo da escolha do tema da dissertação	Programa de pós-graduação			Total
	UNIVALI	UFRN	UCS	
Indicação do orientador	2	5	2	9
Relevância social	1	6	1	8
Linhas de pesquisa do Programa	0	1	1	2
Já estava estudando o tema	1	2	0	3
Necessidade do mercado	1	3	2	6
Outro	0	2	2	4
Total	4	12	6	22

Quadro 08: Motivo da escolha do tema da dissertação

Fonte: Dados da pesquisa, 2012.

Essa questão do tema envolve vários aspectos. Conforme Quivy e Campenhoudt (1992) a definição do tema faz parte da primeira etapa de uma pesquisa, onde se deve ter bastante cuidado em respeitar a clareza, a exequibilidade e a pertinência da pesquisa. Realizar uma pesquisa com rigor científico pressupõe a escolha de um tema e a definição do problema para ser investigado, elaborar um plano de trabalho e, após a execução operacional desse plano, escrever um relatório final e este seja apresentado de forma planejada, ordenada, lógica e conclusiva. Assim, todo o processo de pesquisa é iniciado com a escolha do tema.

No geral, o motivo que mais se destacou entre os alunos dos três Programas foi “indicação do orientador”, ou seja, foram influenciados pelas linhas de pesquisa nas quais seus orientadores trabalham. Em seguida, foi apontado o motivo “relevância social”, que ficou em segundo lugar, é válido observar que 50% dos alunos da UFRN escolheram o tema de sua pesquisa baseado na relevância social, um aspecto positivo do ponto de vista da ética em pesquisa. Por fim, em terceiro lugar, ficou o motivo “necessidade do mercado”.

Diante do resultado apresentado, nota-se que a orientação social nas pesquisas de pós-graduação em turismo é mais característica do que a orientação mercadológica. Além disso, essa questão da “relevância social” das pesquisas está diretamente associada às questões éticas conforme a Resolução 196/96. A mesma caracteriza uma pesquisa como ética também pela sua relevância social, preservando o sentido de sua destinação sócio-humanitária (CNS, 2011).

No que concerne aos métodos de abordagem e investigação utilizados pelos entrevistados em suas pesquisas de dissertação, destacam-se os métodos Descritivo (trata-se,

de uma pesquisa cujo objetivo principal é descrever, analisar ou verificar as relações entre variáveis); Exploratório (trata-se de uma modalidade de pesquisa utilizada quando não existe trabalho científico anterior) e o Bibliográfico. A pesquisa bibliográfica é, sem dúvida, uma das fontes mais importantes de pesquisa e constitui etapa prévia a ser feita em um processo de pesquisa. Isto se deve ao fato de que é absolutamente necessário um conhecimento prévio do estágio em que se encontra um assunto, antes de iniciar-se qualquer estudo, para não correr o risco de se pesquisar um tema que foi amplamente pesquisado. Para Gil (1999) torna-se altamente recomendável assegurar-se das condições em que os dados foram obtidos, analisar em profundidade as informações para descobrir possíveis incoerências ou contradições e utilizar fontes diversas, com bastante cuidado.

Além destes, os dados abaixo revelam que a utilização do método qualitativo é praticamente a mesma do quantitativo. Conforme Rejowski (1997) a pesquisa científica em turismo, como em qualquer outra área, pode ter como paradigma predominante o método quantitativo, o qualitativo ou mesmo ambos.

Métodos de investigação	Programa de pós-graduação			Total
	UNIVALI	UFRN	UCS	
Descritivo	4 100,0%	8 66,7%	3 50,0%	15
Qualitativo	3 75,0%	8 66,7%	5 83,3%	16
Quantitativo	4 100,0%	7 58,3%	4 66,7%	15
Bibliográfico	2 50,0%	10 83,3%	4 66,7%	16
Exploratória	2 50,0%	7 58,3%	2 33,3%	11
Explicativa	1 25,0%	3 25,0%	1 16,7%	5
Documental	1 25,0%	7 58,3%	1 16,7%	9
Total	4	12	6	22

Quadro 09: Métodos e técnicas de Pesquisa

Fonte: Dados da pesquisa, 2012.

A metodologia ganha destaque por tornar-se fundamental para que o resultado dessas pesquisas de dissertação seja sistematizado, válido e confiável. Destacam-se ainda

nesse resultado, poucas pesquisas explicativas (apenas cinco), características por gerar outro nível de conhecimento. De acordo com Gil (1999) a pesquisa explicativa aprofunda o conhecimento da realidade porque explica a razão, o “porquê” das coisas. Pesquisas com essa característica se aproximam da visão de Ren *et al.* (2010), quando afirmam existir um desafio crucial para desenvolver concepções de turismo que abrangem a pluralidade de visões de mundo e diferenças culturais, além de metodologias de pesquisa que reconheçam e reflitam diferentes posições, práticas e ideias.

Portanto, sabe-se que a metodologia une o pesquisador e seu campo de pesquisa, conforme Brito e Leonardos (2001), é mediante suas escolhas metodológicas que o pesquisador delimita formas de construção do conhecimento e possibilidades de interação com o sujeito. Assim, relacionando os métodos escolhidos pelos pesquisadores com o tema de seu estudo, pode-se constatar que os que trataram dos aspectos histórico-culturais utilizaram o método qualitativo. Por sua vez, os estudos em gestão estratégica, educação em turismo e competitividade utilizaram o método quantitativo, como se observa no quadro abaixo.

Métodos de investigação	Educação em turismo	Aspectos histórico-culturais	Gestão estratégica e qualidade	Produção do espaço	Competitividade	Turismo e meio ambiente
Descritivo	2 66,7%	3 60,0%	3 100,0%	1 50,0%	1 50,0%	2 100,0%
Qualitativo	2 66,7%	5 100,0%	1 33,3%	2 100,0%	1 50,0%	1 50,0%
Quantitat.	3 100,0%	2 40,0%	3 100,0%	0 ,0%	2 100,0%	2 100,0%
Bibliográf.	3 100,0%	5 100,0%	1 33,3%	2 100,0%	2 100,0%	2 100,0%
Explorat.	3 100,0%	3 60,0%	2 66,7%	1 50,0%	1 50,0%	0 ,0%
Explicativa	0 ,0%	1 20,0%	1 33,3%	2 100,0%	0 ,0%	0 ,0%
Docum.	2 66,7%	4 80,0%	0 ,0%	2 100,0%	1 50,0%	0 ,0%
Total	3	5	3	2	2	2

Quadro 10: Relação entre o método de investigação com o tema da pesquisa.

Fonte: Dados da pesquisa, 2012.

Nesse ponto, cabe discutir brevemente as preocupações que se deve ter ao escolher uma metodologia qualitativa nas pesquisas que estão sendo desenvolvidas pelos alunos de pós-graduação. Essa escolha traz à tona a questão da responsabilidade do pesquisador. De acordo com Sawaia (2005), essa responsabilidade na pesquisa qualitativa vai além do esclarecimento do objetivo da pesquisa, nesse sentido, as informações compartilhadas com os sujeitos devem prever riscos e o pesquisador deve estar preparado para resolver os problemas que suscita.

Assim, vale ressaltar a importância da ética estar inserida em todos os processos de pesquisa, inclusive na escolha do método, pois ao entrar em determinado contexto, ele sofre interferência.

4.2 Relação entre a ética e as práticas de investigação em Turismo

Neste tópico serão abordados os assuntos referentes às orientações sobre ética em pesquisa, contidas na Resolução 196/96, confrontando com as opiniões dos entrevistados. De início procurou-se conhecer o comportamento dos pesquisadores com relação às questões de ética na pesquisa. Os aspectos éticos podem estar relacionados em todas as etapas operacionais de uma pesquisa, incluindo o momento da comunicação do seu produto final.

O primeiro ponto relevante era se os pesquisadores de pós-graduação tinham enviado algum projeto para um Comitê de Ética em Pesquisa (CEP). Vale ressaltar que 100% dos entrevistados responderam que nunca enviaram qualquer projeto de pesquisa para ser avaliado por um Comitê de Ética. De acordo com a resolução 196/96 do CNS (2012), todos os projetos envolvendo seres humanos, independente da área, devem ser enviados para uma avaliação.

Diante disso, os entrevistados foram questionados se na opinião deles, haveria a necessidade de as pesquisas em turismo serem avaliadas por um CEP. A maioria dos alunos da UFRN e da UCS respondeu “depende” totalizando 59% da amostra, e, ainda uma pessoa respondeu não ser necessário. Os alunos que foram mais firmes na sua posição, são os vinculados à UNIVALI, todos afirmam ser necessário que as pesquisas em turismo sejam avaliadas por um CEP, como se observa no quadro a seguir.

Programa de pós-graduação	Necessidade das pesquisas serem avaliadas por um CEP			Total
	Sim	Não	Depende	
UNIVALI	4	0	0	4
UFRN	3	1	8	12
UCS	1	0	5	6
Total	8 36,4%	1 4,5%	13 59,1%	22 100%

Quadro 11: Necessidade das pesquisas serem avaliadas por um CEP

Fonte: Dados da pesquisa, 2012.

Os entrevistados justificaram sua reposta, obtendo-se uma variação enorme de argumentos, por isso, não se pôde criar um quadro. Destacam-se as justificativas de alguns alunos que responderam “sim”. Eles demonstram uma maior preocupação quanto à avaliação por um CEP e afirmaram que é importante “para que seja avaliada a originalidade da pesquisa”, porque “qualquer filtro ético é pertinente”, e, além disso, “a autenticidade da pesquisa cresce” e ainda que a avaliação “aperfeiçoa a qualidade da pesquisa”. Sabe-se que, além disso, existe a questão da proteção ao participante da pesquisa, conforme Kant (1960) o homem deve ser sempre tratado como um fim em si mesmo e nunca somente como meio para fins dos outros. O CEP conforme Resolução 196/96 do CNS (2012) foi criado justamente para defender os interesses dos sujeitos da pesquisa, bem como para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.

Com relação aos discentes que responderam “depende”, que foram a grande maioria, destacam-se as seguintes justificativas: “depende do tema da investigação”, “se o comitê for composto por pessoas qualificadas, em prazo hábil”, “se a pesquisa for de grande abrangência”, “depende da área e do envolvimento psicológico”, dentre outros. Esse resultado corrobora com a perspectiva da falta de conhecimento ou pouco conhecimento sobre o tema em geral e inclusive sobre o funcionamento dos CEPs ou, então, realmente os entrevistados não acham que em turismo as pesquisas possam causar dano ou ferir os princípios éticos.

Com efeito, quando foram questionados se conheciam a Resolução 196/96, a maioria respondeu que não conhecia, talvez seja um motivo pelo qual a maioria não tem certeza se as pesquisas devam ser avaliadas por um CEP. O resultado apresentado no quadro

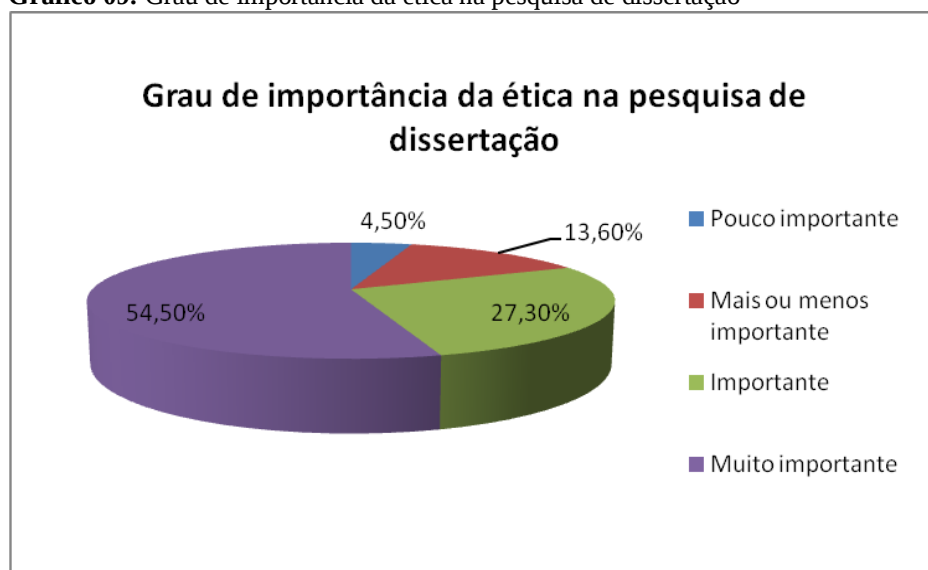
abaixo permite inferir que os alunos de pós-graduação em turismo, independente da instituição, não possuem o conhecimento básico sobre ética em Pesquisa. A Resolução 196/96 é o principal documento sobre ética em pesquisa no Brasil, e possui as principais diretrizes para orientar os pesquisadores. Então, infere-se que os alunos são incentivados a todo tempo a pesquisar, porém, a maioria não possui o conhecimento necessário sobre a ética em pesquisa.

Programa de pós-graduação	Conhece a resolução 196/96		Total
	Sim	Não	
UNIVALI	0	4	4
UFRN	6	6	12
UCS	2	4	6
Total	8	14	22

Quadro 12: Conhecimento sobre a Resolução 196/96

Fonte: Dados da pesquisa, 2012.

Dando continuidade a pesquisa, os alunos foram questionados sobre o grau de importância atribuído a ética em suas pesquisas de dissertação apresentado no gráfico abaixo. Percebeu-se que, 54% afirmam ser muito importante, 27% afirmam ser importante, além disso, ninguém falou que não era importante e apenas uma pessoa falou que era pouco importante. Dados bastante positivos que corroboram com Medeiros *et al.* (2007) quando afirma que questionamentos e dilemas éticos estão presentes em qualquer tipo de pesquisa desenvolvida nas distintas áreas das ciências, assim, no turismo não é diferente.

Gráfico 09: Grau de importância da ética na pesquisa de dissertação

Fonte: Dados da pesquisa, 2012

Para melhor analisar essa questão, a partir da escala (likert) de 1 a 5, os respondentes foram divididos em dois grupos (quadro 14) um com aqueles que atribuíram menor importância a ética, que responderam “pouco importante” ou “mais ou menos importante”, totalizando 4 pessoas com a média de 2,8. O outro grupo formado com os discentes que atribuíram maior importância a ética em sua pesquisa de dissertação, foram os que responderam “importante” e “muito importante”, totalizando 18 pessoas com a média de 4,7.

	Grupos	
	1	2
Grau de preocupação ética na pesquisa de dissertação	2,8	4,7
Total	4	18

Quadro 13: Grupos de grau de preocupação ética.

Fonte: Dados da pesquisa, 2012.

Percebe-se que, a partir dos resultados do quadro abaixo, dos Programas analisados, os alunos da UCS atribuem menor valor a ética, menos importância. Já os alunos da UNIVALI ficaram todos no grupo dois, que atribuíram maior valor a ética em sua pesquisa. Entre os alunos da UFRN, apenas um atribuiu pequeno valor os demais ficaram no grupo dois, deram grande importância à ética em suas pesquisas de dissertação, dados bastante positivos do ponto de vista da ética em pesquisa.

Programa de pós-graduação	Grupos		Total
	1	2	
UNIVALI	0	4	4
	,7	3,3	4,0
UFRN	1	11	12
	2,2	9,8	12,0
UCS	3	3	6
	1,1	4,9	6,0
Total	4	18	22
	4,0	18,0	22,0

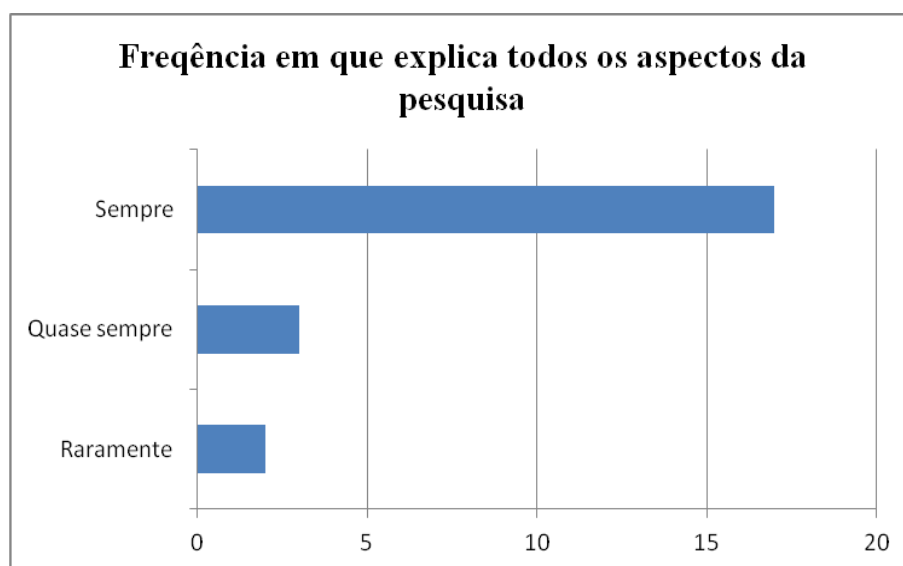
Quadro 14: Preocupação com a ética por Programa.

Fonte: Dados da pesquisa, 2012.

Nota-se que o resultado acima vai ao encontro do pensamento de Bogdan & Biklen (1994) quando afirmam que, os aspectos éticos na pesquisa devem ser pautados durante todo o processo de pesquisa, desde o princípio, na formulação dos objetivos, escolha dos participantes e determinação do método. Portanto, o pesquisador deve entender que ao entrar num dado contexto ele sofre interferência e, com isso, é preciso avaliar previamente os impactos e potenciais riscos ou danos naquela realidade.

No que concerne aos temas que envolvem o comportamento do pesquisador em relação ao participante da pesquisa, os alunos de pós-graduação foram questionados sobre a frequência em que, ao realizar sua pesquisa de campo, eles explicam todos os aspectos e finalidades da pesquisa para o participante. A maioria (77,3%), ou seja, 17 pessoas responderam que ao abordar o entrevistado “sempre explicam”, porém três discentes responderam que “quase sempre” explicam e ainda duas pessoas responderam que “raramente” explicam como se observa no gráfico abaixo.

Gráfico 10: Frequência em que explica todos os aspectos da pesquisa para o entrevistado

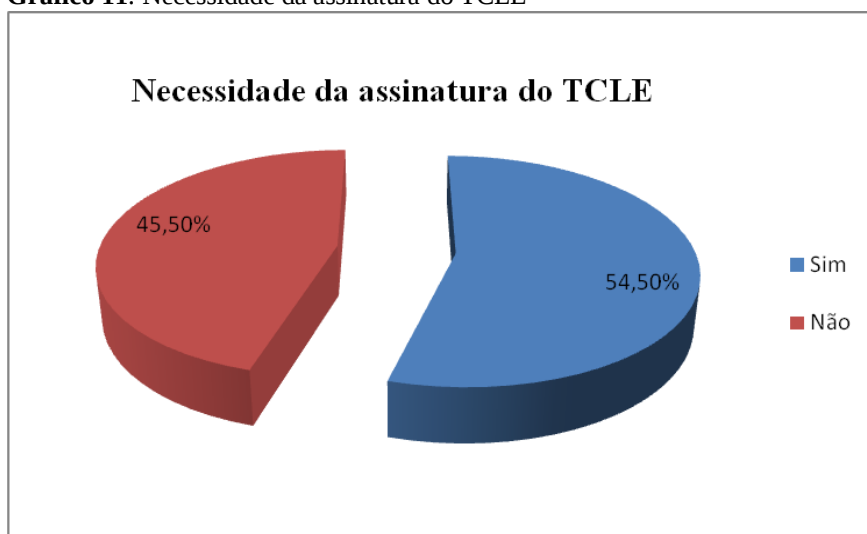


Fonte: Dados da pesquisa, 2012.

O resultado da questão acima foi satisfatório, todavia, a orientação com relação à coleta de dados de acordo com a Resolução 196/96, determina que, os aspectos e finalidades da pesquisa não devem ser explicados somente verbalmente ao entrevistado, mas, é necessário que o participante assine um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) que significa:

Anuência do sujeito da pesquisa e/ou de seu representante legal, livre de vícios (simulação, fraude ou erro), dependência, subordinação ou intimidação, após explicação completa e pormenorizada sobre a natureza da pesquisa, seus objetivos, métodos, benefícios previstos, potenciais de riscos e o incômodo que esta possa acarretar, formulada em um termo de consentimento, autorizando sua participação voluntária (CNS, 2012).

Diante destes aspectos, os pesquisadores foram questionados se há necessidade da assinatura do TCLE nas pesquisas que eles estão desenvolvendo. Observou-se no gráfico a seguir que 54% respondeu que era importante e os outros 45,5% afirmaram não ser necessário. Conforme Oselka (2005) a obtenção de um consentimento que valide a pesquisa é tarefa difícil, delicada e complexa.

Gráfico 11: Necessidade da assinatura do TCLE

Fonte: Dados da pesquisa, 2012.

Logo, percebe-se que os alunos não conhecem as orientações sobre TCLE contidas na Resolução 196/96, ou acham que em turismo não é tão necessário, como seria em outras áreas. Sabe-se que em pesquisas de cunho qualitativo, por exemplo, não é simples obter o consentimento livre, conforme Sawaia (2005), em algumas ocasiões não é possível contar o objetivo da pesquisa de forma plena para não enviesar os resultados e induzir respostas. Assim, nem sempre é possível seguir as normas estabelecidas, vai depender das especificidades de cada pesquisa.

Outro aspecto bastante relevante sobre o comportamento do pesquisador é a questão da confidencialidade e privacidade dos participantes da pesquisa, nesse sentido, os pesquisadores foram questionados se em sua pesquisa de dissertação há a necessidade de garantir esses direitos. As respostas foram devidamente justificadas como mostra o quadro abaixo. Os discentes que responderam que não há necessidade da confidencialidade em suas pesquisas argumentaram que não havia dados comprometedores nem informações pessoais acerca dos entrevistados, outros que tiveram autorização para divulgar, e outros afirmaram não se aplicar, provavelmente por que a metodologia não exige que se façam entrevistas.

Por que é necessária confidencialidade dos participantes de sua pesquisa	Necessidade da confidencialidade e privacidade		Total
	Sim	Não	
Para evitar exposição ou qualquer constrangimento aos participantes	7 53,8%	0 ,0%	7 31,8%
Não utilizava dados comprometedores nem informações pessoais	0 ,0%	3 33,3%	3 13,6%

Depende do desejo do respondente	1 7,7%	1 11,1%	2 9,1%
Não se aplica o tema não exige	0 ,0%	3 33,3%	3 13,6%
O anonimato ajuda na veracidade das respostas, as pessoas ficam mais a vontade.	5 38,5%	0 ,0%	5 22,7%
Os entrevistados autorizaram a divulgação dos nomes	0 ,0%	2 22,2%	2 9,1%
Total	13 100,0%	9 100,0%	22 100,0%

Quadro 15: Necessidade da confidencialidade e privacidade dos participantes

Fonte: Dados da pesquisa, 2012.

Os alunos de pós-graduação que responderam ser necessária a confidencialidade e privacidade em sua dissertação foram a maioria (13 pessoas). Eles justificaram afirmando que é importante para evitar exposição ou qualquer constrangimento ao participante, bem como devido às pessoas ficarem mais a vontade em responder ao questionário, influenciando assim, na veracidade das respostas.

Diante deste resultado, cabe discutir a importância da confidencialidade e privacidade. De acordo com a Resolução 196/96 para garantir a ética de uma pesquisa a mesma deve justamente prever procedimentos que assegurem a confidencialidade e a privacidade, bem como a proteção da imagem e a não estigmatização. Garantindo assim, a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades, inclusive em termos de autoestima, de prestígio e/ou econômico-financeiro.

Outro aspecto relevante sobre ética em pesquisa acontece na fase de divulgação e publicação, é a questão da relação entre pesquisadores e dos mesmos com a literatura científica. Conforme Brito e Leonardos (2011), a ética pode se expressar pela maneira como são utilizados os recursos da literatura científica: a maneira pela qual as ideias são referenciadas e os conceitos definidos, a proteção do princípio da autoria, a forma de citar suas fontes, dentre outros. Diante disso, os alunos de pós-graduação foram questionados sobre a coautoria, ou seja, quem tem o direito de ser coautor na opinião deles.

A coautoria é um tema que faz parte da realidade dos estudantes de pós-graduação que desenvolvem artigos durante todo o curso. Nesse caso foi feita uma média de acordo com as respostas, assim em cada situação apresentada, os alunos colocavam “não tem direito” (numero 1), “depende do grau de participação” (número 2) ou “tem direito” (número 3).

Direito de ser coautor	Discussão e consolidação do tema	Criação dos objetivos	Coleta de dados	Análise e interpretação dos dados	Revisão crítica	Versão final a ser publicada
Num	22	22	22	22	22	22
Média	0	0	0	0	0	0
Mínimo	2,32	2,45	2,55	2,64	2,68	2,55
Máximo	1	1	1	1	2	1
	3	3	3	3	3	3

Quadro 16: Direito de ser coautor

Fonte: Dados da pesquisa, 2012.

A tabela acima apresenta bastante variação nas respostas, em quase todos os pontos, pelo menos uma pessoa respondeu “não tem direito” (1) e, pelo menos uma pessoa respondeu “tem direito” (3), porém, o que teve maior consenso foi “participação na revisão crítica”, ponto sobre o qual ninguém colocou que “não tem direito”. Percebe-se assim, que os números mais elevados estão em revisão crítica, ou seja, quem participou ativamente dessa fase da pesquisa tem direito de ser coautor, de acordo com os entrevistados. Além desse aspecto, também teve nota elevada a participação na análise e interpretação dos dados. Muitos responderam que depende do grau de participação na versão final a ser publicada e na coleta de dados. Participação na discussão e consolidação do tema e na criação dos objetivos teve nota mais baixa, ou seja, a maioria acha que não tem direito de ser coautor, quando a participação se restringe a esses aspectos.

De acordo com a literatura, o crédito à autoria deve levar em conta as contribuições na análise e interpretação dos dados; em forma de revisão crítica com conteúdo intelectual importante; e com aprovação final da versão a ser publicada (PAIVA, 2005). Assim, participação na coleta de dados não garante a coautoria, o que entra em desacordo com as opiniões de alguns entrevistados. Ademais, quem participa da análise, da revisão crítica e da versão final que vai ser publicada, tem direito de ser coautor, não existe essa questão de depender do grau de participação como foi apontado pela maioria dos discentes.

Após abordar sobre as responsabilidades do pesquisador, cumpriu questionar os alunos de pós-graduação sobre os benefícios das práticas éticas na realização das pesquisas em turismo. Foram criadas categorias, de acordo com as respostas, como se observa na tabela abaixo. De acordo com os princípios defendidos por Morin (2003), presume-se que, se o sentimento de responsabilidade e de solidariedade guiarem as ações, os pesquisadores podem ser aceitos em comunidades discursivas diversas sem constrangê-las, assegurando-lhes privacidade, segurança e tratamentos equânimes.

Benefícios das práticas éticas na pesquisa	Respostas		Porcent. dos casos
	Num.	Porcentagem	
Seriedade e credibilidade das pesquisas	4	17,4%	18,2%
Qualidade dos dados da pesquisa	3	13,0%	13,6%
Veracidade e confiabilidade dos resultados da pesquisa	9	39,1%	40,9%
Preservação dos participantes	1	4,3%	4,5%
Traz compromisso e fidelidade à pesquisa	1	4,3%	4,5%
Outro	5	21,7%	22,7%
Total	23	100,0%	104,5%

Quadro 17: Benefícios das práticas éticas

Fonte: Dados da pesquisa, 2012.

Os benefícios mais citados pelos alunos de pós-graduação foram no sentido de que as práticas éticas geram veracidade e confiabilidade nos resultados da pesquisa, além disso, em segundo lugar, gera seriedade e credibilidade às pesquisas. Esses aspectos não se podem contestar. Porém, é válido observar que apenas um dos entrevistados citou os benefícios que traz ao participante da pesquisa (preservação dos participantes), os outros só abordaram os benefícios que gera ao pesquisador e à pesquisa. Porém, sabe-se que, além disso, os aspectos éticos trazem proteção ao participante e benefícios à sociedade, como afirma a Resolução 196/96 do CNS (2012): a ética está ligada à relevância social da pesquisa com vantagens significativas para os sujeitos da pesquisa e, ainda, minimização do ônus para os sujeitos vulneráveis, o que garante a igual consideração dos interesses envolvidos.

Os que responderam algo que não se encaixou com as categorias criadas, ou que não responderam a pergunta, ficaram na categoria “outro”. Um exemplo das respostas que ficaram em “outro” foi o que afirmou “não sei responder”, já outro respondeu “já é subentendido que em turismo utilizam praticas éticas”, e outro respondeu que “o beneficio é o mesmo que em outras ciências sociais aplicadas”. Enfim, com essas respostas infere-se que existem alunos concluindo seus cursos de pós-graduação, mas que não sabem responder questionamentos envolvendo o tema da ética na pesquisa.

Quando se trata da ética em pesquisa é importante analisar os comportamentos que estão em desacordo com a ética. A Política Estadunidense sobre Improbidade Científica (2011) define como conduta imprópria fabricação, falsificação e o Plágio, ademais, Schneider e Schuklenk (2005) ainda acrescentam outras como quebra da confidencialidade, fraude, pirataria de materiais e adulteração dos dados. Portanto, os alunos foram questionados se eles têm conhecimento da prática de condutas impróprias em pesquisa, eles respondiam “sim” ou

“não” para as situações elencadas abaixo. Para assim, se ter uma ideia sobre a ocorrência de comportamento impróprio em pesquisa na área do turismo.

Comportamento impróprio	Fraude	Adulteração de dados	Plágio	Fabricação dos dados	Quebra de confidencialidade
Sim	5	1	8	3	2
Não	17	21	14	19	20
Total	22	22	22	22	22

Quadro 18: Conhecimento de comportamento impróprio.

Fonte: Dados da pesquisa, 2012.

A partir dos resultados apresentados no quadro acima, percebeu-se que as condutas impróprias que tiveram maior número positivo foram fraude e plágio. Nota-se que em todas as situações de comportamento impróprio elencadas foi unânime a resposta, a maioria dos entrevistados não tem conhecimento sobre esse tipo de conduta. Todavia, não se sabe se os alunos se sentiram temerosos com a pergunta, achando que iam se expor, ou, realmente eles não sabem da prática de conduta imprópria.

Sabe-se que as questões éticas estão presentes em todo o processo de uma pesquisa, portanto, para obter mais informações sobre as condutas antiéticas, foi necessário conhecer as percepções dos entrevistados sobre a possibilidade de ocorrer essas condutas nas diversas etapas da pesquisa. Para tanto, foi feito uma média das respostas em que 1 (não ocorre), 2 (ocorre raramente), 3 (ocorre), 4 (ocorre frequente) 5(ocorre com muita frequência).

Conduta antiética	Num.	Mínimo	Máximo	Média	Std. Deviation
Na definição do tema e problemática	22	1	5	2,32	1,041
Na definição dos objetivos	22	1	5	2,23	,973
Na escolha dos métodos e técnicas	22	1	5	2,55	1,184
Na coleta de dados	22	1	5	3,50	1,263
Na análise dos resultados	22	1	5	3,23	1,378
Na divulgação dos resultados	22	1	5	3,27	1,386

Quadro 19: Etapas da pesquisa em que condutas antiéticas são suscetíveis.

Fonte: Dados da pesquisa, 2012.

Observou-se que no geral, as fases da pesquisa apresentadas na tabela acima que tiveram números mais altos, ou seja, onde condutas antiéticas são mais suscetíveis na visão dos pesquisadores, foram na coleta de dados, análise dos resultados e a divulgação. Para tanto, Creswell (2007) destaca as preocupações que se deve ter na coleta de dados como não expor os participantes e a equipe da pesquisa ao risco; não coagir o participante a participar da pesquisa; obter, por escrito, o livre consentimento do participante, deixar claro a natureza da pesquisa e o possível impacto aos participantes (riscos resultantes da pesquisa) e respeitar a privacidade do participante. Na interpretação dos dados devem-se gerar informações precisas e exatas. E, por fim, na divulgação deve-se evitar supressão, falsificação ou invenção dos resultados.

Houve uma grande variação nas respostas referentes a essa questão, portanto, pôde-se dividi-las em três grupos. O primeiro grupo de nove pessoas respondeu entre “ocorre raramente” e “ocorre”. O segundo grupo de seis pessoas é bastante otimista respondeu todas entre “não ocorre” e “ocorre raramente”. Já o terceiro grupo de sete pessoas foi o que colocou notas mais altas, classificadas entre “ocorre” e “ocorre frequente”.

Conduta antiética	Grupos		
	1	2	3
Na definição do tema e problemática	2,0	1,8	3,1
Na definição dos objetivos	2,1	1,7	2,9
Na escolha dos métodos e técnicas	2,3	1,7	3,6
Na coleta de dados	3,7	2,0	4,6
Na análise dos resultados	3,0	1,7	4,9
Na divulgação dos resultados	3,2	1,7	4,7

Quadro 20: Grupos ocorrência de condutas antiéticas

Fonte: Dados da pesquisa, 2012.

Como se observa no quadro abaixo, cada instituição, de acordo com o número de alunos, se posiciona em um grupo diferente. No grupo 1 em que estão os valores intermediários, os alunos da UFRN se sobressaem. No grupo 2 se destacam os alunos da UNIVALI, são aqueles que não vêem grandes problemas de conduta, têm uma visão mais otimista. No grupo 3, encontram-se metade dos alunos da UCS, que de certa forma, possuem uma visão mais pessimista ou até mesmo uma visão mais crítica.

Programa de pós-graduação	Grupos			Total
	1	2	3	
UNIVALI	1 25,0%	2 50,0%	1 25,0%	4 100,0%
UFRN	6 50,0%	3 25,0%	3 25,0%	12 100,0%
UCS	2 33,3%	1 16,7%	3 50,0%	6 100,0%
Total	9 40,9%	6 27,3%	7 31,8%	22 100,0%

Quadro 21: Ocorrência de condutas antiéticas

Fonte: Dados da pesquisa, 2012.

Para realizar qualquer projeto de pesquisa que envolva ser humano, o pesquisador tem, obrigatoriamente, que refletir e analisar criticamente os aspectos éticos da sua conduta. De uma maneira geral, diante dos resultados, notou-se que os alunos não tinham tanta segurança ao responder sobre as questões que envolveram ética em pesquisa. Em uma das respostas, o entrevistado respondeu simplesmente “não sei responder”, outros responderam grandes textos, mas nada tão substantivo ou que mostrasse conhecimento relevante sobre o assunto.

4.3 Desafios éticos e dificuldades na realização das pesquisas em Turismo

Dando início ao último tópico dos resultados da pesquisa, é importante discutir os desafios e dificuldades enfrentados pelos alunos de pós-graduação em Turismo. Essas dificuldades podem influenciar diretamente nos aspectos éticos da pesquisa que estão desenvolvendo. Observa-se que existem muitos obstáculos na fase da coleta de dados com relação, principalmente, à comunicação entre o pesquisador e o participante da pesquisa. Para tanto, foram elencadas várias situações que podem prejudicar essa comunicação, retiradas da Resolução 196/96 e de autores como Zoboli e Fracolli (2005), que abordam a questão da proteção aos sujeitos vulneráveis.

Nesse sentido, os alunos identificaram quais são as situações que exigem mais atenção e que devem ser observadas pelo pesquisador no processo de pesquisa. Para responder essa questão, havia cinco opções para cada situação descrita na tabela abaixo: “Não prejudica” - 1, “prejudica pouco” - 2, “prejudica” - 3, “prejudica bastante” - 4 e “prejudica

totalmente” - 5. A média geral das respostas ficou acima de 2 e abaixo de 4. Nesse sentido, percebeu-se que a média das respostas ficou no valor intermediário (prejudica).

Programa de pós-graduação	Nível de escolaridade	Linguagem utilizada	Idade dos participantes	Vulnerabilidade dos participantes	Comportamento do pesquisador
UNIVALI	3,00 4	3,00 4	2,50 4	3,00 4	3,50 4
UFRN	2,50 12	3,42 12	2,17 12	2,67 12	3,50 12
UCS	2,50 6	3,67 6	2,00 6	2,83 6	3,67 6
Total	2,59 22	3,41 22	2,18 22	2,77 22	3,55 22

Quadro 22: Situações que prejudicam a comunicação entre o pesquisador e o participante.

Fonte: Dados da pesquisa, 2012.

Observando cada situação apresentada no quadro acima, as maiores médias foram observadas em linguagem utilizada pelo pesquisador e comportamento do pesquisador que na visão deles influencia bastante na comunicação. Assim, para os alunos, a forma como o pesquisador aborda o entrevistado influencia mais do que as características econômico-sociais dos participantes. Esse resultado corrobora com o pensamento de Bourdieu (1999), quando ele aconselha que o pesquisador desça do pedestal cultural e deixe de lado momentaneamente seu capital cultural para que ambos, pesquisador e pesquisado, possam se entender. Além disso, deve-se ter atenção à linguagem utilizada pelo pesquisador, no item IV.1 da Resolução 196/96 consta a exigência de que o esclarecimento dos sujeitos se faça em linguagem acessível (CNS, 2011).

Diante das questões analisadas anteriormente, notou-se que os principais empecilhos enfrentados pelos alunos de pós-graduação estão na fase de coleta de dados, no relacionamento com o participante da pesquisa, isso se confirma com a análise da questão adiante. Em pergunta aberta perguntou-se quais os principais obstáculos ou dificuldades geralmente encontrados pelos alunos no desenvolvimento de suas pesquisas.

Programa	Principais obstáculos no processo de pesquisa								Total
	Acesso às informações	Obter dados pessoais dos participantes	Formular corretamente os questionários	Obter a confiança e empatia do entrevistado	Disponibilidade e boa vontade dos sujeitos em participar	Pessoas qualificadas para coletar os dados	Definição de métodos e análise dos resultados	Pouco tempo	
UNIVALI	1 25,0%	1 25,0%	1 25,0%	0 0,0%	1 25,0%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	4 100,0%
UFRN	2 16,7%	1 8,3%	1 8,3%	3 25,0%	3 25,0%	0 0,0%	0 0,0%	2 16,7%	12 100,0%
UCS	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	1 16,7%	3 50,0%	1 16,7%	1 16,7%	0 0,0%	6 100,0%
Total	3 13,6%	2 9,1%	2 9,1%	4 18,2%	7 31,8%	1 4,5%	1 4,5%	2 9,1%	22 100,0%

Quadro 23: Obstáculos enfrentados na realização das pesquisas

Fonte: Dados da pesquisa, 2012.

Os dados do quadro acima apontam que a grande maioria dos alunos enfrentam dificuldades na coleta de dados, no sentido de obterem a boa vontade e disponibilidade dos sujeitos em participar da pesquisa (31,8%) bem como em obter confiança e empatia do entrevistado (18,2%). Outros obstáculos citados foram: acesso às informações, formulação correta dos questionários e pouco tempo para concluir a dissertação.

Além dos aspectos abordados nas questões acima, o pesquisador deve estar atento aos relacionamentos até porque, conforme Renick (2008), a pesquisa envolve muitas vezes, grande cooperação e coordenação entre diferentes pessoas em diferentes disciplinas e instituições. Diante disso, pôde-se conhecer o nível de satisfação dos alunos de pós-graduação com relação às diversas relações que os envolve durante o desenvolvimento de sua pesquisa de dissertação. Foram cinco opções de resposta: “péssimo”, “ruim”, “razoável”, “bom” e “excelente”.

Programa de pós-graduação		Entre o pesquisador e o orientador	Entre pesquisador e sujeitos da pesq.	Entre o pesquisador e Capes	Entre o pesquisador e o Programa	Entre pesquisadores
UNIVALI	Média	4,25	4,00	4,50	4,25	4,75
		4	4	4	4	4
		,500	,816	,577	,500	,500
UFRN	Média	4,00	3,67	4,00	4,17	4,17
		12	12	12	12	12
		,426	,651	,603	,718	,718
UCS	Média	4,17	3,83	3,50	3,83	4,17
		6	6	6	6	6
		,408	,408	1,049	,408	,408
Total	Média	4,09	3,77	3,95	4,09	4,27
		22	22	22	22	22
	Desvio padrão	,426	,612	,785	,610	,631

Quadro 24: Classificação dos relacionamentos ao longo do curso

Fonte: Dados da pesquisa, 2012.

Interessante observar no quadro acima que os valores colocados pelos alunos de pós-graduação são bem altos, todos na média de “bom”. Infere-se, portanto, que não há grandes problemas de relacionamentos ao longo do curso, é uma excelente informação. Contudo, o que foi atribuído menor valor comparando com os demais foi o relacionamento “entre o pesquisador e os sujeitos de pesquisa”, a nota um pouco mais baixa foi unânime em todos os Programas. Isso pode estar relacionado com a falta de orientação, no que diz respeito às questões de ética em pesquisa, onde estão as informações quanto aos cuidados que se deve ter ao abordar os sujeitos.

Dentre todas as relações acima analisadas, percebe-se que a média com valor mais alto foi o relacionamento “entre pesquisadores”. Nesse contexto Paiva (2005), traz questões relevantes que devem ser observadas na relação entre pesquisadores, como a cooperação ao trabalho do colega, a questão da autoria e coautoria bem como, citações de trabalhos de outros pesquisadores. Dessa forma, descobriu-se que existe uma boa cooperação entre os pesquisadores da área de turismo.

Diante do que foi apresentado no decorrer desta pesquisa, é necessário enfatizar que a elaboração de um projeto de pesquisa e o desenvolvimento da própria pesquisa, seja ela

uma dissertação ou não, necessitam, para que seus resultados sejam satisfatórios, estarem baseadas em planejamento cuidadoso e reflexões conceituais sólidas.

Apesar de a pesquisa social possuir suas especificidades - caracterizada por sua natureza reflexiva e constantes interações, a mesma não pode se isentar do enfoque ético, mesmo sabendo que nem sempre é possível seguir a rigor todas as diretrizes estabelecidas. Percebe-se que em turismo esse pensamento se aplica e a ética deve iluminar esse campo. É importante conhecer as normas e orientações, uma vez que as mesmas oferecem sua contribuição para uma ação eficaz em pesquisa, que prioriza os valores humanos.

5 CONCLUSÃO

Diante da intensificação da produção científica a nível global, têm-se discutido mundialmente as implicações éticas que devem reger todo o processo de pesquisa. O Brasil segue essa tendência ao elaborar a Resolução 196/96, que contém as principais orientações sobre ética em pesquisa a nível nacional. Nesse sentido, com a evolução dos cursos de pós-graduação em Turismo e, conseqüentemente, o aumento da produção científica nessa área, realizou-se um estudo que pretendeu associar as questões da ética em pesquisa com os estudos em turismo.

Dentre os principais resultados da pesquisa, pôde-se conhecer o perfil atual dos alunos de pós-graduação em turismo, tem-se que eles são em sua maioria do sexo feminino, com idade média de 29 anos. Suas pesquisas de dissertação estão voltadas, em sua maioria, para os aspectos histórico-culturais, mostrando a influencia da Geografia nos estudos do Turismo. Pode-se afirmar ainda que os temas são ligados diretamente à área de concentração dos respectivos Programas. A escolha do tema das dissertações se deu em primeiro lugar, devido à influência das linhas de pesquisa do orientador e, em segundo lugar, devido à relevância social, aspecto considerado positivo, que está em consonância com as orientações de ética em pesquisa. Os métodos mais utilizados nas pesquisas de dissertação foram os mais conhecidos nos estudos do turismo: o Descritivo, o Bibliográfico e o Exploratório, demonstrando que as pesquisas em turismo ainda não alcançaram um nível mais aprofundado, visto que, o número de pesquisas explicativas ainda é baixo.

Pode-se dizer que os alunos de pós-graduação demonstram uma grande preocupação com a ética no desenvolvimento de suas pesquisas de dissertação, atribuindo grande valor a ética, assim, 54% dos alunos afirmam ser “muito importante” e 27% afirmam ser “importante”. Nesse contexto, os alunos percebem que a ética gera veracidade e confiabilidade aos resultados da pesquisa, além disso, gera seriedade e credibilidade às pesquisas. Pode-se afirmar, portanto, que os discentes entendem que comportamentos éticos por parte dos pesquisadores traz benefícios à pesquisa e, conseqüentemente ao pesquisador. Porém, conclui-se que os entrevistados não percebem ou desconhecem os benefícios que as condutas éticas podem gerar para o sujeito, bem como para a comunidade a qual se destina a pesquisa.

A partir das análises foi possível constatar ainda que os principais desafios éticos enfrentados pelos pesquisadores acontecem na fase de coleta de dados, principalmente, no contato entre o pesquisador e o sujeito da pesquisa, nesse caso, o comportamento do

pesquisador e a linguagem utilizada por ele têm grande influência. No que concerne aos relacionamentos durante o curso, os alunos de pós-graduação apresentaram uma avaliação bastante positiva ao tratar do relacionamento entre o pesquisador e orientador, entre o pesquisador e o Programa, e, principalmente na relação entre pesquisadores. Logo, essas respostas foram consideradas uma excelente descoberta, pois mostra que os alunos recebem bons incentivos dos Programas, além de obter colaboração de outros pesquisadores para a realização de suas pesquisas.

É lícito afirmar os entrevistados não sabem de casos de condutas antiéticas, ocorridos na área de turismo, ou não se sentiram a vontade para informar. Porém, os mesmos afirmam que é mais provável ocorrer condutas impróprias na fase de coleta de dados, análise e publicação da pesquisa, fato que corrobora com o levantamento teórico da presente pesquisa, pois é justamente nessas fases que podem ocorrer plágio, fraude, adulteração, fabricação de dados, dentre outros. Pode-se afirmar que 14 dos 22 entrevistados nunca ouviu falar da Resolução 196/96 que possui as diretrizes sobre ética em pesquisa com seres humanos, ademais, nenhum dos entrevistados enviou projetos de pesquisa para serem avaliados por um Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), por fim, a maioria não tem uma opinião consistente sobre a necessidade das pesquisas em turismo serem avaliadas por um CEP. Estas são informações de certa forma preocupantes, pois mostra que os alunos de pós-graduação nunca receberam, e, também, nunca buscaram informações sobre como desenvolver uma pesquisa de forma ética. Conclui-se, portanto, que os alunos de pós-graduação em turismo não conhecem as orientações básicas sobre a ética em pesquisa.

Nesse contexto, uma recomendação é que sejam promovidos debates sobre o tema da ética em pesquisa entre os estudantes dos Programas, que podem ser realizados através da disciplina de Metodologia da Pesquisa ou Projeto de dissertação, já que as mesmas servem como guia para a elaboração da dissertação, e ainda são obrigatórias em todos os Programas. Assim, poderia tratar desse tema relevante em sala de aula, provocando uma discussão sobre o conteúdo da Resolução 196/96. Outra recomendação é que a preocupação com a ética faça parte dos protocolos dos cursos de pós-graduação na área de Ciências Sociais Aplicadas. É importante que as coordenações dos Programas mantenham uma estreita relação com os Comitês de Ética em Pesquisa da sua instituição, promovendo a avaliação por parte do CEP das pesquisas desenvolvidas pelos discentes, incentivando assim, os pesquisadores em turismo a sempre buscar uma ação eficaz que priorize os valores humanos, gerando por meio de suas pesquisas, benefícios para a sociedade.

Assim, a principal contribuição do presente estudo é que o mesmo traz à luz as principais questões da ética em pesquisa, sendo que numa conotação diferente, voltada para os estudos do turismo, com a finalidade de promover a reflexão e despertar a discussão entre pesquisadores da área. Contribuindo assim, para a construção do conhecimento na área de estudo. Nesse sentido, após a leitura sobre o tema e após conhecer as percepções dos discentes de pós-graduação em turismo sobre ética em pesquisa, surgiram alguns questionamentos: Como relacionar as teorias éticas com a prática da pesquisa em turismo? Como definir parâmetros éticos para as pesquisas desenvolvidas em turismo, diante da variação de temas estudados nessa área? Não se sabe a resposta dessas questões, sugere-se que estudos posteriores e mais aprofundados tratem desta relevante temática.

Logo, as informações obtidas junto à amostra são percepções de certa forma, pouco aprofundadas, todavia, podem trazer à lume dados que correspondem à realidade encontrada. Assim o estudo apresenta uma contribuição significativa, apesar das limitações e dificuldades encontradas como a carência de material que relacione o tema da ética em pesquisa com o turismo e a dificuldade para coletar as informações junto aos alunos de pós-graduação por meio eletrônico. Apesar disso, a pesquisa conseguiu tratar sobre os principais temas da ética em pesquisa levantados pela Resolução 196/96, porém, não se aprofundou em nenhum deles. Portanto, o estudo deve ser entendido como um dos primeiros passos para se compreender a necessidade da ética estar inserida na prática da pesquisa em turismo.

REFERÊNCIAS

- AGUIRRE, Ana Maria de Barros. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido: desafios e dificuldades em sua elaboração. *In: Ética nas pesquisas em ciências humanas e sociais na saúde*. Guerriero (org.) São Paulo, 2008.
- ANDRADE, M. M. **Introdução à metodologia do trabalho científico**: elaboração de trabalhos na graduação. 6 ed.- São Paulo: Atlas, 2003, p.21.
- ARAÚJO, Cíntia Moller. **Ética e qualidade do turismo no Brasil**. Editora Atlas: São Paulo, 2003.
- ARNSPERGER, Christian; PAIJS, Philippe Van. **Ética econômica e social**. Tradução: Nadyr Penteado e Marcelo Perine. São Paulo: Editora Loyola, 2003.
- AWAIA, Bader Burhian. Limites do julgamento ético nos estudos que se valem de pesquisas qualitativas. *In: Ética em pesquisa*. Boletim do Instituto de Saúde nº 35. São Paulo, 2005.
- BARBOSA. Deborah Rosária; SOUZA, Marilene Proença Rebello de. Ética na pesquisa qualitativa: reflexões sobre privacidade, anonimato e confidencialidade. *In: ética nas pesquisas em ciências humanas e sociais na saúde*. Guerriero (org.) São Paulo, 2008.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70. 1977.
- BENTON T. Naturalism in social sciences. *In: Routledge Encyclopedia of Philosophy*. Routledge, Londres-Nova York (CD-ROM), 1998.
- BOURDIEU, Pierre. **A miséria do mundo**. Tradução de Mateus S. Soares.^a 3 edição. Petrópolis: Vozes, 1999.
- BOGDAN, R; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação**. Porto: Porto Editora, 1994.
- BRASIL. **Manual operacional para comitês de ética em pesquisa**. Ministério da Saúde/Conselho Nacional de Saúde. Brasília, 2002.
- BRITO, Angela Xavier de. LEONARDOS, Ana Cristina. A identidade das pesquisas qualitativas: construção de um quadro analítico. **Cadernos de Pesquisa**. n.113, p. 7-38, julho/2001.
- CAPES. **Qualidade dos cursos de mestrado e doutorado evolui entre 2007 e 2010**. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/servicos/sala-de-imprensa/36-noticias/4074-qualidade-dos-cursos-de-mestrado-e-doutorado-evolui-entre-2007-e-2010>>. Acesso em: 20 Fev. 2012.
- _____. **Relação de cursos recomendados e reconhecidos**. Disponível em: <http://conteudoweb.capes.gov.br/conteudoweb/ProjetoRelacaoCursosServlet?acao=pesquisa_rIes&codigoArea=61300004&descricaoArea=CI%CANCIAS+SOCIAIS+APLICAD>. Acesso em: 20 Fev. 2012.

_____. **Portal domínio público** - pesquisa de teses e dissertações. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/PesquisaPeriodicoForm.jsp>> Acesso em: 20 Fev. 2012.

CGEE. **Doutores 2010**: estudos da demografia da base técnico-científica brasileira. Brasília, DF: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2010.

CHAUI, M. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 1994.

CNS, Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 196/96**. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/reso_96.htm> Acesso em 10 de Jan. 2012.

CONEP. **Relação dos CEPs ativos na CONEP**. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/web_comissoes/conep/index.html> Acesso em: 12 Jan. 2012.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa** - métodos qualitativo, quantitativo e misto. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

D' AGOSTINO, F. Epistemology of social sciences, *In*: J Dancy & E Sosa (orgs). **A companion to epistemology**. Blackwell Publ., Oxford, Reino Unido. p. 479-83, 1999.

DEMO, Pedro. **Pesquisa e construção de conhecimento**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996

DENCKER, Ada de Freitas Maneti. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo**. São Paulo: Futura, 1998.

_____; VIA, Sarah Chucid. **Pesquisa empírica em Ciências humanas**: com ênfase em comunicação. São Paulo: Futura, 2001.

FEYERABEND, Paul. **Contra o Método**. 3ªed . Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

FREIRE, Maia A. Alguns aspectos da ética médica e científica. **Ciência e Cultura**, 1990, 42 (12): 1144-1148.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas da pesquisa social**. São Paulo: Editora Atlas, 1999.

GOODWIN, D.; Pope; Mort, C. M.; Smith, A. Ethics and Ethnography: An Experiential Account. **Qualitative Health Research**, 13(4):567-77, 2003.

GUILHERM, D.; DINIZ, D. A ética em pesquisa no Brasil. *In*: DINIZ, D; GUILHERM, D.; SCHUKLENK, U. (ORGS). **Ética em pesquisa**: experiência de treinamento em países sul-africanos. Brasília: LetrasLivres: Ed. UnB, 2005, p.11-28.

HABERMAS, J. **Theorie des kommunikativen Handelns**. Suhrkamp, Frankfurt a-Main, 1981.

HOUSE, E. R. An Ethics of qualitative field studies. *In*: GUBA, E. (Ed.). **The paradigm dialog**. Newbury Park, California: SAGE, 1990.

JORNAL DO CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. **CNS promove Encontro entre Comitês de Ética em pesquisa do País.** CNS, Ano 6, Jun. 2010, p. 4.

KANT, I. **The Groundwork of the Metaphysics of Morals.** New York. Harper & Row. 1960.

KINCAID H. **Philosophical foundations of the social sciences:** analyzing controversies in social research. Cambridge University Press, Cambridge, Reino Unido. 1996.

KLEIN, E; FLEISCHMAN, AR. The private practicing physician-investigator. **Hastings Center Report** 32(4): p. 22-26, 2002.

KUHN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas.** 9ª edição. Perspectiva. São Paulo, 2006.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da metodologia científica.** 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1991.

LANGDON, Esther; MALUF, Sônia; TORNQUIST, Carmen. Ética e política na pesquisa: os métodos qualitativos e seus resultados. In: **Ética nas pesquisas em ciências humanas e sociais na saúde.** Guerriero (org.) São Paulo, 2008.

MARCONDES, Danilo. **Textos básicos de ética – de Platão a Foucault.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2007.

MATHEUS, C. **Do caráter ético do conhecimento científico.** Revista PUC Viva. 27 ed. Trimestral, jul/setembro, 2006. Disponível em:
<http://www.apropucsp.org.br/revista/r27_r05.htm>, Acesso em: 14 Mar. 2012.

MEDEIROS, Marcelo; MUNARI, Denize B.; BEZERRA, Ana Lucia Q.; BARBOSA, Maria A. Pesquisa qualitativa em saúde: implicações éticas. In: GUILHERM, Dirce; ZICKER, Fábio (Eds.). **Ética em pesquisa em saúde:** avanços e desafios. Brasília, Letras Livres: UnB, 2007.

MENEZES, Antônio Basílio N. T. de. Razões para o Utilitarismo: uma introdução utilitarista à Ética. In: **Ética e Bioética:** Diálogos Interdisciplinares. Edufrn: Natal, 1996.

MILL, J.S. 1843. A system of logic Ratiocinative and Inductive, Being a Connected View of the Principles and the Methods of Scientific Investigation, 2 vols. In JM Robson (ed.) **Collected Works of J.S. Mill**, vols 7-8, Routledge, Londres, 1965.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento.** São Paulo: Hucitec, 1993.

MOESCH, M. **A produção do saber turístico.** 2 ed. São Paulo: Contexto, 2000.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

_____. **Os sete saberes necessários à educação do futuro.** 3 ed. São Paulo-Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2001.

_____. **Introdução ao pensamento complexo.** LISBOA, Instituto Piaget, 1996.

_____. Ética e imaginário. In: PENA-VEJA, A.; ALMEIDA, C.R.S; PETRAGLIA, I. (Org.). **Edgar Morin: ética, cultura e educação**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.

OSELKA, Gabriel. O processo de obtenção do TCLE: compromissos e responsabilidades. In: **Ética em Pesquisa**. Boletim do Instituto de Saúde nº 35. São Paulo, 2005.

PANOSSO NETTO, Alexandre. **Filosofia do Turismo: teoria e epistemologia**. São Paulo: Editora Aleph, 2005.

PALHARES, Guilherme; PANOSSO NETTO, Alexandre. **Teoria do Turismo: conceitos, modelos e sistemas**. São Paulo: Editora Aleph, 2008.

PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira. Reflexões sobre ética e pesquisa. **Revista Brasileira de Lingüística Aplicada**, v.5, n.1, 2005, p. 43-61.

PALÁCIOS M, Rego S.; SCHRAMM F.R. A regulamentação brasileira em ética em pesquisa envolvendo seres humanos. In: Machado RM *et al.*(orgs.). **Epidemiologia**. São Paulo, Ed. Atheneu, 2002, p. 465-477.

POLÍTICA ESTADUNIDENSE SOBRE IMPROBIDADE CIENTÍFICA. **Conduta imprópria na ciência**. Disponível em: <http://www.ostp.gov/html/001207_3.htm. > Acesso em: 05 Fev. 2011.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc van. **Manual de investigação em ciências sociais**. 2ª ed. Lisboa: Gradiva, 1998.

REGULES, R.P.; TRIGO, L.G.G; LEITE, E; MALCHER, M.A (orgs.). **Ética, Meio Ambiente e cidadania para o turismo**. Ed. rev. e ampl. São Paulo: IPSIS, 2007. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br>>. Acesso em: 23 mar. 2011.

REJOWSKI, Mirian. **Turismo e pesquisa científica**. 2. ed. Campinas, S. P.: Papirus, 1996.

_____. **Realidade turística nas Pesquisas Científicas** – Visão de pesquisadores e profissionais, Tese de Livre Docência. São Paulo, 1997.

_____. **Panorama da educação e pesquisa em turismo no Brasil**. In: I SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS CRÍTICOS EM TURISMO.(slides). Natal: UFRN, 2011.

REN, Carina; PRITCHARD, Annette; MORGAN, Nigel. Constructing Tourism Research: A Critical Inquiry. **Annals of Tourism Research**, Vol. 37, No. 4, pp. 885–904, 2010.

RESNIK, D. B. **What is Ethics in Research & Why is it important?** In: The National institute of Environmental health science (NIEHS), 2007. Disponível em: <<http://www.niehs.nih.gov/research/resources/bioethics/whatis.cfm>>, acesso em: 12 Dez. 2010.

RUIZ, J. A. **Metodologia científica: guia para eficiência nos estudos**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1991.

SAKATA, M. C. G., **Tendências metodológicas da pesquisa acadêmica em turismo**, 2002. 107f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação: Turismo e Lazer) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

SCHIMDT, Maria Luisa Sandoval. Aspectos éticos nas pesquisas qualitativas. *In: Ética nas pesquisas em ciências humanas e sociais na saúde*. Guerriero (org.) São Paulo, 2008.

SCHNEIDER, Benjamim; SCHUKLENK, Udo. Temas especiais em Ética na Pesquisa. *In: DINIZ, D; GUILHERM, D.; SCHUKLENK, U. (ORGS) Ética na Pesquisa*. Brasília: Letras Livres, 2005.

SCORPUS. **Crescimento das produções científicas Brasil x Mundo (1981 a 2008)**. Disponível em: <<http://www.scopus.com/search/form.url>>. Acesso em: 10 Jan. 2011.

SCHRAMM, Fermin Roland. A moralidade da prática de pesquisa nas ciências sociais: aspectos epistemológicos e bioéticos. **Ciência & Saúde Coletiva**, 9(3), 2004 p.773-784.

SELLTIZ, Claire *et al.* **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. Tradução de Maria Martha Hubner de Oliveira. São Paulo: EPU, 1987.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo. Companhia das letras. 2000.

SINGER, Peter. **Ética prática**. 2º Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE BIOÉTICA. **Atores sociais envolvidos nas pesquisas**. Disponível em: <<http://www.sbbioetica.org.br/>>, acesso em 02 Mar. 2011.

TRASFERETTI, José. **Ética e responsabilidade social**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2006.

TRIBE, J. The truth about tourism. **Annals of Tourism Research**, 33(2), p. 360–381, 2006.

_____. The indisciplin of tourism. **Annals of Tourism Research**, v. 24, n. 4, 638-657,1997.

YASSOUR-BOROCHOWITZ, D. Reflections on the Researcher-participant Relationship and the Ethics of Dialogue. **Ethics and Behavior**, 14(2):175- 86, 2004.

VALLS, Álvaro L. M. **O que é Ética**. São Paulo: Brasiliense, 2003. (Coleção Primeiros Passos; 177).

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

VALDEZ-MARTINEZ *et al.* Understanding the structure and practices of research ethics committees through research and audit: a study from México. **Health Policy** ,74, 2005, p. 56–68.

ZOBOLI, Elma Lourdes Campos; FRACOLLI, Lislaine Aparecida. A vulnerabilidade do sujeito de pesquisa: uma abordagem multidimensional. *In: Ética em pesquisa*. Boletim do Instituto de Saúde nº 35. São Paulo, CNS, 2005.

APÊNDICE – Questionário

I – Caracterização das pesquisas de cursos de pós-graduação em Turismo

- 1- Em quantas Pesquisas está envolvido atualmente? () 1 () 2 () 3 () mais de 3
- 2- Que motivo(s) o levou a decidir o TEMA da sua pesquisa (dissertação)?
 () Indicação do orientador () Já estava estudando o tema
 () Relevância Social () Necessidade do mercado
 () Linhas de Pesquisa do Programa
 () Outro _____
- 3- Quais Métodos de abordagem e investigação são utilizados em sua pesquisa? (Pode marcar mais de um item)
 () Descritivo () Bibliográfico
 () Qualitativo () Exploratória
 () Quantitativo () Explicativa
 () Quali-Quantitativo () Documental

II – Relação entre as práticas de investigação em turismo com a ética

- 4- Já ouviu falar na Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde que trata da Ética na pesquisa?
 () Sim () Não.
- 5- Já enviou algum projeto para ser aprovado em um Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)?
 () Sim () Não. Se sim, qual tema? _____
- 6- Acha necessário que as pesquisas na área de turismo sejam Avaliadas por um Comitê de Ética?
 () Sim () Não () depende. Por quê? _____
- 7- Em que grau a preocupação com a ética é relevante na sua pesquisa de dissertação?

Não é importante	Pouco Importante	Mais ou menos importante	Importante	Muito importante

- 8- Até que ponto você explica os aspectos e finalidades (objetivos, benefícios, riscos) da sua pesquisa para quem responde o questionário?

Nunca	Raramente	Às vezes	Quase sempre	Sempre

- 9- Em sua opinião é necessário o entrevistado assinar algum termo de consentimento/autorização da pesquisa de campo? () Sim () Não () Depende. Por quê? _____
- 10- Na sua pesquisa é necessário haver confidencialidade/privacidade dos participantes? () Sim () Não. Por quê? _____
- 11- Em sua opinião, o direito de ser coautor da pesquisa implica:

COAUTORIA	Não tem direito	Depende do grau de participação	Tem direito
Discussão e consolidação do tema			
Participação na criação dos objetivos			
Participação na coleta de dados			
Participação na análise e interpretação dos dados			

Participação na revisão crítica			
Participação na versão final a ser publicada			

12- Quais os benefícios das práticas éticas na realização das pesquisas em turismo?_____

13- Em quais etapas de uma pesquisa as condutas antiéticas são mais suscetíveis?

Etapas da pesquisa	Não ocorre	Ocorre raramente	Ocorre	Ocorre frequente	Ocorre com muita frequência
Definição tema e problemática					
Definição dos objetivos					
Escolha dos métodos e técnicas de pesquisa					
Coleta de dados					
Análise e resultados					
Divulgação do resultado					

14- Você tem conhecimento da prática de algum comportamento impróprio de pesquisadores na área de turismo?

Condutas impróprias	SIM	NÃO
Fraude		
Adulteração dos resultados		
Plágio		
Fabricação dos dados		
Quebras da confidencialidade		

III – Desafios éticos e dificuldades na realização das pesquisas em turismo

15- O que pode prejudicar a comunicação entre o pesquisador e o participante da pesquisa?

Comunicação	Não prejudica	Prejudica pouco	Prejudica	Prejudica bastante	Prejudica Totalmente
Nível de escolaridade dos participantes					
Linguagem utilizada pelo pesquisador					
Idade dos participantes					
Vulnerabilidade dos participantes da pesquisa					
Comportamento do pesquisador					

17 - Quais os principais obstáculos geralmente encontrados durante o processo de pesquisa?

18- Como qualifica os relacionamentos ao longo da realização da sua pesquisa:

Relacionamentos	Péssimo	Ruim	Razoável	Bom	Excelente
Entre pesquisador e orientador					
Entre pesquisador e os sujeitos da pesquisa					
Entre o pesquisador e Agencias (CAPES, CNPQ) e instituições					
Entre o pesquisador e o Programa					
Entre pesquisadores					

IDENTIFICAÇÃO

Programa () UNIVALI () PPGTUR () UAM () UCS

Idade: _____

Sexo: F () M ()

Ano início do mestrado: _____

Tema de estudo e Pesquisa (dissertação): _____

Artigos publicados durante o curso? Sim () Não () Quantos? _____

ANEXO I – Resolução 196/96 do CNS

O Conselho Nacional de Saúde, no uso da competência que lhe é outorgada pelo Decreto nº 93933 de 14 de janeiro de 1987, resolve: Aprovar as seguintes diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos:

I - PREÂMBULO

A presente Resolução fundamenta-se nos principais documentos internacionais que emanaram declarações e diretrizes sobre pesquisas que envolvem seres humanos: o Código de Nuremberg (1947), a Declaração dos Direitos do Homem (1948), a Declaração de Helsinque (1964 e suas versões posteriores de 1975, 1983 e 1989), o Acordo Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (ONU, 1966, aprovado pelo Congresso Nacional Brasileiro em 1992), as Propostas de Diretrizes Éticas Internacionais para Pesquisas Biomédicas Envolvendo Seres Humanos (CIOMS/OMS 1982 e 1993) e as Diretrizes Internacionais para Revisão Ética de Estudos Epidemiológicos (CIOMS, 1991). Cumpre as disposições da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e da Legislação brasileira correlata: Código de Direitos do Consumidor, Código Civil e Código Penal, Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Orgânica da Saúde 8.080, de 19/09/90 (dispõe sobre as condições de atenção à saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes), Lei 8.142, de 28/12/90 (participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde), Decreto 99.438, de 07/08/90 (organização e atribuições do Conselho Nacional de Saúde), Decreto 98.830, de 15/01/90 (coleta por estrangeiros de dados e materiais científicos no Brasil), Lei 8.489, de 18/11/92, e Decreto 879, de 22/07/93 (dispõem sobre retirada de tecidos, órgãos e outras partes do corpo humano com fins humanitários e científicos), Lei 8.501, de 30/11/92 (utilização de cadáver), Lei 8.974, de 05/01/95 (uso das técnicas de engenharia genética e liberação no meio ambiente de organismos geneticamente modificados), Lei 9.279, de 14/05/96 (regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial), e outras.

Esta Resolução incorpora, sob a ótica do indivíduo e das coletividades os quatro referenciais básicos da bioética: autonomia, não maleficência, beneficência e justiça, entre outros, e visa assegurar os direitos e deveres que dizem respeito à comunidade científica, aos sujeitos da pesquisa e ao Estado.

O caráter contextual das considerações aqui desenvolvidas implica em revisões periódicas desta Resolução, conforme necessidades nas áreas tecnocientífica e ética.

Ressalta-se, ainda, que cada área temática de investigação e cada modalidade de pesquisa, além de respeitar os princípios emanados deste texto, deve cumprir com as exigências setoriais e regulamentações específicas.

II - TERMOS E DEFINIÇÕES.

A presente Resolução adota no seu âmbito as seguintes definições:

II.1- Pesquisa - classe de atividades cujo objetivo é desenvolver ou contribuir para o conhecimento generalizável. O conhecimento generalizável consiste em teorias, relações ou princípios ou no acúmulo de informações sobre as quais estão baseados, que possam ser corroborados por métodos científicos aceitos de observação e inferência.

II.2 - Pesquisa envolvendo seres humanos - pesquisa que, individual ou coletivamente, envolva o ser humano de forma direta ou indireta, em sua totalidade ou partes dele, incluindo o manejo de informações ou materiais.

II.3 - Protocolo de Pesquisa - Documento contemplando a descrição da pesquisa em seus aspectos fundamentais, informações relativas ao sujeito da pesquisa, à qualificação dos pesquisadores e à todas as instâncias responsáveis.

II.4 - Pesquisador responsável - pessoa responsável pela coordenação e realização da pesquisa e pela integridade e bem-estar dos sujeitos da pesquisa.

II.5 - Instituição de pesquisa - organização, pública ou privada, legitimamente constituída e habilitada na qual são realizadas investigações científicas.

II.6 - Promotor - indivíduo ou instituição, responsável pela promoção da pesquisa.

II.7 - Patrocinador - pessoa física ou jurídica que apoia financeiramente a pesquisa.

II.8 - Risco da pesquisa - possibilidade de danos à dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual do ser humano, em qualquer fase de uma pesquisa e dela decorrente.

II.9 - Dano associado ou decorrente da pesquisa - agravo imediato ou tardio, ao indivíduo ou à coletividade, com nexo causal comprovado, direto ou indireto, decorrente do estudo científico.

II.10 - Sujeito da pesquisa - é o(a) participante pesquisado (a), individual ou coletivamente, de caráter voluntário, vedada qualquer forma de remuneração.

II.11- Consentimento livre e esclarecido - anuência do sujeito da pesquisa e/ou de seu representante legal, livre de vícios (simulação, fraude ou erro), dependência, subordinação ou intimidação, após explicação completa e pormenorizada sobre a natureza da pesquisa, seus objetivos, métodos, benefícios previsto, potenciais riscos e o incômodo que esta possa acarretar, formulada em um termo de consentimento, autorizando sua participação voluntária na pesquisa.

II.12 - Indenização - cobertura material, em reparação a dano imediato ou tardio, causado pela pesquisa ao ser humano a ela submetida.

II.13 - Ressarcimento - cobertura, em compensação, exclusiva de despesas decorrentes da participação do sujeito na pesquisa.

II.14 - Comitês de Ética em Pesquisa - CEP - colegiados interdisciplinares e independentes, com “munus público”, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criados para defender os interesses dos sujeitos da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.

II.15 - Vulnerabilidade - refere-se a estado de pessoas ou grupos, que por quaisquer razões ou motivos, tenham a sua capacidade de autodeterminação reduzida, sobretudo no que se refere ao consentimento livre e esclarecido.

II.16 - Incapacidade - Refere-se ao possível sujeito da pesquisa que não tenha capacidade civil para dar o seu consentimento livre e esclarecido, devendo ser assistido ou representado, de acordo com a legislação brasileira vigente.

III - ASPECTOS ÉTICOS DA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS

As pesquisas envolvendo seres humanos devem atender às exigências éticas e científicas fundamentais.

III.1 - A eticidade da pesquisa implica em:

- a) consentimento livre e esclarecido dos indivíduos-alvo e a proteção a grupos vulneráveis e aos legalmente incapazes (autonomia). Neste sentido, a pesquisa envolvendo seres humanos deverá sempre tratá-lo em sua dignidade, respeitá-lo em sua autonomia e defendê-lo em sua vulnerabilidade;
- b) ponderação entre riscos e benefícios, tanto atuais como potenciais, individuais ou coletivos (beneficência), comprometendo-se com o máximo de benefícios e o mínimo de danos e riscos;
- c) garantia de que danos previsíveis serão evitados (não maleficência);
- d) relevância social da pesquisa com vantagens significativas para os sujeitos da pesquisa e minimização do ônus para os sujeitos vulneráveis, o que garante a igual consideração dos interesses envolvidos, não perdendo o sentido de sua destinação sócio-humanitária (justiça e equidade).

III.2 - Todo procedimento de qualquer natureza envolvendo o ser humano, cuja aceitação não esteja ainda consagrada na literatura científica, será considerado como pesquisa e, portanto, deverá obedecer às diretrizes da presente Resolução. Os procedimentos referidos incluem entre outros, os de natureza instrumental, ambiental, nutricional, educacional, sociológica, econômica, física, psíquica ou biológica, sejam eles farmacológicos, clínicos ou cirúrgicos e de finalidade preventiva, diagnóstica ou terapêutica.

III.3 - A pesquisa em qualquer área do conhecimento, envolvendo seres humanos deverá observar as seguintes exigências:

- a) ser adequada aos princípios científicos que a justifiquem e com possibilidades concretas de responder a incertezas;
- b) estar fundamentada na experimentação prévia realizada em laboratórios, animais ou em outros fatos científicos;
- c) ser realizada somente quando o conhecimento que se pretende obter não possa ser obtido por outro meio;
- d) prevalecer sempre as probabilidades dos benefícios esperados sobre os riscos previsíveis;
- e) obedecer a metodologia adequada. Se houver necessidade de distribuição aleatória dos sujeitos da pesquisa em grupos experimentais e de controle, assegurar que, a priori, não seja possível estabelecer as vantagens de um procedimento sobre outro através de revisão de literatura, métodos observacionais ou métodos que não envolvam seres humanos;
- f) ter plenamente justificada, quando for o caso, a utilização de placebo, em termos de não maleficência e de necessidade metodológica;
- g) contar com o consentimento livre e esclarecido do sujeito da pesquisa e/ou seu representante legal;
- h) contar com os recursos humanos e materiais necessários que garantam o bem-estar do sujeito da pesquisa, devendo ainda haver adequação entre a competência do pesquisador e o projeto proposto;
- i) prever procedimentos que assegurem a confidencialidade e a privacidade, a proteção da imagem e a não estigmatização, garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades, inclusive em termos de auto-estima, de prestígio e/ou econômico-financeiro;
- j) ser desenvolvida preferencialmente em indivíduos com autonomia plena. Indivíduos ou grupos vulneráveis não devem ser sujeitos de pesquisa quando a informação desejada possa ser obtida através de sujeitos com plena autonomia, a menos que a investigação possa trazer benefícios diretos aos vulneráveis. Nestes casos, o direito

dos indivíduos ou grupos que queiram participar da pesquisa deve ser assegurado, desde que seja garantida a proteção à sua vulnerabilidade e incapacidade legalmente definida;

l) respeitar sempre os valores culturais, sociais, morais, religiosos e éticos, bem como os hábitos e costumes quando as pesquisas envolverem comunidades;

m) garantir que as pesquisas em comunidades, sempre que possível, traduzir-se-ão em benefícios cujos efeitos continuem a se fazer sentir após sua conclusão. O projeto deve analisar as necessidades de cada um dos membros da comunidade e analisar as diferenças presentes entre eles, explicitando como será assegurado o respeito às mesmas;

n) garantir o retorno dos benefícios obtidos através das pesquisas para as pessoas e as comunidades onde as mesmas forem realizadas. Quando, no interesse da comunidade, houver benefício real em incentivar ou estimular mudanças de costumes ou comportamentos, o protocolo de pesquisa deve incluir, sempre que possível, disposições para comunicar tal benefício às pessoas e/ou comunidades;

o) comunicar às autoridades sanitárias os resultados da pesquisa sempre que os mesmos puderem contribuir para a melhoria das condições de saúde da coletividade, preservando, porém, a imagem e assegurando que os sujeitos da pesquisa não sejam estigmatizados ou percam a auto-estima;

p) assegurar aos sujeitos da pesquisa os benefícios resultantes do projeto, seja em termos de retorno social, acesso aos procedimentos, produtos ou agentes da pesquisa;

q) assegurar aos sujeitos da pesquisa as condições de acompanhamento, tratamento ou de orientação, conforme o caso, nas pesquisas de rastreamento; demonstrar a preponderância de benefícios sobre riscos e custos;

r) assegurar a inexistência de conflito de interesses entre o pesquisador e os sujeitos da pesquisa ou patrocinador do projeto;

s) comprovar, nas pesquisas conduzidas do exterior ou com cooperação estrangeira, os compromissos e as vantagens, para os sujeitos das pesquisas e para o Brasil, decorrentes de sua realização. Nestes casos deve ser identificado o pesquisador e a instituição nacionais co-responsáveis pela pesquisa. O protocolo deverá observar as exigências da Declaração de Helsinque e incluir documento de aprovação, no país de origem, entre os apresentados para avaliação do Comitê de Ética em Pesquisa da instituição brasileira, que exigirá o cumprimento de seus próprios referenciais éticos. Os estudos patrocinados do exterior também devem responder às necessidades de treinamento de pessoal no Brasil, para que o país possa desenvolver projetos similares de forma independente;

t) utilizar o material biológico e os dados obtidos na pesquisa exclusivamente para a finalidade prevista no seu protocolo;

u) levar em conta, nas pesquisas realizadas em mulheres em idade fértil ou em mulheres grávidas, a avaliação de riscos e benefícios e as eventuais interferências sobre a fertilidade, a gravidez, o embrião ou o feto, o trabalho de parto, o puerpério, a lactação e o recém-nascido;

v) considerar que as pesquisas em mulheres grávidas devem, ser precedidas de pesquisas em mulheres fora do período gestacional, exceto quando a gravidez for o objetivo fundamental da pesquisa;

x) propiciar, nos estudos multicêntricos, a participação dos pesquisadores que desenvolverão a pesquisa na elaboração do delineamento geral do projeto; e

z) descontinuar o estudo somente após análise das razões da descontinuidade pelo CEP que a aprovou.

IV - CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O respeito devido à dignidade humana exige que toda pesquisa se processe após consentimento livre e esclarecido dos sujeitos, indivíduos ou grupos que por si e/ou por seus representantes legais manifestem a sua anuência à participação na pesquisa.

IV.1 - Exige-se que o esclarecimento dos sujeitos se faça em linguagem acessível e que inclua necessariamente os seguintes aspectos:

a) a justificativa, os objetivos e os procedimentos que serão utilizados na pesquisa;

b) os desconfortos e riscos possíveis e os benefícios esperados;

c) os métodos alternativos existentes;

d) a forma de acompanhamento e assistência, assim como seus responsáveis;

e) a garantia de esclarecimento, antes e durante o curso da pesquisa, sobre a metodologia, informando a possibilidade de inclusão em grupo controle ou placebo;

f) a liberdade do sujeito se recusar a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma e sem prejuízo ao seu cuidado;

g) a garantia do sigilo que assegure a privacidade dos sujeitos quanto aos dados confidenciais envolvidos na pesquisa;

h) as formas de ressarcimento das despesas decorrentes da participação na pesquisa; e

i) as formas de indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa.

IV.2 - O termo de consentimento livre e esclarecido obedecerá aos seguintes requisitos:

- a) ser elaborado pelo pesquisador responsável, expressando o cumprimento de cada uma das exigências acima;
- b) ser aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa que referenda a investigação;
- c) ser assinado ou identificado por impressão dactiloscópica, por todos e cada um dos sujeitos da pesquisa ou por seus representantes legais; e
- d) ser elaborado em duas vias, sendo uma retida pelo sujeito da pesquisa ou por seu representante legal e uma arquivada pelo pesquisador.

IV.3 - Nos casos em que haja qualquer restrição à liberdade ou ao esclarecimento necessários para o adequado consentimento, deve-se ainda observar:

- a) em pesquisas envolvendo crianças e adolescentes, portadores de perturbação ou doença mental e sujeitos em situação de substancial diminuição em suas capacidades de consentimento, deverá haver justificação clara da escolha dos sujeitos da pesquisa, especificada no protocolo, aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa, e cumprir as exigências do consentimento livre e esclarecido, através dos representantes legais dos referidos sujeitos, sem suspensão do direito de informação do indivíduo, no limite de sua capacidade;
- b) a liberdade do consentimento deverá ser particularmente garantida para aqueles sujeitos que, embora adultos e capazes, estejam expostos a condicionamentos específicos ou à influência de autoridade, especialmente estudantes, militares, empregados, presidiários, internos em centros de readaptação, casas-abrigo, asilos, associações religiosas e semelhantes, assegurando-lhes a inteira liberdade de participar ou não da pesquisa, sem quaisquer represálias;
- c) nos casos em que seja impossível registrar o consentimento livre e esclarecido, tal fato deve ser devidamente documentado com explicação das causas da impossibilidade e parecer do Comitê de Ética em Pesquisa;
- d) as pesquisas em pessoas com o diagnóstico de morte encefálica só podem ser realizadas desde que estejam preenchidas as seguintes condições:
 - documento comprobatório da morte encefálica (atestado de óbito);
 - consentimento explícito dos familiares e/ou do responsável legal, ou manifestação prévia da vontade da pessoa;
 - respeito total à dignidade do ser humano sem mutilação ou violação do corpo;
 - sem ônus econômico financeiro adicional à família;
 - sem prejuízo para outros pacientes aguardando internação ou tratamento;
 - possibilidade de obter conhecimento científico relevante, novo e que não possa ser obtido de outra maneira;
- e) em comunidades culturalmente diferenciadas, inclusive indígenas, deve-se contar com a anuência antecipada da comunidade através dos seus próprios líderes, não se dispensando, porém, esforços no sentido de obtenção do consentimento individual;
- f) quando o mérito da pesquisa depender de alguma restrição de informações aos sujeitos, tal fato deve ser devidamente explicitado e justificado pelo pesquisador e submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa. Os dados obtidos a partir dos sujeitos da pesquisa não poderão ser usados para outros fins que os não previstos no protocolo e/ou no consentimento.

V - RISCOS E BENEFÍCIOS

Considera-se que toda pesquisa envolvendo seres humanos envolve risco. O dano eventual poderá ser imediato ou tardio, comprometendo o indivíduo ou a coletividade.

V.1 - Não obstante os riscos potenciais, as pesquisas envolvendo seres humanos serão admissíveis quando:

- a) oferecerem elevada possibilidade de gerar conhecimento para entender, prevenir ou aliviar um problema que afete o bem-estar dos sujeitos da pesquisa e de outros indivíduos;
- b) o risco se justifique pela importância do benefício esperado;
- c) o benefício seja maior, ou no mínimo igual, a outras alternativas já estabelecidas para a prevenção, o diagnóstico e o tratamento.

V.2 - As pesquisas sem benefício direto ao indivíduo devem prever condições de serem bem suportadas pelos sujeitos da pesquisa, considerando sua situação física, psicológica, social e educacional.

V.3 - O pesquisador responsável é obrigado a suspender a pesquisa imediatamente ao perceber algum risco ou dano à saúde do sujeito participante da pesquisa, conseqüente à mesma, não previsto no termo de consentimento. Do mesmo modo, tão logo constatada a superioridade de um método em estudo sobre outro, o projeto deverá ser suspenso, oferecendo-se a todos os sujeitos os benefícios do melhor regime.

V.4 - O Comitê de Ética em Pesquisa da instituição deverá ser informado de todos os efeitos adversos ou fatos relevantes que alterem o curso normal do estudo.

V.5 - O pesquisador, o patrocinador e a instituição devem assumir a responsabilidade de dar assistência integral às complicações e danos decorrentes dos riscos previstos.

V.6 - Os sujeitos da pesquisa que vierem a sofrer qualquer tipo de dano previsto ou não no termo de consentimento e resultante de sua participação, além do direito à assistência integral, têm direito à indenização.

V.7 - Jamais poderá ser exigido do sujeito da pesquisa, sob qualquer argumento, renúncia ao direito à indenização por dano. O formulário do consentimento livre e esclarecido não deve conter nenhuma ressalva que afaste essa responsabilidade ou que implique ao sujeito da pesquisa abrir mão de seus direitos legais, incluindo o direito de procurar obter indenização por danos eventuais.

VI - PROTOCOLO DE PESQUISA

O protocolo a ser submetido à revisão ética somente poderá ser apreciado se estiver instruído com os seguintes documentos, em português:

VI.1 - folha de rosto: título do projeto, nome, número da carteira de identidade, CPF, telefone e endereço para correspondência do pesquisador responsável e do patrocinador, nome e assinaturas dos dirigentes da instituição e/ou organização;

VI.2 - descrição da pesquisa, compreendendo os seguintes itens:

- a) descrição dos propósitos e das hipóteses a serem testadas;
- b) antecedentes científicos e dados que justifiquem a pesquisa. Se o propósito for testar um novo produto ou dispositivo para a saúde, de procedência estrangeira ou não, deverá ser indicada a situação atual de registro junto a agências regulatórias do país de origem;
- c) descrição detalhada e ordenada do projeto de pesquisa (material e métodos, casuística, resultados esperados e bibliografia);
- d) análise crítica de riscos e benefícios;
- e) duração total da pesquisa, a partir da aprovação;
- f) explicação das responsabilidades do pesquisador, da instituição, do promotor e do patrocinador;
- g) explicitação de critérios para suspender ou encerrar a pesquisa;
- h) local da pesquisa: detalhar as instalações dos serviços, centros, comunidades e instituições nas quais se processarão as várias etapas da pesquisa;
- i) demonstrativo da existência de infra-estrutura necessária ao desenvolvimento da pesquisa e para atender eventuais problemas dela resultantes, com a concordância documentada da instituição;
- j) orçamento financeiro detalhado da pesquisa: recursos, fontes e destinação, bem como a forma e o valor da remuneração do pesquisador;
- l) explicitação de acordo preexistente quanto à propriedade das informações geradas, demonstrando a inexistência de qualquer cláusula restritiva quanto à divulgação pública dos resultados, a menos que se trate de caso de obtenção de patenteamento; neste caso, os resultados devem se tornar públicos, tão logo se encerre a etapa de patenteamento;
- m) declaração de que os resultados da pesquisa serão tornados públicos, sejam eles favoráveis ou não;
- n) declaração sobre o uso e destinação do material e/ou dados coletados.

VI.3 - informações relativas ao sujeito da pesquisa:

- a) descrever as características da população a estudar: tamanho, faixa etária, sexo, cor (classificação do IBGE), estado geral de saúde, classes e grupos sociais, etc. Expor as razões para a utilização de grupos vulneráveis;
- b) descrever os métodos que afetem diretamente os sujeitos da pesquisa;
- c) identificar as fontes de material de pesquisa, tais como espécimens, registros e dados a serem obtidos de seres humanos. Indicar se esse material será obtido especificamente para os propósitos da pesquisa ou se será usado para outros fins;
- d) descrever os planos para o recrutamento de indivíduos e os procedimentos a serem seguidos. Fornecer critérios de inclusão e exclusão;
- e) apresentar o formulário ou termo de consentimento, específico para a pesquisa, para a apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa, incluindo informações sobre as circunstâncias sob as quais o consentimento será obtido, quem irá tratar de obtê-lo e a natureza da informação a ser fornecida aos sujeitos da pesquisa;
- f) descrever qualquer risco, avaliando sua possibilidade e gravidade;
- g) descrever as medidas para proteção ou minimização de qualquer risco eventual. Quando apropriado, descrever as medidas para assegurar os necessários cuidados à saúde, no caso de danos aos indivíduos. Descrever também os procedimentos para monitoramento da coleta de dados para prover a segurança dos indivíduos, incluindo as medidas de proteção à confidencialidade; e
- h) apresentar previsão de ressarcimento de gastos aos sujeitos da pesquisa. A importância referente não poderá ser de tal monta que possa interferir na autonomia da decisão do indivíduo ou responsável de participar ou não da pesquisa.

VI.4 - qualificação dos pesquisadores: “Curriculum Vitae” do pesquisador responsável e dos demais participantes.

VI.5 - termo de compromisso do pesquisador responsável e da instituição de cumprir os termos desta Resolução.

VII - COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA - CEP

Toda pesquisa envolvendo seres humanos deverá ser submetida à apreciação de um Comitê de Ética em Pesquisa.

VII.1 - As instituições nas quais se realizem pesquisas envolvendo seres humanos deverão constituir um ou mais de um Comitê de Ética em Pesquisa -CEP, conforme suas necessidades.

VII.2 - Na impossibilidade de se constituir CEP, a instituição ou o pesquisador responsável deverá submeter o projeto à apreciação do CEP de outra instituição, preferencialmente entre os indicados pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP/MS).

VII.3 - Organização - A organização e criação do CEP será da competência da instituição, respeitadas as normas desta Resolução, assim como o provimento de condições adequadas para o seu funcionamento.

VII.4 - Composição - O CEP deverá ser constituído por colegiado com número não inferior a 7(sete) membros. Sua constituição deverá incluir a participação de profissionais da área de saúde, das ciências exatas, sociais e humanas, incluindo, por exemplo, juristas, teólogos, sociólogos, filósofos, bioeticistas e, pelo menos, um membro da sociedade representando os usuários da instituição. Poderá variar na sua composição, dependendo das especificidades da instituição e das linhas de pesquisa a serem analisadas.

VII.5 - Terá sempre caráter multi e transdisciplinar, não devendo haver mais que metade de seus membros pertencentes à mesma categoria profissional, participando pessoas dos dois sexos. Poderá ainda contar com consultores “ad hoc”, pessoas pertencentes ou não à instituição, com a finalidade de fornecer subsídios técnicos.

VII.6 - No caso de pesquisas em grupos vulneráveis, comunidades e coletividades, deverá ser convidado um representante, como membro “ad hoc” do CEP, para participar da análise do projeto específico.

VII.7 - Nas pesquisas em população indígena deverá participar um consultor familiarizado com os costumes e tradições da comunidade.

VII.8 - Os membros do CEP deverão se isentar de tomada de decisão, quando diretamente envolvidos na pesquisa em análise.

VII.9 - Mandato e escolha dos membros - A composição de cada CEP deverá ser definida a critério da instituição, sendo pelo menos metade dos membros com experiência em pesquisa, eleitos pelos seus pares. A escolha da coordenação de cada Comitê deverá ser feita pelos membros que compõem o colegiado, durante a primeira reunião de trabalho. Será de três anos a duração do mandato, sendo permitida recondução.

VII.10 - Remuneração - Os membros do CEP não poderão ser remunerados no desempenho desta tarefa, sendo recomendável, porém, que sejam dispensados nos horários de trabalho do Comitê das outras obrigações nas instituições às quais prestam serviço, podendo receber ressarcimento de despesas efetuadas com transporte, hospedagem e alimentação.

VII.11 - Arquivo - O CEP deverá manter em arquivo o projeto, o protocolo e os relatórios correspondentes, por 5 (cinco) anos após o encerramento do estudo.

VII.12 - Liberdade de trabalho - Os membros dos CEPs deverão ter total independência na tomada das decisões no exercício das suas funções, mantendo sob caráter confidencial as informações recebidas. Deste modo, não podem sofrer qualquer tipo de pressão por parte de superiores hierárquicos ou pelos interessados em determinada pesquisa, devem isentar-se de envolvimento financeiro e não devem estar submetidos a conflito de interesse.

VII.13 - Atribuições do CEP:

a) revisar todos os protocolos de pesquisa envolvendo seres humanos, inclusive os multicêntricos, cabendo-lhe a responsabilidade primária pelas decisões sobre a ética da pesquisa a ser desenvolvida na instituição, de modo a garantir e resguardar a integridade e os direitos dos voluntários participantes nas referidas pesquisas;

b) emitir parecer substanciado por escrito, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, identificando com clareza o ensaio, documentos estudados e data de revisão. A revisão de cada protocolo culminará com seu enquadramento em uma das seguintes categorias:

- aprovado;
- com pendência: quando o Comitê considera o protocolo como aceitável, porém identifica determinados problemas no protocolo, no formulário do consentimento ou em ambos, e recomenda uma revisão específica ou solicita uma modificação ou informação relevante, que deverá ser atendida em 60 (sessenta) dias pelos pesquisadores;
- retirado: quando, transcorrido o prazo, o protocolo permanece pendente;
- não aprovado; e
- aprovado e encaminhado, com o devido parecer, para apreciação pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP/MS, nos casos previstos no capítulo VIII, item 4.c.

c) manter a guarda confidencial de todos os dados obtidos na execução de sua tarefa e arquivamento do protocolo completo, que ficará à disposição das autoridades sanitárias;

d) acompanhar o desenvolvimento dos projetos através de relatórios anuais dos pesquisadores;

e) desempenhar papel consultivo e educativo, fomentando a reflexão em torno da ética na ciência;

f) receber dos sujeitos da pesquisa ou de qualquer outra parte denúncias de abusos ou notificação sobre fatos

adversos que possam alterar o curso normal do estudo, decidindo pela continuidade, modificação ou suspensão da pesquisa, devendo, se necessário, adequar o termo de consentimento. Considerar-se como anti-ética a pesquisa descontinuada sem justificativa aceita pelo CEP que a aprovou;

g) requerer instauração de sindicância à direção da instituição em caso de denúncias de irregularidades de natureza ética nas pesquisas e, em havendo comprovação, comunicar à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa-CONEP/MS e, no que couber, a outras instâncias; e

h) manter comunicação regular e permanente com a CONEP/MS.

VII.14 - Atuação do CEP:

a) a revisão ética de toda e qualquer proposta de pesquisa envolvendo seres humanos não poderá ser dissociada da sua análise científica. Pesquisa que não se faça acompanhar do respectivo protocolo não deve ser analisada pelo Comitê.

b) Cada CEP deverá elaborar suas normas de funcionamento, contendo metodologia de trabalho, a exemplo de: elaboração das atas; planejamento anual de suas atividades; periodicidade de reuniões; número mínimo de presentes para início das reuniões; prazos para emissão de pareceres; critérios para solicitação de consultas de experts na área em que se desejam informações técnicas; modelo de tomada de decisão, etc.

VIII - COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA (CONEP/MS)

A Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP/MS é uma instância colegiada, de natureza consultiva, deliberativa, normativa, independente, vinculada ao Conselho Nacional de Saúde.

O Ministério da Saúde adotará as medidas necessárias para o funcionamento pleno da Comissão e de sua Secretaria Executiva.

VIII.1 - Composição: A CONEP terá composição multi e transdisciplinar, com pessoas de ambos os sexos e deverá ser composta por 13 (treze) membros titulares e seus respectivos suplentes, sendo 05 (cinco) deles personalidades destacadas no campo da ética na pesquisa e na saúde e 08 (oito) personalidades com destacada atuação nos campos teológico, jurídico e outros, assegurando-se que pelo menos um seja da área de gestão da saúde. Os membros serão selecionados, a partir de listas indicativas elaboradas pelas instituições que possuem CEP registrados na CONEP, sendo que 07 (sete) serão escolhidos pelo Conselho Nacional de Saúde e 06 (seis) serão definidos por sorteio. Poderá contar também com consultores e membros “ad hoc”, assegurada a representação dos usuários.

VIII.2 - Cada CEP poderá indicar duas personalidades.

VIII.3 - O mandato dos membros da CONEP será de quatro anos com renovação alternada a cada dois anos, de sete ou seis de seus membros.

VIII.4 - Atribuições da CONEP - Compete à CONEP o exame dos aspectos éticos da pesquisa envolvendo seres humanos, bem como a adequação e atualização das normas atinentes. A CONEP consultará a sociedade sempre que julgar necessário, cabendo-lhe, entre outras, as seguintes atribuições:

a) estimular a criação de CEPs institucionais e de outras instâncias;

b) registrar os CEPs institucionais e de outras instâncias;

c) aprovar, no prazo de 60 dias, e acompanhar os protocolos de pesquisa em áreas temáticas especiais tais como:

1 - genética humana;

2 - reprodução humana;

3 - fármacos, medicamentos, vacinas e testes diagnósticos novos (fases I, II e III) ou não registrados no país (ainda que fase IV), ou quando a pesquisa for referente a seu uso com modalidades, indicações, doses ou vias de administração diferentes daquelas estabelecidas, incluindo seu emprego em combinações;

4 - equipamentos, insumos e dispositivos para a saúde novos, ou não registrados no país;

5 - novos procedimentos ainda não consagrados na literatura;

6 - populações indígenas;

7 - projetos que envolvam aspectos de biossegurança;

8 - pesquisas coordenadas do exterior ou com participação estrangeira e pesquisas que envolvam remessa de material biológico para o exterior; e

9 - projetos que, a critério do CEP, devidamente justificado, sejam julgados merecedores de análise pela CONEP;

d) prover normas específicas no campo da ética em pesquisa, inclusive nas áreas temáticas especiais, bem como recomendações para aplicação das mesmas;

e) funcionar como instância final de recursos, a partir de informações fornecidas sistematicamente, em caráter ex-offício ou a partir de denúncias ou de solicitação de partes interessadas, devendo manifestar-se em um prazo não superior a 60 (sessenta) dias;

f) rever responsabilidades, proibir ou interromper pesquisas, definitiva ou temporariamente, podendo requisitar protocolos para revisão ética inclusive, os já aprovados pelo CEP;

g) constituir um sistema de informação e acompanhamento dos aspectos éticos das pesquisas envolvendo seres

humanos em todo o território nacional, mantendo atualizados os bancos de dados;

h) informar e assessorar o MS, o CNS e outras instâncias do SUS, bem como do governo e da sociedade, sobre questões éticas relativas à pesquisa em seres humanos;

i) divulgar esta e outras normas relativas à ética em pesquisa envolvendo seres humanos;

j) a CONEP juntamente com outros setores do Ministério da Saúde, estabelecerá normas e critérios para o credenciamento de Centros de Pesquisa. Este credenciamento deverá ser proposto pelos setores do Ministério da Saúde, de acordo com suas necessidades, e aprovado pelo Conselho Nacional de Saúde; e

l) estabelecer suas próprias normas de funcionamento.

VIII.5 - A CONEP submeterá ao CNS para sua deliberação:

a) propostas de normas gerais a serem aplicadas às pesquisas envolvendo seres humanos, inclusive modificações desta norma;

b) plano de trabalho anual;

c) relatório anual de suas atividades, incluindo sumário dos CEP estabelecidos e dos projetos analisados.

IX - OPERACIONALIZAÇÃO

IX.1 - Todo e qualquer projeto de pesquisa envolvendo seres humanos deverá obedecer às recomendações desta Resolução e dos documentos endossados em seu preâmbulo. A responsabilidade do pesquisador é indelegável. Indeclinável e compreende os aspectos éticos e legais.

IX.2 - Ao pesquisador cabe:

a) apresentar o protocolo, devidamente instruído ao CEP, aguardando o pronunciamento deste, antes de iniciar a pesquisa;

b) desenvolver o projeto conforme delineado;

c) elaborar e apresentar os relatórios parciais e final;

d) apresentar dados solicitados pelo CEP, a qualquer momento;

e) manter em arquivo, sob sua guarda, por 5 anos, os dados da pesquisa, contendo fichas individuais e todos os demais documentos recomendados pelo CEP;

f) encaminhar os resultados para publicação, com os devidos créditos aos pesquisadores associados e ao pessoal técnico participante do projeto;

g) justificar, perante o CEP, interrupção do projeto ou a não publicação dos resultados.

IX.3 - O Comitê de Ética em Pesquisa institucional deverá estar registrado junto à CONEP/MS.

IX.4 - Uma vez aprovado o projeto, o CEP passa a ser co-responsável no que se refere aos aspectos éticos da pesquisa.

IX.5 - Consideram-se autorizados para execução, os projetos aprovados pelo CEP, exceto os que se enquadrarem nas áreas temáticas especiais, os quais, após aprovação pelo CEP institucional deverão ser enviados à CONEP/MS, que dará o devido encaminhamento.

IX.6 - Pesquisas com novos medicamentos, vacinas, testes diagnósticos, equipamentos e dispositivos para a saúde deverão ser encaminhados do CEP à CONEP/MS e desta, após parecer, à Secretaria de Vigilância Sanitária.

IX.7 - As agências de fomento à pesquisa e o corpo editorial das revistas científicas deverão exigir documentação comprobatória de aprovação do projeto pelo CEP e/ou CONEP, quando for o caso.

IX.8 - Os CEP institucionais deverão encaminhar trimestralmente à CONEP/MS a relação dos projetos de pesquisa analisados, aprovados e concluídos, bem como dos projetos em andamento e, imediatamente, aqueles suspensos.

X. DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

X.1 - O Grupo Executivo de Trabalho -GE, constituído através da Resolução CNS 170/95, assumirá as atribuições da CONEP até a sua constituição, responsabilizando-se por:

a) tomar as medidas necessárias ao processo de criação da CONEP/MS;

b) estabelecer normas para registro dos CEP institucionais;

X.2 - O GET terá 180 dias para finalizar as suas tarefas.

X.3 - Os CEP das instituições devem proceder, no prazo de 90 (noventa) dias, ao levantamento e análise, se for o caso, dos projetos de pesquisa em seres humanos já em andamento, devendo encaminhar à CONEP/MS, a relação dos mesmos.

X.4 - Fica revogada a Resolução 01/88.

ANEXO II – Publicação na Mídia: Má conduta na pesquisa



Fonte: Time Magazine, 1991.

SCIENTIFIC MISCONDUCT

Researcher Faces Prison for Fraud in NIH Grant Applications and Papers

In the most extensive scientific misconduct case the National Institutes of Health (NIH) has seen in decades, a researcher formerly at the University of Vermont College of Medicine in Burlington has admitted in court documents to falsifying data in 15 federal grant applications and numerous published articles. Eric Poehlman, an expert on menopause, aging, and metabolism, faces up to 5 years in jail and a \$250,000 fine and has been barred for life from receiving any U.S. research funding.

Scientists say the falsified data—including work in



for total cholesterol, insulin, resting metabolic rate, and glucose" were falsified or fabricated, said a statement Poehlman signed last week. In an effort to portray worsening health in the subjects, DeNino tells *Science*, "Dr. Poehlman would just switch the data points."

After DeNino filed a formal complaint, a university investigative panel looked into Poehlman's research and uncovered falsified data in three papers. These included a much-cited 1995 *Annals of Internal Medicine* study that suggested hormone replacement therapy could prevent declines in energy expenditure and increases in body fat during menopause. In that paper Poehlman presented metabolic data on 35 women taken 6 years apart. Most of the women did not exist, according to the statement Poehlman signed. (In 2003 the paper was retracted.) Poehlman

left Vermont in 2001, before the investigation ended, for the University of Montreal. He left there in January and now lives in Montreal.



Fonte: http://www.aaas.org/spp/rd/Forum_2006/st_neck.pdt

20/02/2011 - 08h34

USP demite professor por plágio em pesquisa

DE SÃO PAULO

Recomendar

4.979 pessoas recomendam isso.

A reitoria da USP decidiu demitir um professor de dedicação exclusiva, com mais de 15 anos de carreira, após entender que ele liderou pesquisa que plagiou trabalhos de outros pesquisadores. A informação é de reportagem de **Fábio Takahashi** publicada na edição da **Folha** deste domingo ([íntegra](#) disponível para assinantes do jornal e do UOL).

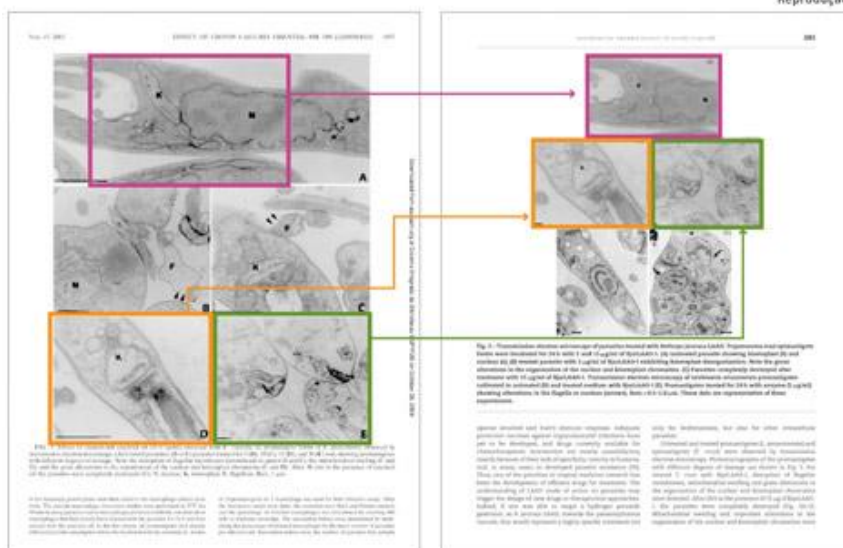
A exoneração por plágio é a primeira na instituição em mais de 15 anos. O imbróglio envolveu também a ex-reitora Suely Vilela, coautora da pesquisa questionada. Ela não sofreu punição --a avaliação é que não teve relação com os trechos plagiados.

O docente Andreimar Soares, da Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Ribeirão Preto, foi demitido por ser o principal autor da pesquisa, que copiou imagens de trabalhos de 2003 e 2006, sem creditá-las aos autores, da UFRJ (Federal do Rio).

Outra pesquisadora teve o título de doutorado cassado. Era responsável pelas partes contestadas. Tanto o docente quanto a pesquisadora podem recorrer internamente e judicialmente das decisões.

ENTENDA O CASO

Confira imagens de artigos envolvidos



Imagens de microscópio publicadas em artigo de pesquisadores da UFRJ em 2003

Fonte: Imagens de informativo da Adusp

Imagens semelhantes publicadas em artigo de pesquisadores da USP em 2008

CRONOLOGIA

2003 1ª publicação

Grupo da UFRJ publica trabalho sobre a eventual aplicação de uma substância extraída da planta amazônica sacaca para o controle da leishmaniose

2008 2ª publicação

Grupo da USP publica trabalho que investiga se uma substância isolada da jararaca é útil contra a dengue. No total, são 11 pesquisadores, incluindo a então reitora, Suely Vilela

2009 Denúncia

Grupo da UFRJ faz denúncia de que parte do seu trabalho consta no da USP sem a devida citação. USP abre sindicância para apurar o caso

2011 Punição

A USP decide demitir o líder da pesquisa, Andreimar Soares, e cassar o título de doutorado de Carolina Dalaqua Sant'Ana, responsável pelas imagens

